



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Nº 1414/2018 – SFPO/STF

Sistema Único nº /2018

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO DE PROTOCOLO JUDICIAL

19 DEZ 2018 13:07

00761874



INQUÉRITO 1239-STJ

Requerente: Procuradoria-Geral da República

Requerido: LUIZ FERNANDO DE SOUZA (PEZÃO) e outros

RELATOR: Ministro Felix Fischer

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator,

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA vem perante Vossa Excelência expor e requerer o seguinte.

Segue denúncia em face de LUIZ FERNANDO DE SOUZA (PEZÃO), JOSÉ IRAN PEIXOTO JÚNIOR, AFFONSO HENRIQUES MONERAT ALVES DA CRUZ, MARCELO SANTOS AMORIM, LUIZ CARLOS VITAL BARROSO, CLÁUDIO FERNANDES VIDAL, LUIZ ALBERTO GOMES GONÇALVES, CÉSAR AUGUSTO CRAVEIRO DE AMORIM, LUÍS FERNANDO CRAVEIRO DE AMORIM, JÚLIO WALTER SANÁBIO FREESZ, TONY LO BIANCO MAHET, SÉRGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO, LUIZ CARLOS BEZERRA, JOSÉ CARLOS REIS LAVOURAS E SÉRGIO CASTRO DE OLIVEIRA (SERJÃO) pela prática dos crimes capitulados nos artigos 317 e 333, *caput*, do Código Penal; 1º, *caput*, cc parágrafo 4º da Lei 9.613/98; 1º, *caput*, cc parágrafo 4º da Lei 9.613/98; 2º, *caput*, cc parágrafo 4º, inciso II da Lei 12.850/2013; artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.850/2013 c/c artigo 14, II e artigo 90 da Lei 8.666/93.

Os fatos retratados na denúncia ora apresentada são objeto de apuração no Inquérito acima referido, que instruiu a operação *Boca de Lobo*, mas considerando a



exiguidade de tempo para a conclusão dessa complexa e ampla investigação em razão do prazo a ser observado quanto aos denunciados presos, ressalto que as imputações ora apresentadas não esgotam o contexto da investigação e, assim, requero, ao final, o desmembramento da investigação com a instauração de um novo inquérito, para a conclusão das diligências ainda pendentes e da apuração dos fatos relacionados à licitações fraudadas, lavagem de ativos, dentre outros crimes a serem elucidados.

Com esta perspectiva, esclareço que a não inclusão de fato ou pessoas referidas no caderno investigativo não representam arquivamento implícito ou indireto, diante da possibilidade de ulterior aditamento da denúncia ou mesmo apresentação de uma nova denúncia, com a conclusão dessas novas etapas.

Também esclareço que deixei de imputar os crimes narrados na denúncia aos colaboradores com participação nos respectivos eventos narrados, sem prejuízo de posterior aditamento e demais medidas cabíveis, nos termos da Lei 12.850/2013, caso, no decorrer da instrução processual penal, sejam apurados indicativos de ausência de uma efetiva colaboração, na forma estabelecida pela norma de regência.

Feitas essas considerações, requero:

a) a continuidade das investigações, mediante a instauração de um novo Inquérito, que será declinado, oportunamente, à Justiça Federal Criminal em primeiro grau de jurisdição em razão da perda de foro do Governador do Estado do Rio, para continuidade e conclusão das investigações, em relação aos fatos ainda não elucidados, com a devida delimitação da participação de pessoas referidas no apuratório e em relação as quais ainda não foi possível individualizar a participação no contexto criminoso, dentre estes: Ricardo Campos, Robson Teixeira, Carlos Alberto de Castro (item II-2); Fabrício Viana (item II.3);

b) o desmembramento da investigação em relação aos fatos apurados nos autos deste Inquérito e devidamente retratados na medida cautelar de busca e apreensão e prisões preventivas, descritos no tópico **“II.8 - OS PAGAMENTOS FEITOS A JOSÉ IRAN, ATUAL SECRETÁRIOS DE OBRAS”** da respectiva petição e que se referem ao recebimento de vantagem indevida por José Iran Peixoto, no ano de 2009, da empresa



VERDURAMA COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA, depositado na conta-corrente de sua empresa PEIXOTO & PORFIRIO CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA – ME, sob o pretexto simulado de um contrato de consultoria empresarial, quando exercia o cargo de secretário de Planejamento da Prefeitura Municipal de Volta Redonda/RJ.

Requeiro seja determinada à autoridade policial competente pela condução desta investigação a separação da documentação e informações que se relacionam a esse fato específico, para subsidiar o envio das respectivas peças informativas ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Município de Volta Redonda, para as providências cabíveis.

c) independentemente do integral cumprimento do disposto nos artigos 4º e 5º da Lei 8.038/1990, em se tratando de processo com denunciados presos, requeiro que, em 01/01/2019, em razão da perda de foro nesta Corte Superior pelo denunciado LUIZ FERNANDO – PEZÃO, os autos do presente Inquérito sejam imediatamente remetidos para a Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio de Janeiro, onde deverá ser realizada a devida análise de prevenção e correlação com outros processos que já tramitam perante o referido foro federal.

Brasília, 18 de dezembro de 2018.

Raquel Elias Ferreira Dodge
Procuradora-Geral da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

N.º 1.401/2018 - SFPO/STF

INQUÉRITO 1239-STJ

Requerente: Procuradoria-Geral da República

Requerido: LUIZ FERNANDO DE SOUZA (PEZÃO) e outros

RELATOR: Ministro Felix Fischer

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator,

A **Procuradora-Geral da República**, no uso de suas atribuições constitucionais e com fundamento no artigo 129-I da Constituição Federal, apresenta

DENÚNCIA

contra

1. **LUIZ FERNANDO DE SOUZA**, conhecido como **PEZÃO**, brasileiro, filho de Darcy de Soza e Ecy Reis de Souza, nascido em 29/03/1955, natural do Rio de Janeiro, Governador do Estado do Rio de Janeiro, RG nº inscrito no CPF sob o

Laranjeiras, atualmente custodiado no Batalhão Especial Prisional – BEP;

2. **JOSÉ IRAN PEIXOTO JÚNIOR**, brasileiro, Secretário de Estado de Obras, filho de José Iran Peixoto e Isette Fonseca Peixoto, nascido em 14/07/1955, RG inscrito no CPF sob o nº



residente e

atualmente custodiado na Cadeia Pública Pedrolino de
Oliveira;

8. CÉSAR AUGUSTO CRAVEIRO DE AMORIM, brasileiro, filho de Maria
Helena Craveiro de Amorim e Augusto César Fernando de Amorim,
nascido em 20/05/1968, inscrito no

atualmente custodiado na Cadeia Pública
Pedrolino de Oliveira;

9. LUÍS FERNANDO CRAVEIRO DE AMORIM, brasileiro, nascido em
12/07/1973, filho de Maria Helena Craveiro de Amorim e Augusto César
Fernando de Amorim, inscrito no residente
e domiciliado na

atualmente custodiado na Cadeia Pública Pedrolino de
Oliveira;

10. JÚLIO WALTER SANÁBIO FREESZ, brasileiro, divorciado, natural de
Juiz de Fora-MG, filho de Walter Freesz e Maria Amália Sanabio Freesz,
nascido em 19/02/1964, engenheiro, inscrito no CPF
sob o residente na

11. TONY LO BIANCO MAHET, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, RJ,
filho de Alfredo José Mahet Filho e Lenita Lo Bianco, nascido em
08/04/1969, advogado, OAB/RJ 80.464, inscrito no CPF sob o nº

atualmente custodiado na
Cadeia Pública Pedrolino de Oliveira;

12. SÉRGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO, CPF nº
brasileiro, divorciado,
jornalista, nascido no Rio de Janeiro, aos 27 de janeiro de 1963, filho de



Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, atualmente custodiado na Cadeia Pública Pedrolino de Oliveira;

3. AFFONSO HENRIQUE MONNERAT ALVES DA CRUZ, brasileiro, casado, filho de Hilário Alves da Cruz e Maria Bernadette Schott **MONNERAT Cruz**, nascido aos 07/11/1961, natural de Alfenas/MG, administrador de empres, inscrito no CPF sob o nº

atualmente custodiado na Cadeia Pública Pedrolino de Oliveira ;

4. MARCELO SANTOS AMORIM, vulgo **MARCELINHO** brasileiro, casado, filho de Renato de Paiva Amorim e Sílvia Maria Cunha dos Santos Amorim, nascido em 12/11/1982, natural de Volta Redonda, RJ, formado em direito, produtor de eventos, inscrito no

atualmente custodiado na Cadeia Pública Pedrolino de Oliveira;

5. LUIZ CARLOS VITAL BARROSO, vulgo **LUIZINHO**, brasileiro, filho de Helenice Vidal Barroso e Luiz Carlos Paiva Barroso, nascido em 03/07/1970, inscrito no CPF sob o residente e domiciliado na atualmente custodiado na Cadeia Pública Pedrolino de Oliveira;

6. CLÁUDIO FERNANDES VIDAL, brasileiro, filho de Neyer Neyth Fernandes e Haroldo Furtado Vidal, nascido em 15/03/1955, inscrito no com residência na atualmente custodiado na Cadeia Pública Pedrolino de Oliveira;

7. LUIZ ALBERTO GOMES GONÇALVES, brasileiro, filho de Cléa Gomes e Luiz Octávio Gonçalves, inscrito no CPF sob o



SÉRGIO CABRAL Santos e Magaly de Oliveira CABRAL Santos, com endereço

atualmente custodiado no Complexo Penitenciário de Gericinó (Bangu), em cumprimento de prisão preventiva;

13. LUIZ CARLOS BEZERRA,

brasileiro, casado, servidor público estadual, nascido no Rio de Janeiro-RJ, aos 17 dias de outubro de 1959, filho de Antonio Cezario Bezerra E Juracima dos Santos Bezerra, com endereço na Rua

14. JOSÉ CARLOS REIS LAVOURAS, com dupla cidadania (brasileiro e português), casado, empresário e Presidente do Conselho de Administração da FETRANSPOR, passaporte brasileiro

, nascido em 18/06/1957, filho de Isaura dos Reis Lavouras e José Alves Lavouras,

15. SÉRGIO CASTRO DE OLIVEIRA (“SERJÃO/BIG”), CPF nº
filho de Ilza de Castro Oliveira, nascido em
23/06/1958, residente e domiciliado

pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

I) INTRODUÇÃO

As buscas e apreensões feitas em cumprimento a mandados judiciais expedidos no âmbito das Operações *Calicut*¹ e *Eficiência*² coligiram provas do envolvimento

¹ Processo nº 0509503-57.2016.4.02.5101.

² Processo nº 0501634092017402.5101.



do governador do Estado do Rio de Janeiro **LUIZ FERNANDO DE SOUZA**, conhecido como **PEZÃO**, e outras pessoas na organização criminosa estruturada pelo ex-Governador **SÉRGIO CABRAL** e de que esta organização criminosa continuou a praticar crimes de corrupção, desvio de recursos públicos e de lavagem de ativos no Estado do Rio de Janeiro, no mandato do **GOVERNADOR PEZÃO**.

A Operação *Calicute*, em curso na 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, investigou extensa organização criminosa responsável pela prática dos crimes de corrupção e de lavagem de capitais em contratos para realização de obras públicas pelo Estado do Rio de Janeiro.

Com efeito, após intensa investigação - que incluiu medidas cautelares de quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático - as Operações *Calicute e Eficiência* demonstraram como a organização criminosa comandada por **SÉRGIO CABRAL** atuou para praticar crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, que **desviaram imensa quantia ainda não totalmente mensurada - da qual mais de USD \$100.000.000,00 (cem milhões de dólares) já foram recuperados aos cofres públicos -**, mediante engenhoso processo de envio de recursos oriundos de vantagem indevida para o exterior.

As apurações revelaram que, ao tomar posse como chefe do executivo estadual do Rio de Janeiro, em 01/01/2007, **SÉRGIO CABRAL** instituiu percentual de vantagem indevida de 5% aplicado nos contratos administrativos celebrados com o Estado.

Neste esquema, foram incluídas praticamente todas as grandes obras públicas de construção civil realizadas pelo Estado do Rio de Janeiro, algumas delas custeadas com recursos federais, inclusive provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dentre elas, destacam-se a construção do Arco Metropolitano e a urbanização de grandes comunidades carentes na cidade do Rio de Janeiro, ação denominada de "PAC Favelas".

A organização criminosa, que atuou desviando verbas públicas de origem federal e estadual e promovendo a lavagem de ativos sob várias modalidades, inclusive mediante o envio de valores vultosos ao exterior, vem sendo desarticulada progressivamente, com a identificação de vários de seus núcleos e operadores financeiros, notadamente em razão da descoberta dos mecanismos de ocultação dos recursos públicos originários da atividade criminosa, que caracteriza o crime de lavagem de dinheiro.



Esses **MECANISMOS** foram bem elucidados na Operação *Eficiência*, que teve seu foco na apuração dos atos de lavagem de ativos, praticados pela organização criminosa liderada pelo ex-Governador **SÉRGIO CABRAL**.

Nesta investigação foram identificados dois dos principais operadores financeiros de **SÉRGIO CABRAL** e seu grupo, os irmãos **RENATO E MARCELO CHEBAR**.

RENATO E MARCELO CHEBAR, dois doleiros e operadores financeiros de **SÉRGIO CABRAL**, mantinham, em contas localizadas no exterior, quantia superior a USD 100.000.000,00 (cem milhões de dólares), o que foi devidamente narrado na denúncia e na respectiva ação penal.

RENATO E MARCELO CHEBAR, réus nos autos da Ação Penal nº 05016340920174025101 (entre outras ações judiciais relativas a fatos conexos) em curso na 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, tiveram sua colaboração premiada homologada neste mesmo juízo.

Por força de tal acordo de colaboração premiada, os **IRMÃOS CHEBAR** – além de outras penas – devolveram os mais de USD 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) mantidos no estrangeiro por **SÉRGIO CABRAL**; **WILSON CARLOS** e Carlos Miranda; apresentaram a contabilidade das suas práticas criminosas; e prestaram depoimentos sobre seus ilícitos.

Vale também destacar que a operação *Quinto do Ouro* desvendou esquema criminoso praticado por Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e que avançou no contexto probatório a partir da delação premiada do então Presidente deste Tribunal, Jonas Lopes, que revelou conexão deste esquema com o ora denunciado **PEZÃO** e demais envolvidos.

Já a operação *Boca do Lobo*, objeto desta denúncia, originou-se, no que concerne à formação do seu caderno investigativo, da cisão do termo de colaboração premiada celebrado entre a Procuradoria-Geral da República e o operador financeiro Carlos Miranda, no âmbito da PET 7125/DF em curso no STF, da Relatoria do Ministro Dias Toffoli, ao qual foram agregados elementos informativos coligidos de outras operações, além de novas provas produzidas no Inquérito 1239/STJ.

Com base na documentação acostada ao Inquérito acima, fartamente composta de prova testemunhal, documental, depoimentos de colaboradores, dados bancários, telefônicos, fiscais, entre outros, restou demonstrado, conforme a seguir narrado, que **PEZÃO**



não só integrou a organização criminosa liderada por **SÉRGIO CABRAL**, como o sucedeu nas práticas ilícitas no comando do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

LUIZ FERNANDO DE SOUZA (PEZÃO), atual governador do Estado do Rio de Janeiro, foi Vice-Governador no mandato de **SÉRGIO CABRAL** entre 2007 e 2014, tendo assumido o governo com a renúncia deste último, em 3/04/2014.

PEZÃO foi também Secretário Estadual de Obras do Governo **CABRAL** entre 1º/01/2007 e 13/09/2011.

HUDSON BRAGA – subsecretário de **PEZÃO** na Secretaria de Obras - foi condenado junto com o então governador **SÉRGIO CABRAL**, nos autos da Ação Penal nº 0509503-57.2016.4.02.5101 (Operação *Calicute*) nas penas do art. 317-§1º do Código Penal, por ter feito cobrança de vantagem indevida no percentual de 1% do valor faturado para as obras do PAC FAVELAS; ARCO METROPOLITANO e reforma do MARACANÃ para a Copa de 2014, no período entre 2008 e 2011. Também foi condenado pelos crimes da Lei nº 9.613/98 (art. 1º-§ 4º) e da Lei nº 12.850/2013 (art. 2º-§ 4º- II).

O então governador **SÉRGIO CABRAL** foi condenado por esses mesmos crimes, praticados em um período em que **PEZÃO** era Secretário de Obras de **CABRAL**. Até então, os elementos de prova colhidos não permitiram delimitar sua atuação no esquema criminoso operado nessa Secretaria naquela ocasião.

Apenas com o aprofundamento posterior das investigações foi possível verificar que, do contexto inicial, onde o então Governador **SÉRGIO CABRAL** e o subsecretário de obras **HUDSON BRAGA** foram condenados pelo recebimento de vantagem indevida, **PEZÃO** integrava, seja nos cargos de Secretário de Obras, de Vice-Governador e de Governador, a mesma organização criminosa e praticava crimes contra a Administração e de lavagem de ativos, dentre outros.

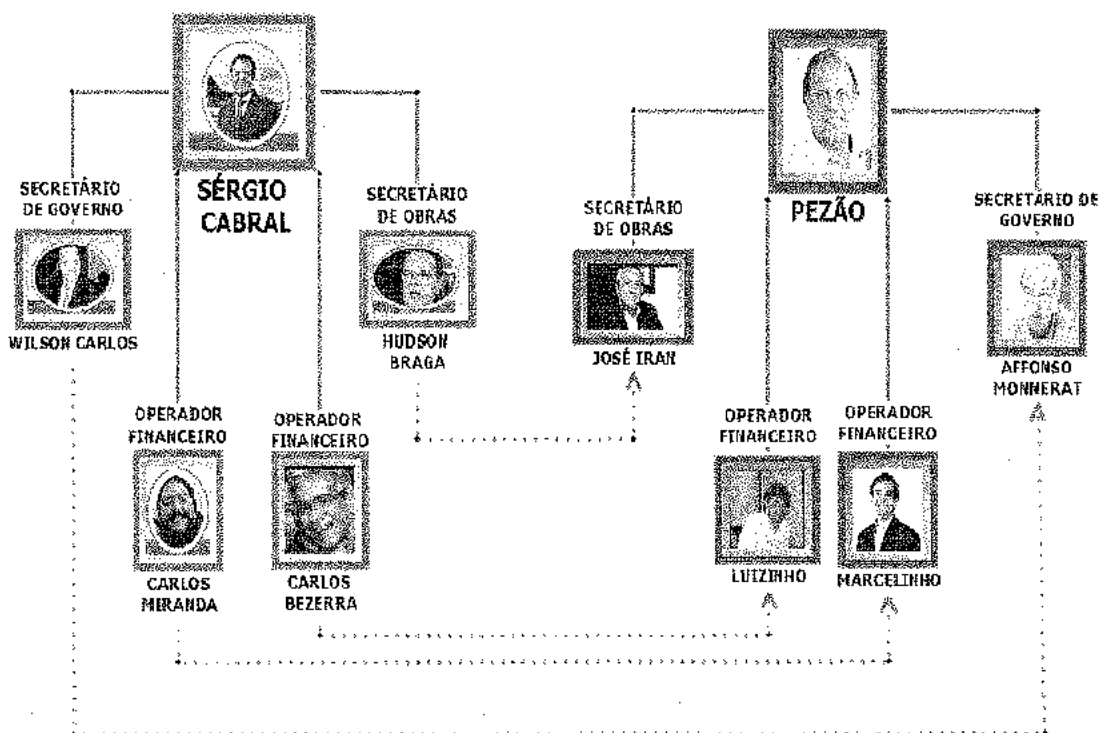
Após a produção de prova oral, a análise da movimentação bancária e dos dados fiscais, a quebra de sigilo dos dados e das conversas telefônicas, análise de material apreendido, bem como perícia contábil, descortinou-se que a organização criminosa, antes chefiada por **SÉRGIO CABRAL**, segue operando, agora sob o comando de **PEZÃO**.

Ficou demonstrado ainda que, apesar de ter sido homem de confiança de **SÉRGIO CABRAL** e assumido papel fundamental naquela organização criminosa, sucedendo **SÉRGIO CABRAL** na sua liderança, **PEZÃO** operou esquema de corrupção próprio, com seus



próprios operadores, seja no plano político, seja no plano financeiro, os quais ocupavam posição estratégica no seu Governo:

- a) HUDSON BRAGA – ex-Secretário de Estado de Obras;
- b) JOSÉ IRAN PEIXOTO JUNIOR – atual Secretário de Estado de Obras;
- c) AFFONSO HENRIQUE MONNERAT ALVES DA CRUZ – atual Secretário de Estado de Governo;
- d) LUIZ CARLOS VITAL BARROSO – ex-assessor direto do então Vice-Governador do Estado LUIZ FERNANDO PEZÃO, ocupando atualmente cargo comissionado na Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico;
- e) MARCELO SANTOS AMORIM – pessoa de confiança de PEZÃO e marido da sobrinha por afinidade deste, e ocupou, até recentemente, o cargo de Subsecretário Adjunto da Subsecretaria de Comunicação Social, da Secretaria de Estado da Casa Civil.





II. DAS IMPUTAÇÕES

II.1 VANTAGENS INDEVIDAS RECEBIDAS POR LUIZ FERNANDO PEZÃO DO ESQUEMA ILÍCITO OPERADO PELO ENTÃO GOVERNADOR SÉRGIO CABRAL

Em período compreendido entre 03/2007 a 03/2014, **PEZÃO**, no exercício das funções de secretário de obras e vice-governador e em razão desses cargos públicos, recebeu de **SÉRGIO CABRAL FILHO**, por 84 vezes, vantagens indevidas, consistente no pagamento de dinheiro, em espécie, de origem ilícita.

A dinâmica criminosa se desenvolveu a partir da ordem de **SÉRGIO CABRAL FILHO** a Carlos Miranda para que fosse pago a **LUIZ FERNANDO PEZÃO** uma mesada no valor mensal de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), mais o equivalente a um 13º (décimo terceiro salário), ao então **Secretário de Estado de Obras e Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro**, como remuneração por integrar a organização criminosa, cujos valores eram recolhidos de empreiteiras e prestadores de serviços e foram entregues a **PEZÃO** por **SÉRGIO DE CASTRO OLIVEIRA**, vulgo **SERJÃO** ou **BIG**, então assessor do ex-Governador **SÉRGIO CABRAL**, e por **LUIZ CARLOS BEZERRA**, funcionário de **SÉRGIO CABRAL**.

O pagamento sistemático e mensal de vantagem indevida a **LUIZ FERNANDO PEZÃO** foi determinado pelo Governador **SÉRGIO CABRAL** em razão das funções públicas ocupadas por **PEZÃO** e pelo fato de este atuar, nos respectivos cargos, em benefício dos interesses da organização criminosa, seja na função de Vice-Governador, seja como Secretário de Obras, Secretaria na qual ocorreram vultosos e sistemáticos desvios de recursos públicos que retornaram, em parte, aos integrantes da organização criminosa sob a forma de **VANTAGEM INDEVIDA**.

Carlos Miranda era o responsável pelo gerenciamento de parte da vantagem indevida destinada à organização criminosa do ex-Governador do Estado, **SÉRGIO CABRAL FILHO**, correspondente ao percentual de 5% sobre contratos com as grandes construtoras, como exemplo a **CARIOCA ENGENHARIA**, **ANDRADE GUTIERREZ** e **DELTA CONSTRUTORA**, assim como prestadores de serviços como a **COMERCIAL MILANO** e **MASAN**, que são fornecedoras de alimentos para o Estado do Rio de Janeiro³.

Por outro lado, ficou provado que a cobrança de dinheiro das pequenas e

³ Fatos noticiados em Acordo de Colaboração, homologado pelo Supremo Tribunal Federal, na PET 7125.



médias construtoras ficava a cargo da Secretaria de Estado de Obras (SEOBRAS), cujo operador financeiro era HUDSON BRAGA, homem de confiança e “braço direito” de LUIZ FERNANDO PEZÃO.

Posteriormente HUDSON BRAGA passou a exigir uma “sobretaxa” de 1% das grandes empreiteiras, além dos 5% já cobrados pela organização criminosa. Essa “sobretaxa” ficou conhecida entre os corruptores pelo nome de “Taxa de O2”, por conta da afirmação de HUDSON BRAGA de que precisava de um “oxigênio” para seguir facilitando os interesses das empresas contratadas e corruptoras⁴.

Para recolher os valores e fazer a distribuição do dinheiro, Carlos Miranda utilizava os serviços de outros aliados de SÉRGIO CABRAL. O primeiro deles era SERJÃO, que exercia cargo de assessor do Governo do Estado, a quem era permitido entrar e sair do Palácio Guanabara (sede do governo) sem levantar suspeitas, e assim ficava encarregado de entregar dinheiro em espécie para LUIZ FERNANDO PEZÃO. Posteriormente SERJÃO passou a ser auxiliado por LUIZ CARLOS BEZERRA, que basicamente fazia o transporte do dinheiro.

Sobre essa logística de entrega do dinheiro, o colaborador Carlos Miranda esclareceu em sede policial:

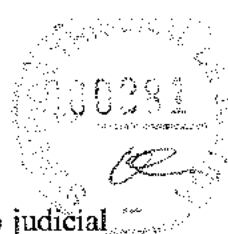
“(…) QUE em relação ao salário extra-oficial recebido por LUIZ FERNANDO PEZÃO, no valor de R\$ 150.000,00 do início de março/abril de 2007 a março/abril de 2014, no primeiro governo sempre foi entregue por SERJÃO, e no segundo mandato ou por SERJÃO ou por LUIZ CARLOS BEZERRA; QUE SERJÃO não costumava fazer anotações das entregas, mas LUIZ CARLOS BEZERRA costumava anotar; QUE os apelidos que BEZERRA conferia a PEZÃO era BIG FOOT, PEZONE, PE, CINDI ou CINDERELA (...)”⁵

LUIZ CARLOS BEZERRA, por sua vez, amigo de infância de SÉRGIO CABRAL, também foi condenado nos autos da mencionada Ação Penal nº 0509503-57.2016.4.02.5101 (Operação *Calicute*) como incurso nos crimes das Leis nº 9.613/98 e nº 12.850/13.

A posição de BEZERRA na organização criminosa de SÉRGIO CABRAL era de “homem da mala”, responsável pelos recolhimentos e entregas de dinheiro em espécie para os membros do anel criminoso.

⁴ Elementos probatórios oriundos da Ação Penal nº 0509503-57.2016.4.02.5101 – Operação *Calicute*.

⁵ Termo de declarações de fls. 24/30 do IPL nº 112/2018.



BEZERRA confessou em juízo esses fatos. Vejamos a confissão judicial

(autos da medida cautelar de quebra de sigilo de dados⁶):

“Eu sou amigo do **SÉRGIO CABRAL**. Conhecemo-nos há 42 anos, mais ou menos; frequentei sempre a casa dele; os pais dele têm uma consideração como se eu fosse da família, inclusive. Comecei a trabalhar com ele na campanha de 86; ele não se elegeu; foi ser diretor de operações da TurisRio – Companhia de Turismo do Estado. Eu fui trabalhar lá a partir de 88. Enfim, ele foi candidato em 90, se elegeu, e eu venho com ele no primeiro mandato, segundo mandato, trabalhando diretamente na Assembleia até 2002. Quando ele se elegeu senador, eu fiquei no Rio de Janeiro, não fui para Brasília.

(...)

Realmente aconteceu de eu levar e buscar valores, não me nego a isso, mas por conta de uma, enfim, de ter que fazer um trabalho, eu tinha um salário e fazia isso por conta de uma amizade, digamos assim. Mas eu não tinha noção do que acontecia. Na verdade, fiquei surpreso com essas séries de reportagens. Tenho culpa nas minhas, tipo, como lavagem de dinheiro. Eu tinha um salário que eu, realmente, lavei pra mim. Nunca lavei dinheiro para terceiros, nunca adquirei nenhum bem para terceiros, nada disso, exclusivamente para mim, um salário que eu fazia.

(...)

JF MARCELO BRETAS: Em que lugares o senhor ia normalmente pegar?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Na campanha, tenho quase que certeza, na Carioca Engenharia. Às vezes, de um portador, que depois de ver, eu reconheci como sendo a pessoa que transportava para os doleiros, que eu não conhecia, os irmãos Chebar, chama-se Vivaldo, mas tinha o codinome de Fiel. Peguei várias vezes com ele. Mas na época de campanha, Carioca Engenharia, não me lembro... Andrade Gutierrez eu nunca fui. Talvez na Delta, isso como época de campanha, era doação, independente de ser caixa dois, ou não.

JF MARCELO BRETAS: Esse recolhimento de dinheiro, isso era só em época de campanha?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Não, depois, a partir de 2011, em algumas ocasiões. Carioca Engenharia, posso citar.

JF MARCELO BRETAS: Então, isso era uma constante? Esse recolhimento de dinheiro?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Na época da campanha, foi uma época...

JF MARCELO BRETAS: Campanha tem a cada dois anos, não é?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: É, mas ela...

JF MARCELO BRETAS: É só no ano de eleição que havia o recolhimento de dinheiro?

SR. LUIZ CARLOS BEZERRA: Não, 2010, reeleição; em 2011, comecei essa atividade e foi direto, foi sem interrupção.”

⁶ Degravação Interrogatório Bezerra, digitalizado no pedido cautelar de quebra de sigilo de dados (QUEBSIG13).



LUIZ CARLOS BEZERRA confirmou que recebia ordens de Carlos Miranda para receber e entregar dinheiro. No interrogatório, quando perguntado, **LUIZ CARLOS BEZERRA** esclareceu a quem se referiam os codinomes.

Carlos Miranda esclareceu no Termo de Colaboração Premiada e em sede policial que os apelidos que **BEZERRA** dava a **PEZÃO** eram **BIG FOOT**, **PEZONE**, **PE**, **CINDI** ou **CINDERELA**.

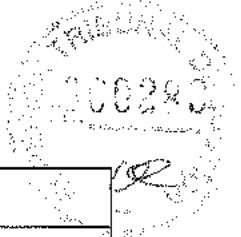
Com efeito, ao serem analisados os bilhetes apreendidos na residência de **LUIZ CARLOS BEZERRA**, foram identificadas anotações com datas e valores que fazem referências a pagamentos realizados a “**PÉ**”, “**PZÃO**”, “**PEZÃO**”, “**BIG FOOT**” e “**PEZZONE**”.

No total são 25 ocorrências, cuja maioria revela transferência de grandes vantagens indevidas para o **GOVERNADOR PEZÃO**. O montante ultrapassa os **dois milhões e duzentos mil reais**. Foi possível identificar pagamentos realizados entre os anos de 2012 a 2014.

Ademais, a medida de quebra do sigilo de dados telefônicos revelou que **LUIZ CARLOS BEZERRA** e **SERJÃO** mantiveram contatos telefônicos com **LUIZ FERNANDO PEZÃO** em diversas datas em que foram entregues dinheiro e que estão anotadas nos bilhetes.

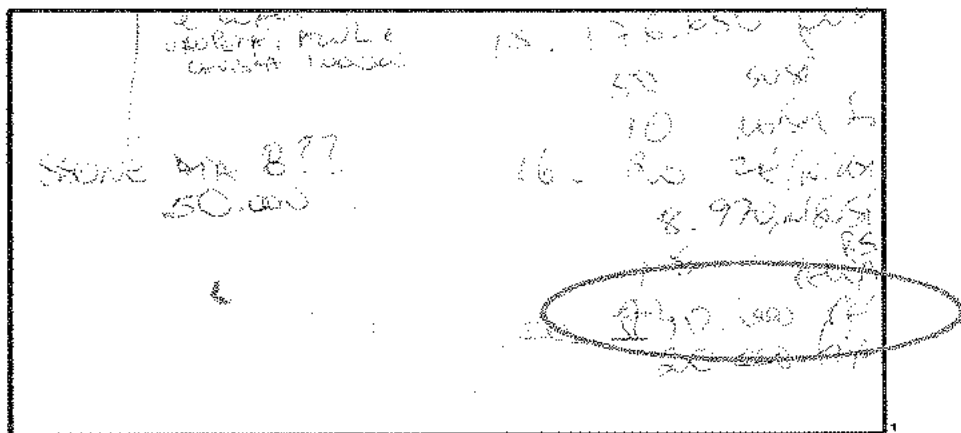
Para melhor visualização, esta tabela reúne as principais informações encontradas nos bilhetes, reproduzidos a seguir em cópia digitalizada:

BILHETES	REFERÊNCIA	VALOR	DATA PROVÁVEL
BILHETE 01	PÉ	140 MIL	DEZ/2014
BILHETE 02, 03, 04	PÉ	140 MIL	JAN/2014
BILHETE 05	PZAO?	140 MIL	FEV/2014
BILHETE 06	PÉ	140 MIL	MAR/2014
BILHETE 07	PEZÃO	50 MIL	DEZ/2014
BILHETE 08	BIG FOOT	100 MIL	18.01.2012
BILHETE 09	PEZÃO	40 MIL	19.01.2012
BILHETE 10	PEZÃO	-	-
BILHETE 11	BIG FOOT	140 MIL	24.08.2012
BILHETE 12	PEZÃO	60 MIL	25.08.2012



BILHETE 13	BIG FOOT	140 MIL	24.08.2012
BILHETE 14	PÊ	140 MIL	20.01.????
BILHETE 15	PÊ	140 MIL	12.01.????
BILHETE 16	PEZÃO	-	-
BILHETE 17	PEZÃO	140 MIL	-
BILHETE 18	PÊ	140 MIL	15.01.????
BILHETE 19	BIG FOOT	90 MIL	?
BILHETE 20	PEZONNE	50 MIL	02.12.2012
BILHETE 21	PEZÃO	140 MIL	29.11.20?
BILHETE 22	PEZÃO	140 MIL	-
BILHETE 23	PEZZONE	140 MIL	19.12.????
BILHETE 24	PEZÃO	R\$ 5.270,00	28.03.????
BILHETE 25	PEZÃO	-	-
TOTAL		R\$ 2.215.270,00	

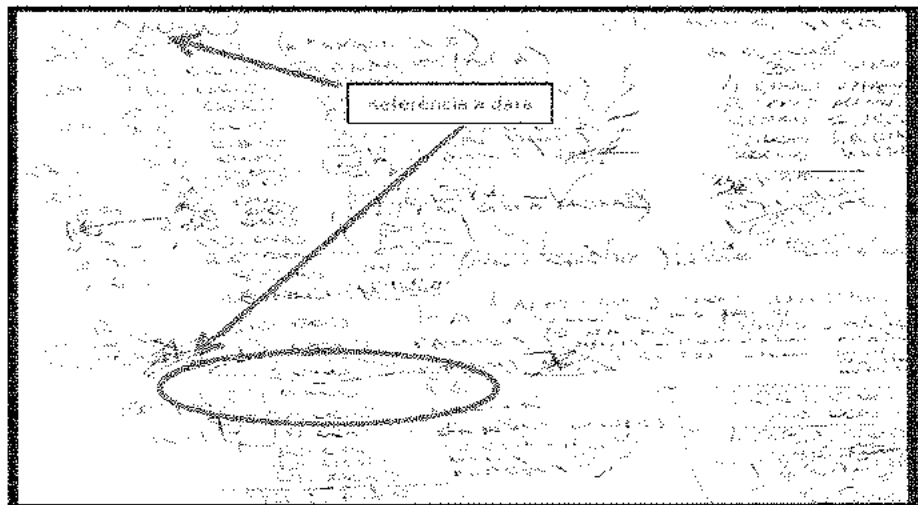
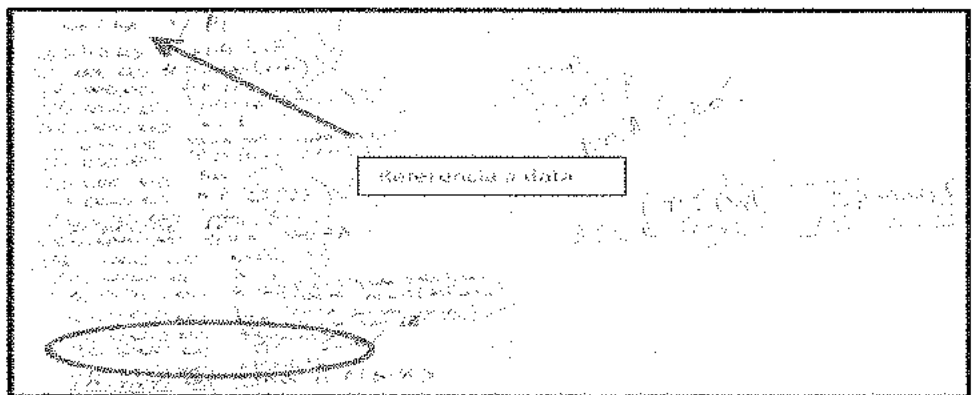
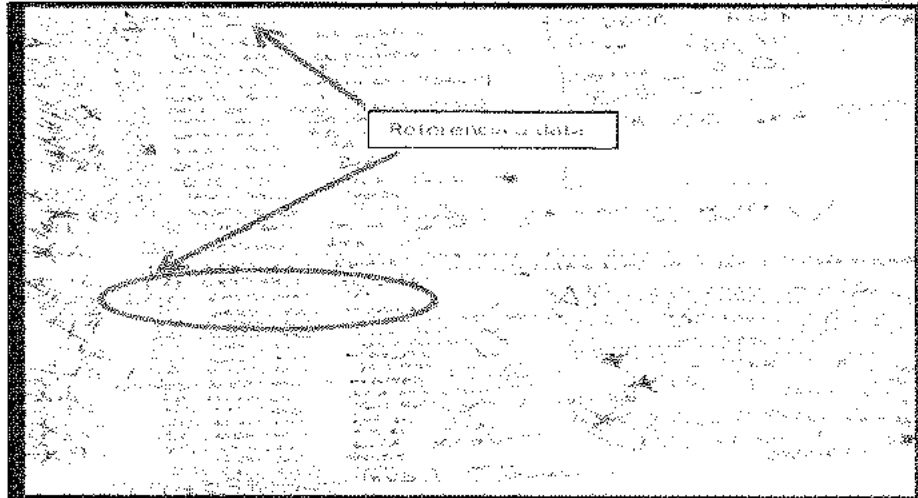
BILHETE 01⁷: Demonstra o recebimento de 140 mil reais para PEZÃO no dia 20.12.2014.



BILHETES 02, 03 e 04⁸: - Foram encontradas 03 anotações referentes aos pagamentos realizados em janeiro de 2014, sendo que em todas as três apareciam os mesmos valores pagos para PEZÃO.

⁷ ITEM 44 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

⁸ ITEM 44 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.



O mês de janeiro de 2014 foi o período em que PEZÃO manteve o maior número de contatos telefônicos com LUIZ CARLOS BEZERRA. Abaixo está a lista de todas as ligações efetivamente ocorridas no mês:

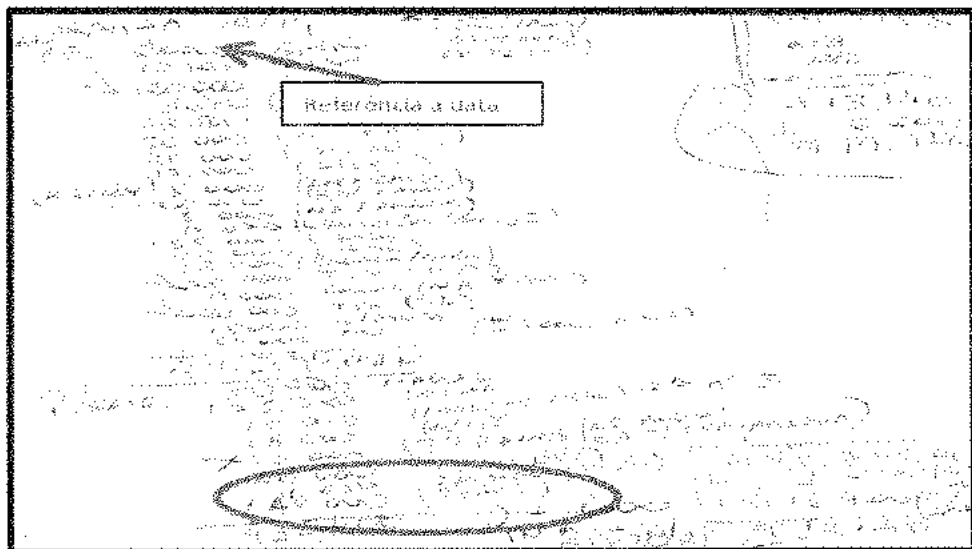


ORIGINADOR	TERMINAL_1 ORIGINADO R	TERMINAL_2 RECEBEDOR	RECEBEDOR	DATA / HORA	DURAÇÃO (SEGUNDOS)
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	02/01/2014 12:22:17	56
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	02/01/2014 12:46:18	20
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	02/01/2014 17:20:52	64
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	02/01/2014 18:06:52	16
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	05/01/2014 10:28:57	16
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	05/01/2014 10:29:42	33
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	05/01/2014 10:30:18	132
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	05/01/2014 11:14:51	3
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	05/01/2014 11:32:41	4
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	05/01/2014 12:57:19	140
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	05/01/2014 12:57:21	140
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	05/01/2014 12:57:22	18
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	05/01/2014 13:29:17	52
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	13/01/2014 22:51:48	140
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	13/01/2014 22:51:50	140
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	13/01/2014 22:51:52	68
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	14/01/2014 06:13:35	36
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	16/01/2014 10:20:20	68
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	16/01/2014 11:37:51	4
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	16/01/2014 12:39:57	57
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	16/01/2014 12:54:07	32
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	16/01/2014 13:09:24	140
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	16/01/2014 13:09:25	54
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	16/01/2014 13:52:10	21
LUIZ CARLOS			LUIZ FERNANDO	16/01/2014	132



BEZERRA			DE SOUSA	14:19:28	
LUIS FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	16/01/2014 14:48:23	3
LUIS FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	21/01/2014 22:16:19	32
LUIS FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	21/01/2014 22:23:00	132
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	21/01/2014 23:18:25	62
LUIS FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	21/01/2014 23:20:12	63
LUIS FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	24/01/2014 21:57:43	127
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	24/01/2014 23:20:30	140
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	24/01/2014 23:20:32	58
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	24/01/2014 23:22:07	140
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	24/01/2014 23:22:09	68
LUIS FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	25/01/2014 02:23:19	42
LUIS FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	25/01/2014 08:34:26	26

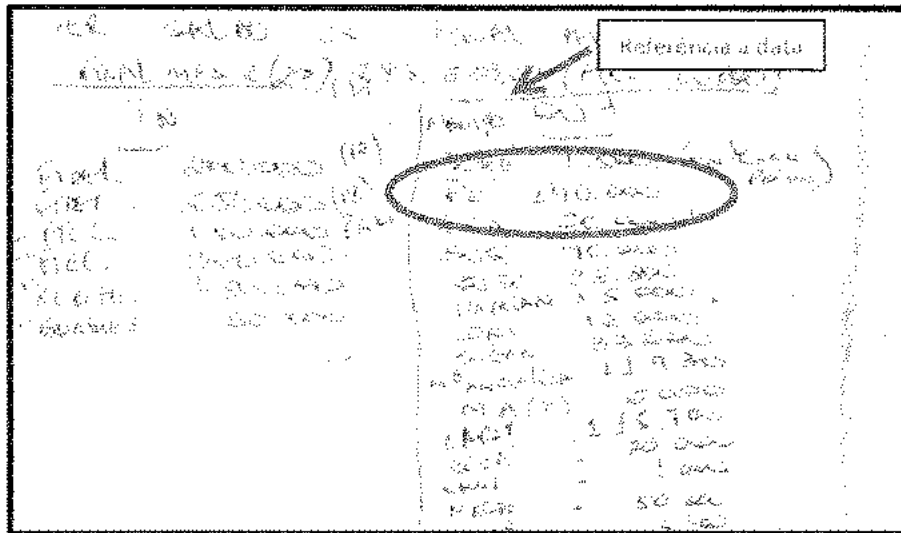
BILHETE 05⁹: Referência ao pagamento de 140 mil para “Pzao” em Fevereiro de 2014.



⁹ ITEM 44 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.



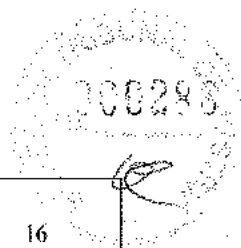
BILHETE 06¹⁰: Pagamento de 140 mil reais para “PÉ” em março de 2014.



Há alguns registros de conversas telefônicas no mês de março de 2014:

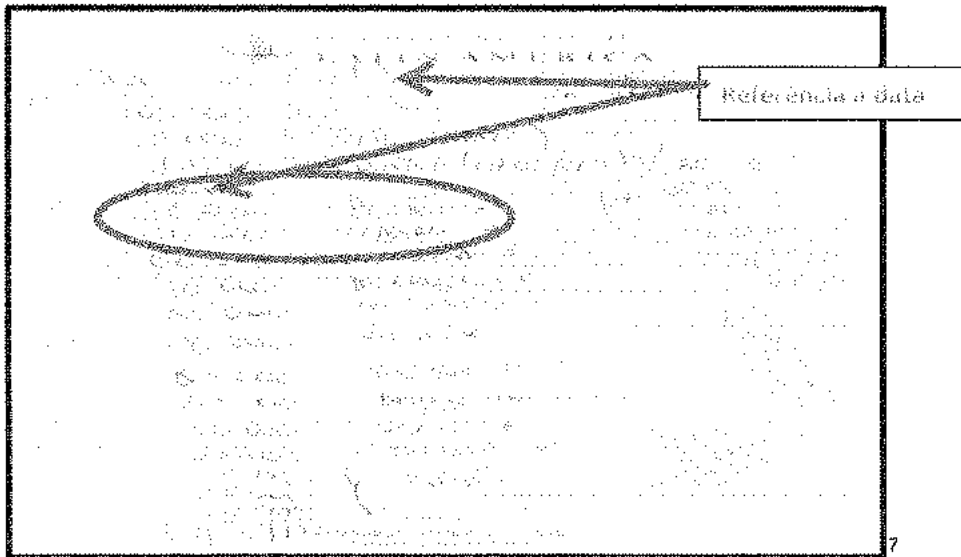
ORIGINADOR	TERMINAL 1 ORIGINADOR	TERMINAL 2 RECEBEDOR	RECEBEDOR	DATA/HORA	DURAÇÃO (SEGUNDOS)
LUIS FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	06/03/2014 12:16:31	31
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	06/03/2014 13:01:57	124
LUIS FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	06/03/2014 13:13:13	9
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	06/03/2014 13:14:23	12
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	06/03/2014 15:54:21	21
LUIS FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	06/03/2014 16:05:29	26
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	07/03/2014 13:26:37	58
LUIS FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	07/03/2014 13:27:31	7
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	07/03/2014 13:28:15	15
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	29/03/2014 14:08:30	65
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	29/03/2014 15:01:27	158
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	29/03/2014 15:01:29	158

¹⁰ ITEM 44 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

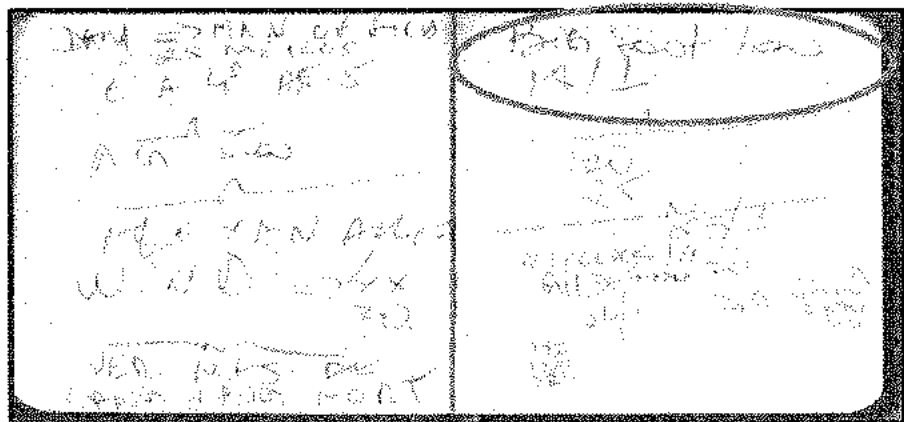


LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	29/03/2014 15:01:30	16
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	29/03/2014 15:01:32	158
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	29/03/2014 15:01:34	158
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	29/03/2014 15:01:35	16
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	30/03/2014 06:29:52	32
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	30/03/2014 15:23:21	29

BILHETE 07¹¹: Pagamento de 50 mil reais para "PEZÃO" em 02 dezembro de 2014.



BILHETE 08¹²: Repasse de 100 mil reais para "BIG FOOT" na provável data de 18.01.2012.



Exatamente nesta data eles conversaram duas vezes:

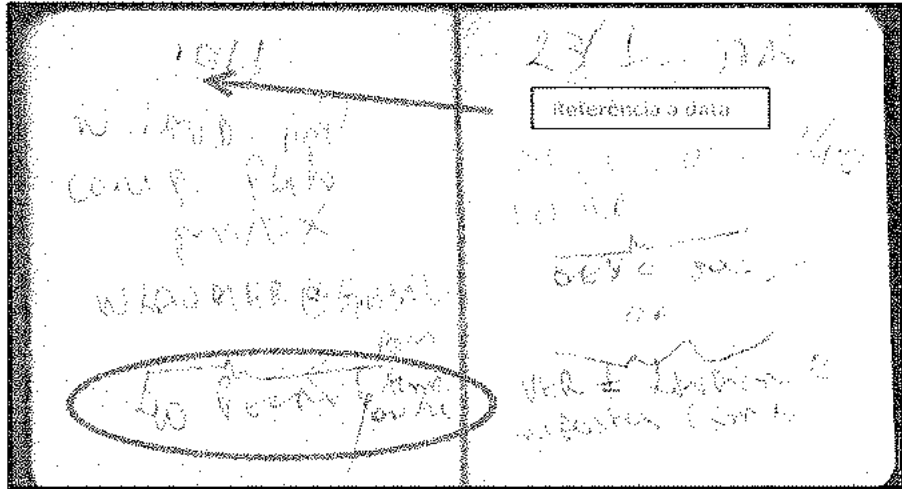
¹¹ ITEM 44 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

¹² ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.



ORIGINADOR	TERMINAL 1 ORIGINADOR	TERMINAL 2 RECEBEDOR	RECEBEDOR	DATA/HORA	DURAÇÃO (SEGUNDOS)
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	18/01/2012 11:59:45	23
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	18/01/2012 19:47:58	47

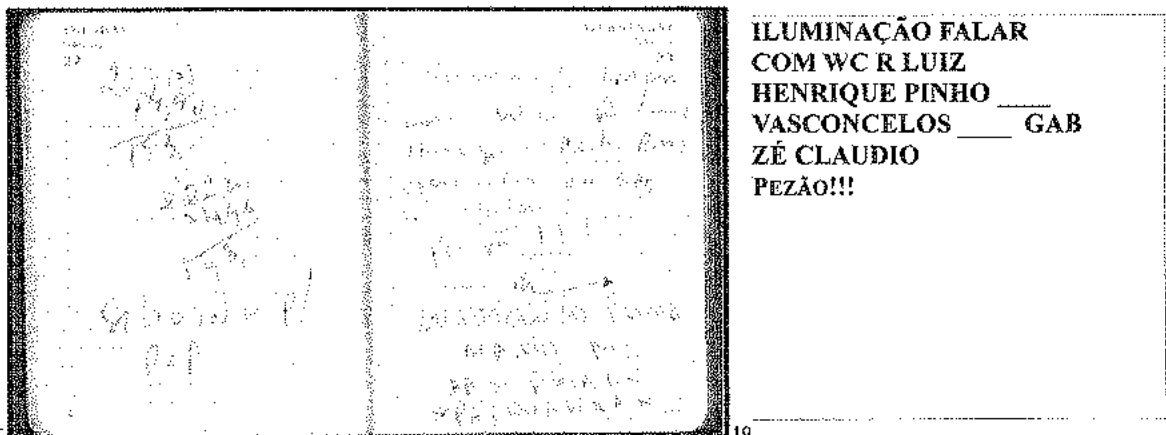
BILHETE 09: Pagamento de 40 mil reais para "PEZÃO" na data provável de 19.01.2012.



Com registro de contato telefônico nesta data:

ORIGINADOR	TERMINAL 1 O RIGINADOR	TERMINAL 2 RECEBEDOR	RECEBEDOR	DATA/HORA	DURAÇÃO (SEGUNDOS)
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	19/01/2012 13:00:06	20

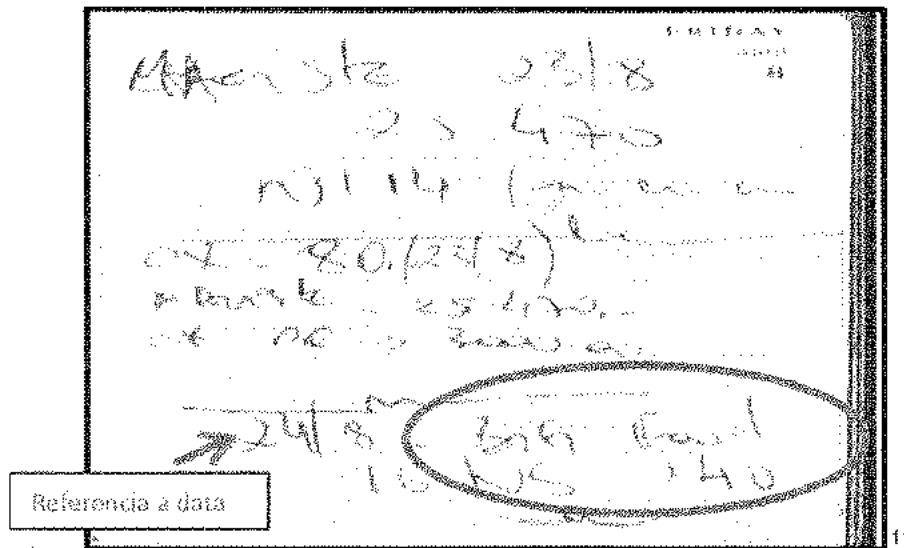
BILHETE 10¹³: Diferente das outras citações, o bilhete seguinte não possui indicação de pagamento e sim uma anotação para falar com "WC", ou seja, WILSON CARLOS.



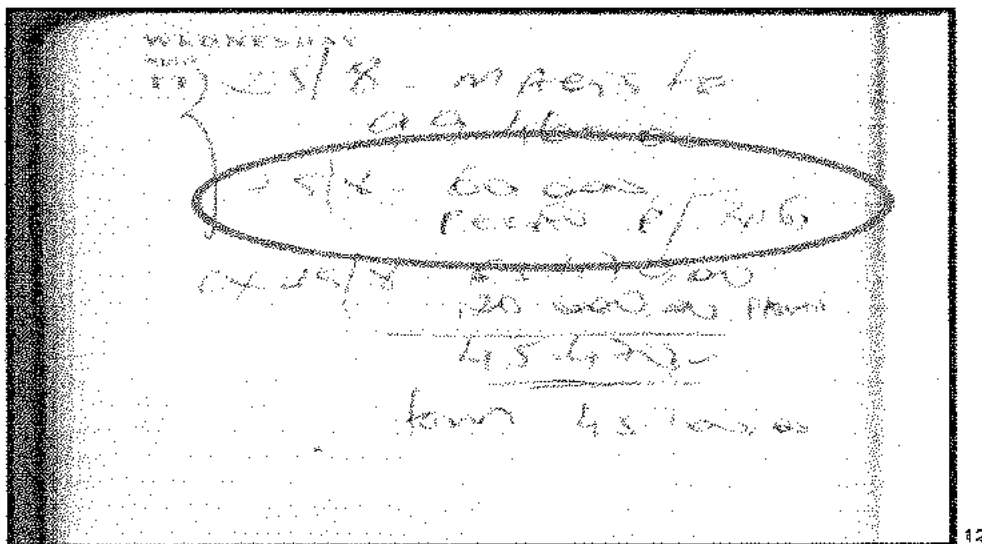
ITEM 40 do auto de apreensão 424.10/DELECOR/DPF/SK/RJ.



BILHETE 11¹⁴: Pagamento de 140 mil para “BIG FOOT” na data provável de 24.08.2012



BILHETE 12¹⁵: Pagamento de 60 mil reais para “PEZÃO” que teria sido realizado por “BIG” (SERGIO DE OLIVEIRA CASTRO) na provável data de 25.08.2012.

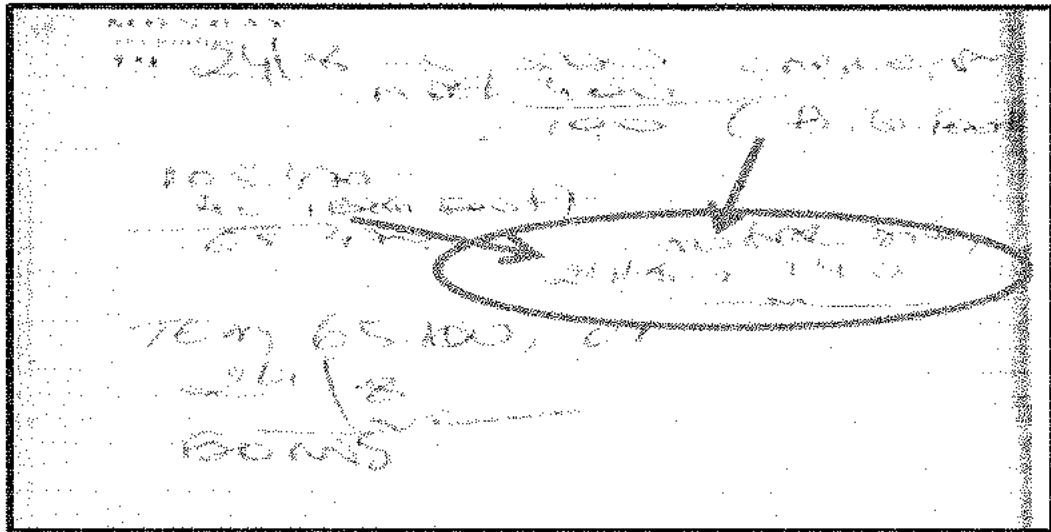


BILHETE 13¹⁶: Pagamento de 140 mil reais para “BIG FOOT”, na data provável de 24.08.2012.

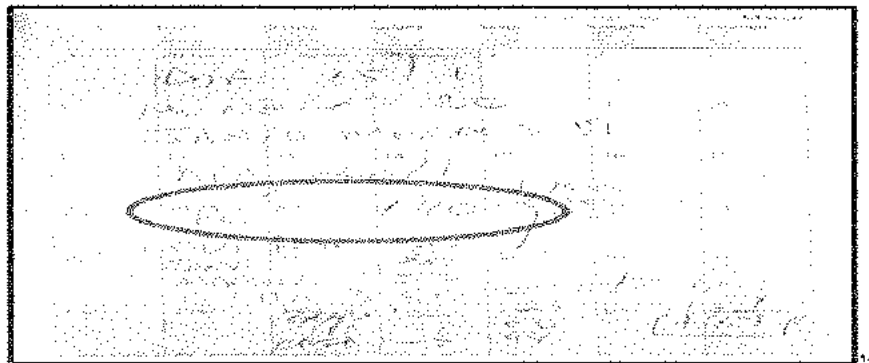
¹⁴ ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

¹⁵ ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

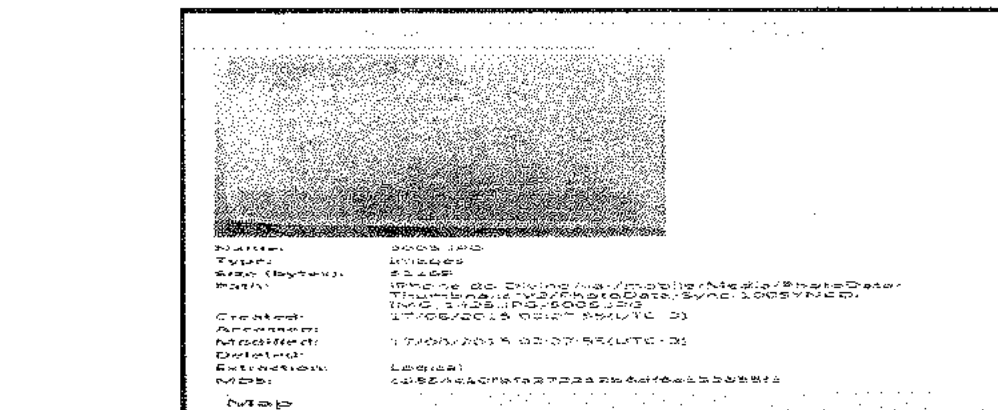
¹⁶ ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.



BILHETE 14¹⁷: Menção do pagamento de 140 mil reais para “PÉ” na provável data de 20.01.????, cuja fotografia também foi encontrada no celular apreendido de CARLOS BEZERRA.



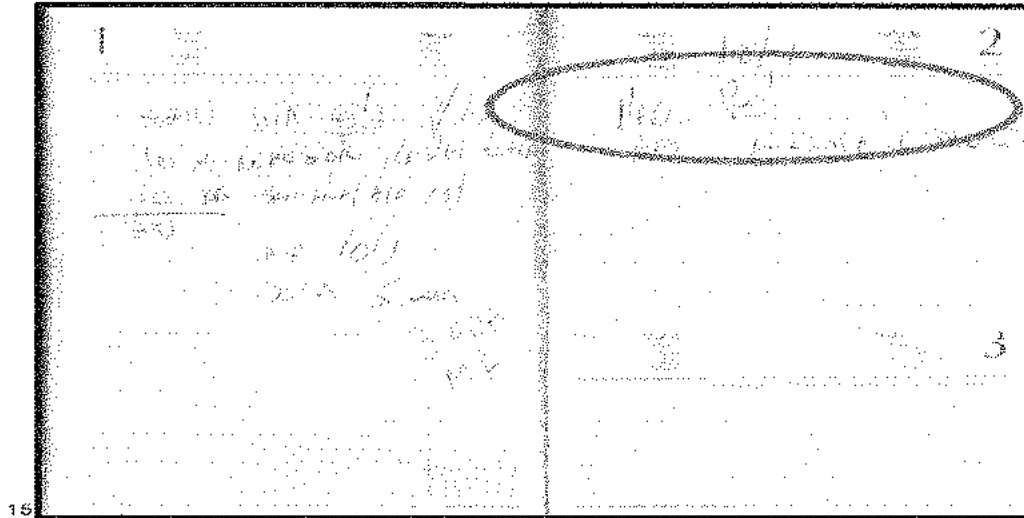
Também foi encontrada no celular apreendido de CARLOS BEZERRA fotografia com a mesma anotação acima:



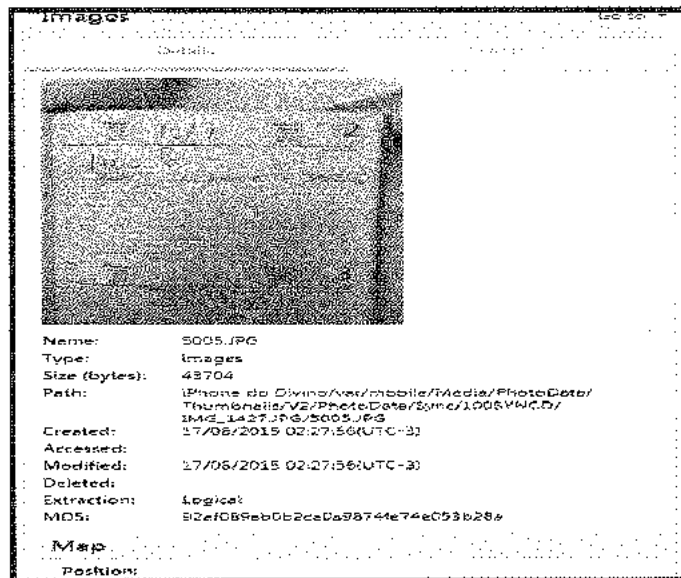
¹⁷ ITEM 01 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.



BILHETE 15¹⁸: Pagamento de 140 mil reais para “PÉ” na provável data de 21/01/????.



De igual modo, foi encontrada, no celular apreendido de CARLOS BEZERRA, fotografia com a mesma anotação acima.



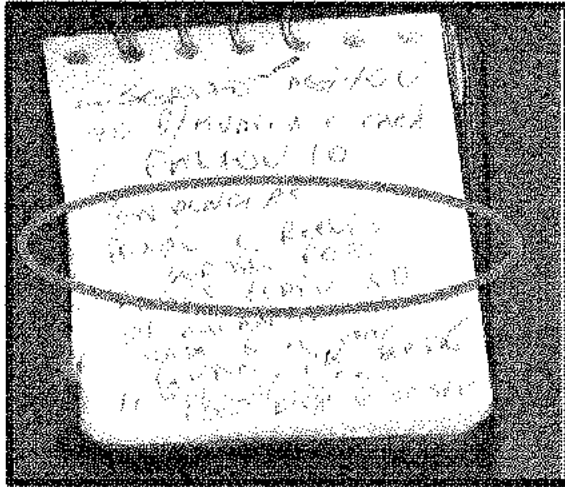
BILHETES 16¹⁹ e 17²⁰: Anotação “Pendências PEZÃO e Regis”, indicando que faltava acertar os pagamentos para PEZÃO e REGIS FICHTER, ex-Secretário de Estado da Casa Civil do governo CABRAL e Pagamento de 140 mil reais para “PEZÃO”, sem data registrada.

¹⁸ ITEM 01 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

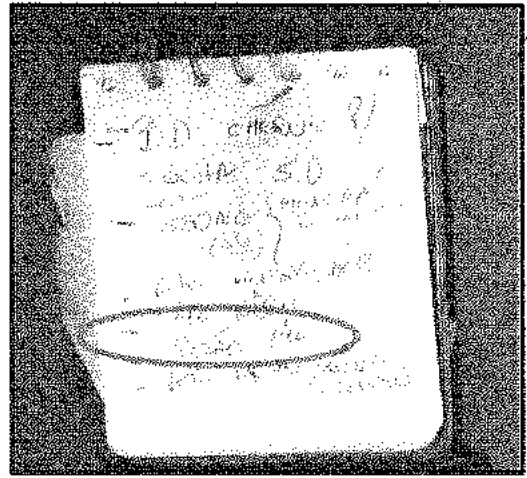
¹⁹ ITEM 02 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

²⁰ ITEM 02 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

TRIBUNAL
 000243

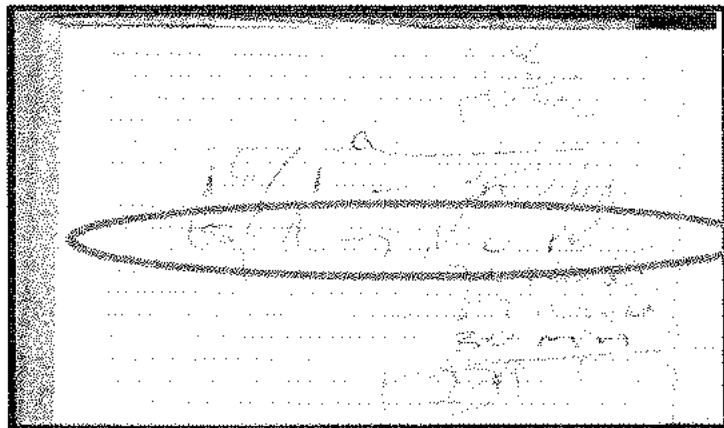


16



17

BILHETE 18²¹: Pagamento de 140 mil reais a “PÊ” na provável data de 15.01.2014.

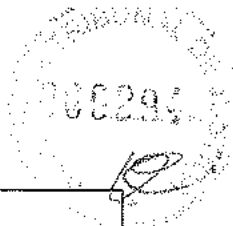


18

Os investigados mantiveram contatos entre 13/01/2014 a 16/01/2014, conforme tabela abaixo:

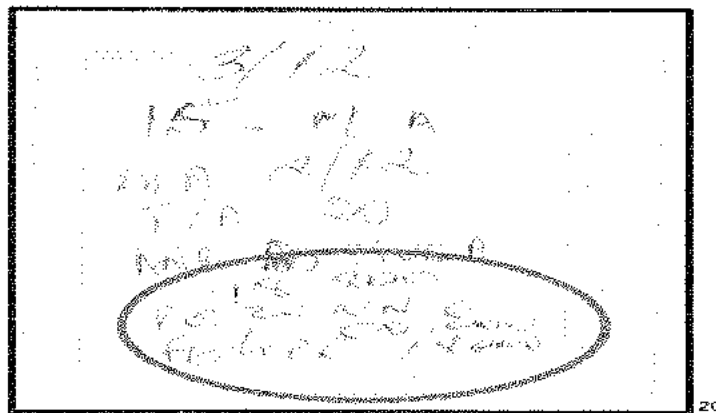
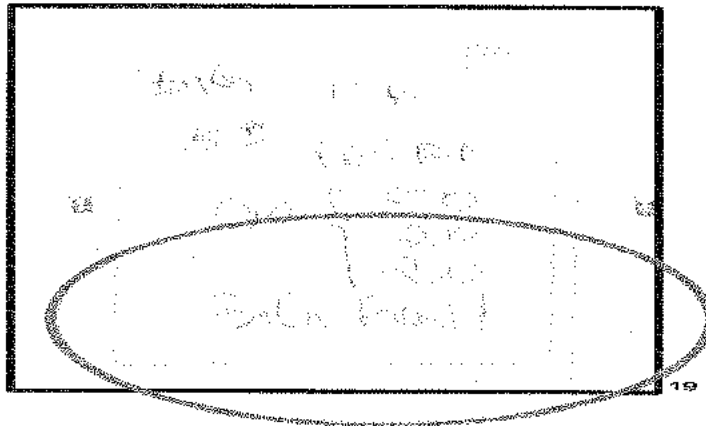
ORIGINADOR	TERMINAL 1 ORIGINADOR	TERMINAL 2 RECEBEDOR	RECEBEDOR	DATA/HORA	DURAÇÃO (SEGUNDOS)
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	13/01/2014 22:51:48	140
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	13/01/2014 22:51:50	140
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	13/01/2014 22:51:52	68
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	14/01/2014 06:13:35	36
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	16/01/2014 10:20:20	68
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	16/01/2014 11:37:51	4
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	16/01/2014 12:39:57	57

²¹ ITEM 04 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.



LUIS FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	16/01/2014 12:54:07	32
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	16/01/2014 13:09:24	140
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	16/01/2014 13:09:25	54
LUIS FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	16/01/2014 13:52:10	21
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIS FERNANDO DE SOUSA	16/01/2014 14:19:28	132
LUIS FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	16/01/2014 14:48:23	3

BILHETE 19²² e 20²³: Pagamento de 90 mil reais para “BIG FOOT”, sem data registrada e pagamento de 50 mil reais para “PEZONNE” na data provável de 02 de dezembro, sem que seja possível estipular o ano do pagamento, respectivamente.



Na data de 02/12/2013, PEZÃO e BEZERRA fizeram, entre si 15 chamadas telefônicas:

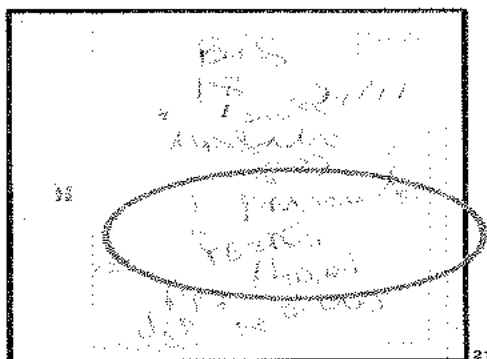
²² ITEM 21 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

²³ ITEM 21 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

000296

ORIGINADOR	TERMINAL 1 O RIGINADOR	TERMINAL 2_R ECEBEDOR	RECEBEDOR	DATA/HORA	DURAÇÃO (SEGUND OS)
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	02/12/2013 13:28:11	42
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	02/12/2013 13:29:06	2
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	02/12/2013 13:29:08	10
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	02/12/2013 13:30:44	97
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	02/12/2013 13:49:12	7
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	02/12/2013 14:01:07	3
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	02/12/2013 14:26:25	140
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	02/12/2013 14:26:27	140
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	02/12/2013 14:26:29	140
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	02/12/2013 14:26:31	140
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	02/12/2013 14:55:24	7
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	02/12/2013 14:56:45	12
LUIZ FERNANDO DE SOUSA			LUIZ CARLOS BEZERRA	02/12/2013 14:57:32	4
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	02/12/2013 14:58:08	106
LUIZ CARLOS BEZERRA			LUIZ FERNANDO DE SOUSA	02/12/2013 14:58:12	50

BILHETES 21²⁴ e 22²⁵: Pagamento para “PEZÃO” de 140 mil reais em 29.11, sem que possa ser confirmado o ano do adimplemento e pagamento de 140 mil para “PEZÃO”, sem data estipulada, respectivamente.

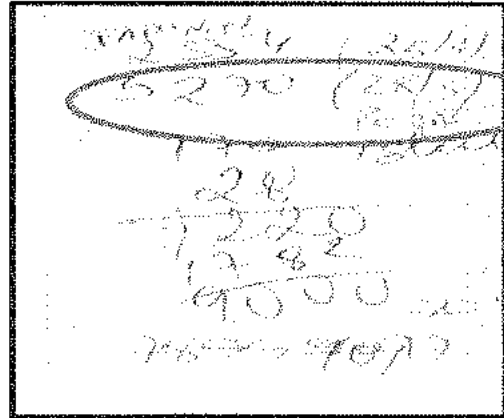
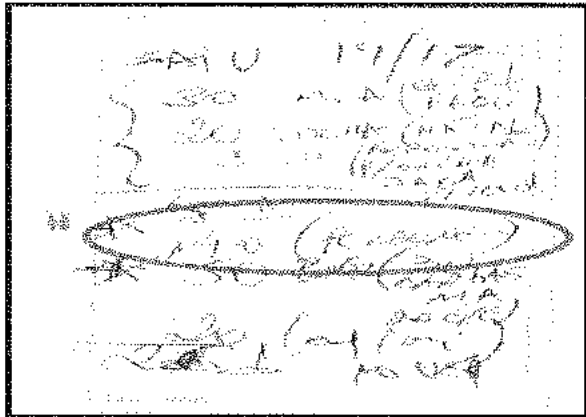


²⁴ ITEM 21 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

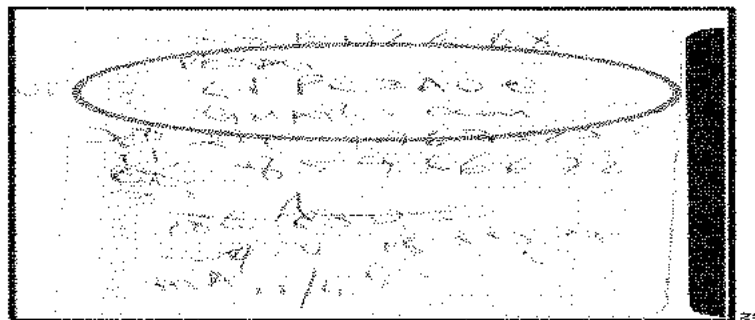
²⁵ ITEM 21 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

000248

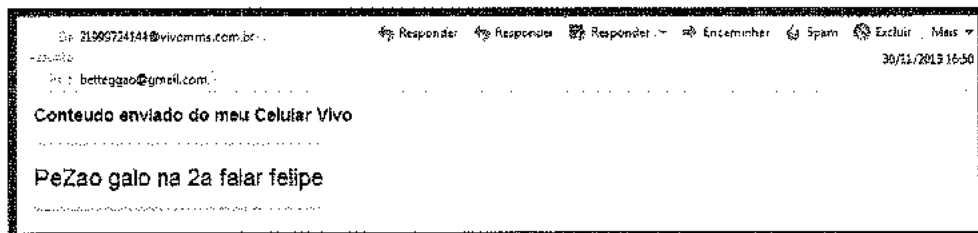
BILHETE 23²⁶ e 24²⁷: Pagamento de 140 mil reais para “PEZZONE”, na data provável de 19.12.??? e pagamento para “PEZÃO” no valor de R\$ 5.270,00, data provável de 28.03.????, respectivamente:



BILHETE 25²⁸: Inscrição do nome PEZÃO e a conta de email do governador:



Além das anotações manuscritas, foi possível identificar, na caixa de e-mail de **LUIZ CARLOS BEZERRA**, duas anotações referentes a pagamentos destinados a **PEZÃO**. Nas datas de 30.11.2013 e 13.12.2013, BEZERRA envia para ele próprio e-mails com o conteúdo “**PEZÃO galo na 2ª falar felipe**”, que indica o pagamento de R\$ 50 mil reais para **PEZÃO**.



²⁶ ITEM 21 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

²⁷ ITEM 24 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

²⁸ ITEM 41 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.



Os elementos probatórios acima retratados, dentre estes, a análise do material apreendido na residência de CARLOS BEZERRA, depoimento do colaborador Carlos Miranda e análise de dados de registros telefônicos e telemáticos demonstram que **SÉRGIO CABRAL**, entre 03/2007 e 03/2014, ofereceu, por 85 (oitenta e cinco) vezes, vantagem indevida a **LUIZ FERNANDO PEZÃO** e este aceitou e recebeu os valores ofertados de origem ilícita acima relacionados, já corrigidos até 10/2018, sob o propósito de, na condição de Vice-Governador, apoiar a atuação da organização criminosa liderada por **SÉRGIO CABRAL** no Governo do Estado do Rio e, como Secretário de Obras, facilitar contratações irregulares no âmbito da Secretaria de Obras – SEOBRAS.

Concorreram para a prática criminosa, na forma do art. 29 do Código Penal, Carlos Miranda ao organizar a contabilidade das entregas e **SÉRGIO CASTRO DE OLIVEIRA** e **CARLOS BEZERRA**, ao providenciá-las.

II.2 VANTAGENS INDEVIDAS RECEBIDAS POR LUIZ FERNANDO PEZÃO DA FETRANSPOR.

No período entre 11/06/2014 e 03/06/2015, **PEZÃO**, já no cargo de Governador do Rio de Janeiro, recebeu vantagem indevida da FETRANSPOR de, pelo menos, R\$ 11.400.000,00 (onze milhões, quatrocentos mil reais), em valores históricos.

Os pagamentos foram feitos por ordem de **JOSÉ CARLOS LAVOURAS**, ex-dirigente da FETRANSPOR por meio de **ÁLVARO NOVIS**, operador da FETRANSPOR (e da ODEBRECHT no Rio) através da sua corretora HOYA²⁹.

ÁLVARO NOVIS, dirigente da corretora HOYA, por ordem de **JOSÉ CARLOS LAVOURAS**, pagou, com a intermediação de **LUIZ CARLOS VITAL BARROSO**, vulgo LUIZINHO, operador financeiro de **LUIZ FERNANDO PEZÃO**, três parcelas de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), entre os meses de julho e agosto de 2014, sendo duas entregas recebidas pessoalmente por LUIZINHO e outra entrega à pessoa por ele indicada.

RICARDO CAMPOS e **ROBSON TEIXEIRA DE CASTRO**, funcionários de **ÁLVARO NOVIS**, entregaram a LUIZINHO parcelas dos pagamentos a **PEZÃO**, totalizando, pelo menos, R\$ 7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil reais).

CARLOS ALBERTO BRAGA DE CASTRO, gerente de tesouraria da empresa transportadora de valores TRANSEXPRT, por ordem de **ÁLVARO NOVIS**, procedeu à compensação financeira de seis parcelas de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta

²⁹ Termo de declarações de fls. 5156 e documentos de fls. 57/211 do IPL nº 112/2018.



mil reais), da conta operada pela FETRANSPOR para a conta operada por **HUDSON BRAGA**, como pagamentos a **LUIZ FERNANDO PEZÃO**, registrados tabela F/SABI pelo termo “lamparina”.

JOSÉ CARLOS REIS LAVOURAS foi conselheiro da Federação das Empresas de Transportes (FETRANSPOR) e é apontado, junto com os outros dirigentes da FETRANSPOR, **JACOB BARATA** e **LÉLIS TEIXEIRA**, como mentor de um esquema de corrupção que ultrapassou duas décadas, recolhendo os valores das vantagens indevidas nas garagens das empresas de ônibus participantes do esquema criminoso e operacionalizando a entrega aos detentores de altos cargos no Poder Executivo e Legislativo do Estado do Rio de Janeiro.

LAVOURAS é réu nas Ações Penais nº 0506501.45.2017.4.02.5101 e nº 0506615.81.2017.4.02.5101, ambas em curso perante a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro no âmbito da *Operação Ponto Final*, tendo sido **decretada sua prisão preventiva há mais de um ano, estando ele foragido em Portugal**.

Nessa investigação, ficou provado o pagamento de vantagem indevida da FETRANSPOR para **SÉRGIO CABRAL**, por meio de seu operador financeiro Carlos Miranda, no montante de R\$ 122.850.000,00 (cento e vinte e dois milhões, oitocentos e cinquenta mil reais)³⁰.

Assim como já vinha ocorrendo há mais de duas décadas, os pagamentos de vantagens indevidas não se restringiram a **SÉRGIO CABRAL**, e passaram a ser realizados ao novo líder da organização criminoso, na condição de chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

Com efeito, o operador financeiro do esquema de corrupção da FETRANSPOR, **ÁLVARO JOSÉ GALLIEZ NOVIS**, passou a fazer as entregas, por determinação de **JOSÉ CARLOS REIS LAVOURAS**, ao novo Governador **LUIZ FERNANDO PEZÃO**, por meio de seus operadores **HUDSON BRAGA** e **LUIZ CARLOS VITAL BARROSO**.

Por meio de acordo de colaboração premiada firmado com o MPF, **ÁLVARO NOVIS** esclareceu que duas contas eram utilizadas para a movimentação desses valores da FETRANSPOR, a F/SABI e F/NETUNO. As planilhas³¹ dessas contas comprovam os pagamentos a **LUIZ FERNANDO PEZÃO** no período de **11/06/2014 a 03/06/2015**, cujas

³⁰ Processo nº 0506501-45.2017.4.02.5101, em tramitação na 7ª Vara Federal Criminal/RJ.

³¹ Planilhas encartadas às fls. 57/211 do IPL nº 112/2018.



movimentações financeiras foram identificadas com os codinomes: **PEZÃO, PÉ GRANDE, NOVATO, LUIZ/GRANDE e LUIZ**. Ademais, **ÁLVARO NOVIS** afirmou que alguns dos pagamentos eram realizados por meio de compensações dentro da transportadora de valores **TRANSEXP**ERT, sendo tais compensações identificadas pela palavra “**LAMPARINA**”.

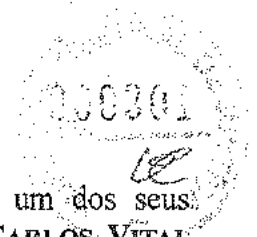
A conta **F/NETUNO** contabiliza as entradas de valores da arrecadação periódica das empresas de ônibus. Por sua vez, a conta **F/SABI** registra os pagamentos às pessoas e autoridades a mando de **JOSÉ CARLOS LAVOURAS**.

A respeito da operacionalização das contas, esclarece **ÁLVARO NOVIS**:

“(…) **QUE JOSE CARLOS LAVOURAS** criou uma contabilidade paralela denominada conta **F/NETUNO**, para contabilizar as entradas de valores da arrecadação semanal das empresas de ônibus; **QUE** também criou a contabilidade denominado conta **F/SABI** para registrar os pagamentos; **QUE** apenas **JOSE CARLOS LAVOURAS** e o declarante tinham acesso para consulta e atualização dessa conta, que era realizado no computador do declarante e entregue impresso a **LAVOURAS** para conferência; **QUE entrega neste ato a planilha com a movimentação financeira das contas F/NETUNO e F/SABI de 01/02/2013 a 04/03/2016, que indica o pagamento semanal das empresas de ônibus; QUE** os períodos anteriores foram apagados; **QUE** havia um gerente financeiro na **FETRANSPOR** chamado **CARLOS ROBERTO ALVES**, que entregava a planilha mensal ao declarante com os valores do recolhimento da **VANTAGEM INDEVIDA**; **QUE** não ficava explícito que se tratava de **VANTAGEM INDEVIDA** mas por ser uma contabilidade paralela, em espécie, para entrega a pessoas suspeitas e políticos, subentendia que era **VANTAGEM INDEVIDA**; **QUE** conferia na planilha entregue por **CARLOS ROBERTO ALVES** se as empresas de ônibus haviam feito o depósito semanal na conta **F/NETUNO**; **QUE** após aguardava a ordem de **JOSÉ CARLOS LAVOURAS** para fazer os pagamentos; **QUE JOSÉ CARLOS LAVOURAS** sempre anotava em papel os beneficiários, os valores, o local e a senha para a entrega; (…)

(…) **QUE** na conta **F/SABI** registrava todos os pagamentos realizados conforme determinado por **JOSE CARLOS LAVOURAS**; **QUE** cada beneficiário recebia um apelido; **QUE os apelidos do atual governador LUIZ FERNANDO DE SOUZA - PEZÃO, na planilha era PEZÃO, PÉ GRANDE, NOVATO, LUIZ/GRANDE e LUIZ; QUE os pagamentos compensados dentro da TRANSEXP**ERT, recebia uma anotação na conta **F/SABI** como lamparina; **QUE essas compensações dentro da TRANSEXP**ERT eram realizados com a conta de **HUDSON BRAGA**, a seu pedido por questões de segurança; (…)

(…) **QUE** o responsável por receber os recursos para **PEZÃO**, foi dito ser um parente seu de apelido **LUIZINHO**; **QUE LUIZINHO**



costumava aparecer junto a PEZÃO na tv, pois era um dos seus assessores; **QUE** apresentada a fotografia de LUIZ CARLOS VITAL BARROSO, reconhece ele como LUIZINHO;(…)

(…) **QUE** sabia o beneficiário das entregas para PEZÃO pela FETRANSPORT pois JOSÉ CARLOS LAVOURAS escrevia que era para entregar a PÉ GRANDE e quem recebia seu parente LUIZINHO;(…)

(…) **QUE** não chegou a entregar dinheiro em espécie nas mãos de HUDSON BRAGA, mas fazia transações dentro da TRANSEXPRT para creditar a conta que ele mantinha na transportadora; **QUE** o operador financeiro de PEZÃO era HUDSON BRAGA;(…)

(…) **QUE confirma que pagou pelo menos R\$ 11.450.000,00 (onze milhões e quatrocentos e cinquenta mil reais) ao grupo de PEZÃO (LUIZINHO, HUDSON BRAGA e uma terceira pessoa indicada por LUIZINHO); de meados de 2014 a meados de 2015; QUE** entregou uma planilha contendo esses valores retirados da conta F/SABI, mas ainda existem outros pagamentos que não constam na tabela indicados o pagamento a "LUIZ"; **QUE** esses pagamentos estão nas planilhas TRANSMAR, F/SABI e em um pen drive em uma planilha excel, que foi entregue no MPF e está disponibilizado à PF; **QUE** a soma total desses pagamentos devem ser conferidos com todas as tabelas;(…)

(…) **QUE** nos registros do declarante, NOVATO seria LUIZINHO, que foi um apelido criado com JOSÉ CARLOS LAVOURAS; **QUE** não se referia a LUIZ CARLOS BEZERRA (grupo de CABRAL) como novato; (…)"³² (Grifou-se)

Apenas ÁLVARO NOVIS e JOSÉ CARLOS LAVOURAS tinham acesso à consulta e atualização das contas, que ficavam registradas em meio digital no computador pessoal de NOVIS, e impresso para acompanhamento de LAVOURAS.

Segundo seus esclarecimentos, no exemplo da tabela abaixo, a primeira coluna refere-se à data em que os recursos da VANTAGEM INDEVIDA foram debitados ou creditados; a segunda coluna referia-se ao valor entregue; a terceira coluna referia-se ao valor que foi creditado pela FETRANSPORT; a quarta coluna referia-se ao saldo que a Federação tinha com o Colaborador; a quinta coluna ('D/C') ao status do saldo – se positivo ('CR') ou negativo ('DB'); e, a sexta coluna ('Histórico') servia para que os operadores colocassem alguma observação a respeito da transação.

³² Termo de declarações de fls. 51/55 do IPL nº 112/2018.



Cliente: 17301

Data	Debito	Credito	Saldo	D/C	Historico
10/07/2014	25.000,00		13.630.585,85	DB	P/DESE.
15/07/2014	20.000,00		13.650.585,85	DB	P/DESE.
15/07/2014	500.000,00		14.150.585,85	DB	P/DESE.
15/07/2014	236.000,00		14.386.585,85	DB	P/DESE.
15/07/2014	160.000,00		14.546.585,85	DB	P/DESE.
17/07/2014		50.000,00	14.596.585,85	DB	P/DESE.
17/07/2014	124.000,00		14.472.585,85	DB	P/DESE.
18/07/2014		200.000,00	14.672.585,85	DB	P/DESE.
21/07/2014	15.000,00		14.657.585,85	DB	DESE.
21/07/2014		500.000,00	15.157.585,85	DB	P/DESE.
21/07/2014	50.000,00		15.107.585,85	DB	P/DESE.
22/07/2014	50.000,00		15.057.585,85	DB	REP. A BANCOS PARTE 236.000.
22/07/2014	400.000,00		14.657.585,85	DB	P/DESE.
22/07/2014	100.000,00		14.557.585,85	DB	P/DESE.
22/07/2014	200.000,00		14.357.585,85	DB	P/DESE.
22/07/2014	6.200.107,00		8.157.480,85	DB	REP. A BANCOS.
22/07/2014	200.000,00		7.957.480,85	DB	REP. A BANCOS MARCELO LAMENCO 30/06/14.
22/07/2014	5.647.612,00		2.309.868,85	DB	P/DESE.
22/07/2014	500.000,00		1.809.868,85	DB	P/DESE.
22/07/2014	500.000,00		1.309.868,85	DB	P/DESE.
25/07/2014	150.000,00		1.159.868,85	DB	P/DESE.

Analisadas as planilhas, foram encontrados os seguintes registros relacionados a LUIZ FERNANDO PEZÃO³³:

PAGAMENTO 01 - 11.06.2014.

10/05/2014	870.000,00		7.922.585,85	DB	P/AND/JUN.
11/05/2014	500.000,00		8.422.585,85	DB	P/LUIZ.
18/05/2014	100.000,00		8.522.585,85	DB	P/MALUCO JUN.

PAGAMENTO 02 - 18.06.2014.

18/05/2014	100.000,00		8.522.585,85	DB	P/MALUCO JUN.
18/05/2014	500.000,00		9.022.585,85	DB	P/LUIZ.
20/05/2014	50.000,00		9.072.585,85	DB	P/SERG/EX.

PAGAMENTO 03 - 26.06.2014.

23/06/2014	100.000,00		10.036.585,85	DB	P/CHICA/MAL.
26/06/2014	500.000,00		10.536.585,85	DB	LUIZ.
27/06/2014	150.000,00		10.686.585,85	DB	P/PINHO.

³³ Informação Policial nº 05/2018 de fls. 233/246 do IPL nº 112/2018.



PAGAMENTO 04 - 10.07.2014.

03/07/2014	20.000,00	11.806.585,85	DB	P/CHICA.
10/07/2014	500.000,00	12.306.585,85	DB	P/LUIZ.
10/07/2014	870.000,00	13.176.585,85	DB	P/AND JUL.

PAGAMENTOS 05 e 06 - 22.07.2014.

22/07/2014	3.047.510,00	1.117.660,85	DB	P/ASP.001.
22/07/2014	500.000,00	1.617.660,85	DB	P/LUIZ/GRANDE.
22/07/2014	500.000,00	2.117.660,85	DB	P/LUIZ/GRANDE.
25/07/2014	150.000,00	2.267.660,85	DB	P/ELNEO.

PAGAMENTO 07 - 01.08.2014.

31/07/2014	15.000,00	2.952.660,85	DB	REP.A ESTORNO EMS 20/07/14
01/08/2014	3.000.000,00	5.952.660,85	DB	P/PS GRANDE.
01/08/2014	250.000,00	6.202.660,85	DB	P/EM/SENG.

PAGAMENTO 08, 09 e 10 - 22.10.2014; 23.10.2014; 24.10.2014.

20/10/2014	50.000,00	1.695.171,20	DB	P/MI
22/10/2014	1.000.000,00	2.695.171,20	DB	NOVATO
23/10/2014	1.000.000,00	3.695.171,20	DB	P/NOVATO
24/10/2014	1.000.000,00	4.695.171,20	DB	P/NOVATO
27/10/2014	150.000,00	4.845.171,20	DB	P/PINHO

PAGAMENTO 11 - 07.04.2015.

02/04/2015	200.000,00	7.047.502,90	CR	P/ENEA.
07/04/2015	500.000,00	7.547.502,90	CR	P/ENEA/TAREX POCGRAND.
09/04/2015	200.000,00	7.747.502,90	CR	REP.A ESTORNO EMAS 02/04/15.
10/04/2015	45.000,00	7.792.502,90	CR	P/ENEA

PAGAMENTO 12 - 08.05.2015 - Realizado através de compensação na TRANSEXPERT.

08/05/2015	350.000,00	6.318.536,90	CR	P/TRANSEXPERT PARTE DE MAR/TAMPONINA.
11/05/2015	68.000,00	6.250.536,90	CR	P/MARCELO.



PAGAMENTO 13 - 14.05.2015 - Realizado através de compensação na TRANSEXPETE.

14/05/2015	350.000,00	5.675.536,90	CR	P/LAMPARINA/NOVATO FIDAL VAR/PG.13/05.
------------	------------	--------------	----	--

PAGAMENTO 14 - 22.05.2015 - Realizado através de compensação na TRANSEXPETE.

22/05/2015	350.000,00	3.933.891,90	CR	P/LAMPARINA/PE.
------------	------------	--------------	----	-----------------

PAGAMENTO 15 - 28.05.2015 - Realizado através de compensação na TRANSEXPETE.

28/05/2015	350.000,00	3.583.891,90	CR	P/LAMPARINA.
------------	------------	--------------	----	--------------

PAGAMENTO 16 - 29.05.2015 - Realizado através de compensação na TRANSEXPETE.

29/05/2015	350.000,00	3.133.891,90	CR	P/LAMPARINA.
------------	------------	--------------	----	--------------

PAGAMENTO 17 - 03.06.2015 - Realizado através de compensação na TRANSEXPETE.

03/06/2015	350.000,00	2.783.891,90	CR	P/LAMPARINA/PE.
------------	------------	--------------	----	-----------------

Embora a soma das entregas de vantagens indevidas a LUIZ FERNANDO PEZÃO seja R\$ 11.600.000,00, ÁLVARO NOVIS também apresentou uma tabela digital da conta F/SABI, com apenas uma discordância nos últimos pagamentos, ficando a tabela física com um total de pagamentos R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) maior do que a tabela digital, conforme apresentação abaixo.



TABELA DIGITAL F/SABI		TABELA DIGITAL F/SABI		
DATA	MONTANTE	Data	Recebedor	Valor
11.06.2014	R\$ 500.000,00	11/06/2014	novato	500.000,00
18.06.2014	R\$ 500.000,00	18/06/2014	novato	500.000,00
26.06.2014	R\$ 500.000,00	26/06/2014	novato	500.000,00
10.07.2014	R\$ 500.000,00	10/07/2014	novato	500.000,00
22.07.2014	R\$ 500.000,00	22/07/2014	novato	1.000.000,00
01.08.2014	R\$ 3.000.000,00	01/08/2014	novato	3.000.000,00
22.10.2014	R\$ 1.000.000,00	22/10/2014	novato	1.000.000,00
23.10.2014	R\$ 1.000.000,00	23/10/2014	novato	1.000.000,00
24.10.2014	R\$ 1.000.000,00	24/10/2014	novato	1.000.000,00
07.04.2015	R\$ 350.000,00	30/03/2015	pégrande	1.200.000,00
08.05.2015	R\$ 350.000,00	30/04/2015	pegrande	1.200.000,00
14.05.2015	R\$ 350.000,00	TOTAL		11.400.000,00
22.05.2015	R\$ 350.000,00			
28.05.2015	R\$ 350.000,00			
29.05.2015	R\$ 350.000,00			
03.06.2015	R\$ 350.000,00			
TOTAL	R\$ 11.600.000,00			

Considera-se válida a **Tabela Digital F/SABI** porque registra a confirmação do pagamento (OK) e porque é a planilha mais benéfica para o **PEZÃO**.

Data	Recebedor	Valor	Pago	Obs. 2
11/06/2014	novato	500.000,00	Ok	
18/06/2014	novato	500.000,00	Ok	
26/06/2014	novato	500.000,00	Ok	
10/07/2014	novato	500.000,00	Ok	
22/07/2014	novato	1.000.000,00	Ok	
01/08/2014	novato	3.000.000,00	Ok	
22/10/2014	novato	1.000.000,00	Ok	
23/10/2014	novato	1.000.000,00	Ok	
24/10/2014	novato	1.000.000,00	Ok	
30/03/2015	pégrande	1.200.000,00	Ok	pagamos 500 em 07/04, 08/05 350 e 13/05 350 zerou
30/04/2015	pegrande	1.200.000,00	Ok	de março ate dez./350 dia 21 e 22/05.
TOTAL		11.400.000,00		

Ademais, o arquivo digital demonstrou que outros dez pagamentos estariam agendados para **PEZÃO**, totalizando o valor de R\$ 8.610.000,00 (oito milhões, seiscentos e dez mil reais), mas que por motivo desconhecido não foram realizados.



TABELA DIGITAL F/SABINA VZ PEZÃO				
DATA	RECEBEDOR	VALOR	PAGO	OBS.2
30/04/2015	pegrande	1.200.000,00		de março ate dez.
30/04/2015	pegrande	1.200.000,00		de março ate dez.
30/04/2015	pegrande	1.200.000,00		de março ate dez.
30/05/2015	pegrande	1.200.000,00		de março ate dez.faltz 1.000 para zerar.
30/06/2015	pegrande	1.200.000,00		de março ate dez.
30/06/2015	pegrande	70.000,00		AGUARDAR
30/07/2015	pegrande	1.200.000,00		de março ate dez.
30/07/2015	pegrande	70.000,00		aguardar
30/08/2015	pegrande	1.200.000,00		de março ate dez.
30/08/2015	pegrande	70.000,00		aguardar
TOTAL		8.610.000,00		

No que concerne às entregas ao preposto **LUIZ CARLOS VITAL BARROSO**, conhecido como **LUIZINHO**, o colaborador assim detalhou:

“(…) QUE o responsável por receber os recursos para **PEZÃO**, foi dito ser um parente seu de apelido **LUIZINHO**; **QUE** **LUIZINHO** costumava aparecer junto a **PEZÃO** na tv, pois era um dos seus assessores; **QUE** apresentada a fotografia de **LUIZ CARLOS VITAL BARROSO**, reconhece ele como **LUIZINHO**; **QUE** esteve três vezes com **LUIZINHO**; **QUE** a primeira vez esteve com **LUIZINHO** em um jantar no antiquarius com **JOSÉ CARLOS LAVOURAS**, ocasião que foi apresentado também a **HUDSON BRAGA**; **QUE** em outras duas ocasiões foram para entregar dinheiro;

(…)

QUE sabia os beneficiários das entregas para **PEZÃO** pela **FETRANSPORT** pois **JOSÉ CARLOS LAVOURAS** escrevia que era para entregar a **PE GRANDE** e quem recebia seu parente **LUIZINHO**; **QUE** **HUDSON BRAGA** foi a pessoa que apresentou **LUIZINHO** no jantar no Antiquarius e conversou francamente que seria a pessoa que iria passar a receber os recursos; **QUE** não tinha o telefone de **HUDSON BRAGA** e nunca ligou para ele; **QUE** tinha anotado em seu aparelho telefônico o número de **LUIZINHO**, que tinha DDD 24 e chegou a ligar para ele em algumas oportunidades; **QUE** o telefone que o declarante utilizava era (21) 99985-5027; **QUE** também utilizava o número (21) 99161-2002;

(…)

QUE entregou dinheiro pessoalmente a **LUIZINHO** pelo menos duas vezes; **QUE** a primeira vez foi a do registro de 11/06/2014, que consta na planilha como entrega a **LUIZ**, no posto de gasolina Ipiranga ao lado do Vasco da Gama, Av. Borges de Medeiros 3151; **QUE** se recorda que **LUIZINHO** foi andando até um flat onde estaria hospedado, sendo reconhecido como **LAKE FRONT RESIDENCE**



SERVICE na Av. Borges de Medeiros 3193; **QUE** as datas das planilhas são as do registro, mas os pagamentos podem ter sido feitos com alguns dias de defasagem; **QUE** na segunda vez que entregou dinheiro a LUIZINHO foi no mesmo posto de gasolina, quando foi apresentado a pessoa mencionada que não se recorda o nome e iria substituí-lo nos recebimentos; **QUE** em geral as entregas eram de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em espécie; **QUE** não se recorda o nome da pessoa indicada por LUIZINHO, mas fez no mínimo duas entregas para essa pessoa, e chegou a falar com ele por telefone; **QUE** se recorda de ter feito uma entrega a essa pessoa num posto de gasolina Ipiranga na Av. Lucio Costa, 6410 na Barra da Tijuca;(…)»³⁴

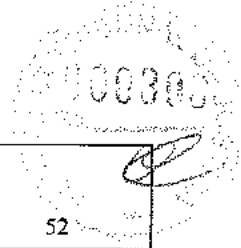
Com o aprofundamento das investigações, foram colhidos inúmeros elementos de prova que corroboram a versão apresentada pelo colaborador, inclusive de um dos encontros entre ÁLVARO NOVIS e LUIZINHO, para a entrega, a este último, de vantagens indevidas.

Os elementos abaixo apresentados dão consistência às declarações do colaborador, pela apresentação de elementos de prova absolutamente independentes das suas próprias afirmações, de forma a confirmar a imputação feita nesta denúncia.

No cruzamento de dados das ligações telefônicas de LUIZ CARLOS VITAL BARROSO, linha nº (24) 99967-8677, devidamente autorizado por esta Corte Superior, observou-se que ele manteve ligações com a corretora HOYA, com seu dirigente ÁLVARO NOVIS, e com o funcionário da corretora MÁRCIO JOSÉ FREIRE DO AMARAL.

ORIGINADOR	TERMINAL 1 ORIGINADOR	TERMINAL 2 RECEBEDOR	RECEBEDOR	DATA/HORA	DURAÇÃO (SEGUNDOS)
LUIZ CARLOS VIDAL BARROSO		MARCIO JOSE FREIRE DO AMARAL		23/07/2014 10:56:22	109
LUIZ CARLOS VIDAL BARROSO		MARCIO JOSE FREIRE DO AMARAL		23/07/2014 10:56:24	109
MARCIO JOSE FREIRE DO AMARAL		LUIZ CARLOS VIDAL BARROSO		24/07/2014 12:15:51	25
MARCIO JOSE FREIRE DO AMARAL		LUIZ CARLOS VIDAL BARROSO		24/07/2014 12:15:52	25
LUIZ CARLOS VIDAL BARROSO		MARCIO JOSE FREIRE DO AMARAL		24/07/2014 13:34:09	53

³⁴ Termo de declarações de fls. 51/55 do IPL nº 112/2018.



LUIS CARLOS VIDAL BARROSO	MARCIO JOSE FREIRE DO AMARAL	24/07/2014 13:34:11	52
LUIS CARLOS VIDAL BARROSO	MARCIO JOSE FREIRE DO AMARAL	24/07/2014 13:43:32	39
LUIS CARLOS VIDAL BARROSO	MARCIO JOSE FREIRE DO AMARAL	24/07/2014 13:43:34	39
HOYA CORRETORA DE VALORES E CAMBIO LTDA	LUIS CARLOS VIDAL BARROSO	28/07/2014 15:53:26	105
HOYA CORRETORA DE VALORES E CAMBIO LTDA	LUIS CARLOS VIDAL BARROSO	30/07/2014 10:48:07	110
HOYA CORRETORA DE VALORES E CAMBIO LTDA	LUIS CARLOS VIDAL BARROSO	31/07/2014 11:58:59	194
HOYA CORRETORA DE VALORES E CAMBIO LTDA	LUIS CARLOS VIDAL BARROSO	31/07/2014 13:32:31	102
LUIS CARLOS VITAL BARROSO	HOYA CORRETORA DE VALORES E CAMBIO LTDA	31/07/2014 14:16:42	66
LUIS CARLOS VITAL BARROSO	HOYA CORRETORA DE VALORES E CAMBIO LTDA	31/07/2014 14:16:42	66
LUIS CARLOS VIDAL BARROSO	MARCIO JOSE FREIRE DO AMARAL	31/07/2014 14:40:24	61
LUIS CARLOS VIDAL BARROSO	MARCIO JOSE FREIRE DO AMARAL	31/07/2014 14:40:28	61
LUIS CARLOS VIDAL BARROSO	MARCIO JOSE FREIRE DO AMARAL	31/07/2014 15:04:28	52
LUIS CARLOS VIDAL BARROSO	MARCIO JOSE FREIRE DO AMARAL	31/07/2014 15:04:32	52
SR. LUIZ CARLOS VITAL BARROSO	ALVARO JOSE GALLIEZ NOVIS	01/08/2014 20:42:39	59
SR. LUIZ CARLOS VITAL BARROSO	ALVARO JOSE GALLIEZ NOVIS	01/08/2014 22:02:14	56
SR. LUIZ CARLOS VITAL BARROSO	ALVARO JOSE GALLIEZ NOVIS	01/08/2014 22:02:14	57
LUIS CARLOS VIDAL BARROSO	ALVARO JOSE GALLIEZ NOVIS	01/08/2014 22:03:37	41



Requisitadas as gravações das ligações telefônicas da linha cadastrada para a corretora HOYA e o investigado LUIZINHO, foram fornecidas seis ligações³⁵, em cujo teor LUIZINHO acerta um encontro com MÁRCIO JOSÉ FREIRE DO AMARAL, que também era responsável pela coleta e entrega de dinheiro para as pessoas indicadas pela organização criminosa.

Nº	Originador	Recebedor	Data	Hora	Duração
1	HOYA (Márcio)	LUIZINHO	28/07/2014	15:53:16	105s
2	HOYA (Márcio)	LUIZINHO	30/07/2014	10:47:57	110s
3	HOYA (Márcio)	LUIZINHO	31/07/2014	11:58:53	194s
4	HOYA (Márcio)	LUIZINHO	31/07/2014	13:32:31	102s
5	LUIZINHO	HOYA (secretária)	31/07/2014	14:16:41	66s
6	HOYA (Márcio)	LUIZINHO	31/07/2014	14:39:54	0000

No dia 28/07/2014, MÁRCIO liga para LUIZINHO afirmando que o chefe (ÁLVARO NOVIS) queria marcar uma conversa com ele. Entretanto, LUIZINHO pede para adiar, pois estaria impossibilitado naquela data.

Ligação 01 - MÁRCIO X LUIZ - DURAÇÃO 1:44 - 28/07/2014 - 15:53:16

LUIZ- Alô!

MÁRCIO- Fala meu amigo! Tudo bom?

LUIZ- Tudo bom?

MÁRCIO- Tranquilo! Te falar uma coisa! É... nós temos novidades aí! E temos que...

LUIZ- Hã!

MÁRCIO- Conversar! O Chefe também queria bater um papo com você! É... amanhã, será que a gente poderia conversar, marcar uma reunião com o Chefe aqui?

LUIZ- A onde cara?

MÁRCIO- Barra!

Dois dias após a primeira ligação, em 30/07/2014, ocorre outra tentativa de MÁRCIO em encontrar com LUIZINHO. Ele por sua vez, recusa o encontro, alegando que já possuía um “jantar”.

Chama atenção a forma dissimulada que a conversa se desenrola, onde os interlocutores não são claros sobre o assunto a ser tratado, divergindo sobre uma suposta marcação de um “jantar” que, na verdade, era um encontro entre os interlocutores.

³⁵ Anexo 01 – Documento encartado às fls. 792/798 do IPL nº 112/2018.



MÁRCIO- Tranquilo! É...e hoje? Tá...tá certo tua tarde?
LUIZ- Que horas nós marcamos?
MÁRCIO- Não! É só você falar aí à tarde aonde quer porque...seria bom porque a gente tem coisa
aí pra resolver entendeu?
LUIZ- É, porque, que que aconteceu! É...foi marcado um jantar hoje entendeu?
MÁRCIO- Hã!
LUIZ- Eu estou nesse aguardo!
MÁRCIO- Entendi!
LUIZ- Entendeu? Foi marcado um jantar hoje...mas você é...essa reunião hoje
MÁRCIO- Não! Seria só pra conversar e acertar detalhes!
LUIZ- Então! Então! Então eu tô aguardando um...um jantar hoje! Entendeu?
MÁRCIO- É!
LUIZ- (ininteligível) entendeu?
MÁRCIO- Então você não vai poder vir!
LUIZ- Não! Me passaram um jantar hoje entendeu?
MÁRCIO- Não! Eu sei..
LUIZ- Na Barra! Entendeu?
MÁRCIO- Eu sei..
LUIZ- Entendeu?
MÁRCIO- Não! Eu tô entendendo cara! Mas...mas não foi eu não! Não é da minha parte!
LUIZ- Não! Então! É...é...vão...vão fazer o seguinte! Cê tá por onde?

Na segunda parte da ligação, MÁRCIO volta a repetir que o chefe (ÁLVARO NOVIS) gostaria de encontrar LUIZINHO.

LUIZ- Não! Então! É...é...vão...vão fazer o seguinte! Cê tá por onde?
MÁRCIO- Tô aqui no Centro!
LUIZ- No Centro?
MÁRCIO- É!
LUIZ- Quer encontrar comigo...
MÁRCIO- Mas é o Chefe! O Chefe que quer conversar com você entendeu?
LUIZ- Então rapaz!
MÁRCIO- Deixa eu te dar...deixa eu te dar uma posição daqui a pouquinho?
LUIZ- Tá! Me liga! Me liga aí!
MÁRCIO- Daqui uma...daqui uma hora eu tô te ligando aí! Tá bom?
LUIZ- Tá bom! Ok! Um abraço!
MÁRCIO- Abraço!
LUIZ- Tchau!

Restou, assim, confirmado o encontro entre NOVIS e LUIZINHO no dia 31/07/2014, no restaurante ANTIQUARIUS do Barra Shopping. Nesse encontro, NOVIS teria acertado a entrega de vultosa quantia de dinheiro para o dia seguinte.

Ainda da análise ao extrato telefônico do investigado LUIZINHO, apurou-se que no dia seguinte ao encontro no Barra Shopping, 01/08/2014, ÁLVARO NOVIS e LUIZINHO realizaram cinco ligações entre si.



	NOME_ORIGINADOR	Nº_ORIGINADOR	Nº_RECEBEDOR	NOME_RECEBEDOR	DATA_INICIO	DURACAO
1	LUIZ CARLOS VIDAL BARROSO			ALVARO JOSE GALLIEZ NOVIS	01/08/2014 20:42:39	59
2	LUIZ CARLOS VIDAL BARROSO			ALVARO JOSE GALLIEZ NOVIS	01/08/2014 22:02:14	56
3	LUIZ CARLOS VIDAL BARROSO			ALVARO JOSE GALLIEZ NOVIS	01/08/2014 22:03:57	41
4	LUIZ CARLOS VIDAL BARROSO			ALVARO JOSE GALLIEZ NOVIS	01/08/2014 22:03:59	41
5	ALVARO JOSE GALLIEZ NOVIS			LUIZ CARLOS VIDAL BARROSO	01/08/2014 22:13:47	33

Como visto acima, ÁLVARO NOVIS já havia declarado que apenas conversava com o investigado LUIZINHO no dia ou na véspera da entrega de dinheiro.

LUIZ CARLOS BEZERRA (grupo de Cabral) como novato: QUE nunca passou e-mail para LUIZINHO, e apenas falava no telefone com ele no dia da entrega ou na véspera.

Na sequência, também se apurou que, no dia 01/08/2014, ALVARO NOVIS registrou, em sua contabilidade, a saída de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) destinados para "PE GRANDE", ou seja, para LUIZ FERNANDO PEZÃO.

31/07/2014		15.000,00	2.952.660,85	DB	REF.A ESTURNO ERB 20/07/14
01/08/2014	3.000.000,00		5.952.660,85	DB	P/PE GRANDE.
01/08/2014	250.000,00		6.202.660,85	DB	P/EN/SENG.

A análise dos fatos na Informação Policial nº 15/2018³⁶, apresenta a cronologia da narrativa do dia do repasse dos R\$ 3 milhões, com base nas ligações telefônicas realizadas entre os investigados.

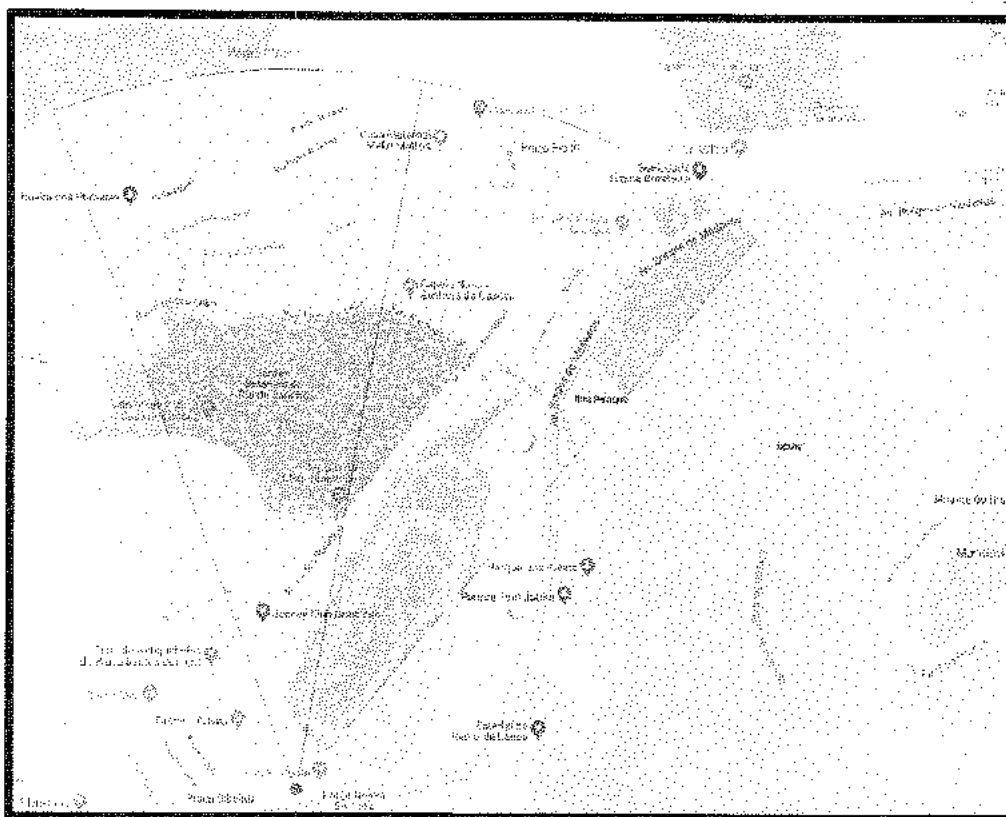
LIGAÇÃO 01 – 01/08/2014 - 20:42:39 LUIZINHO → ALVARO NOVIS

	NOME_ORIGINADOR	Nº_ORIGINADOR	Nº_RECEBEDOR	NOME_RECEBEDOR	DATA_INICIO	DURACAO
1	LUIZ CARLOS VIDAL BARROSO			ALVARO JOSE GALLIEZ NOVIS	01/08/2014 20:42:39	59

Às 20:42hs LUIZINHO realizou ligação telefônica para ALVARO NOVIS, combinando um encontro para o recebimento do dinheiro acertado. Nesse momento, ÁLVARO NOVIS estava na região do Jardim Botânico, bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro.

CGI_PRIMEIRA_ERB_TERMINAL_1	CGI_ULTIMA_ERB_TERMINAL_1	CGI_PRIMEIRA_ERB_TERMINAL_2	CGI_ULTIMA_ERB_TERMINAL_2
		724053042160539	
724053282460291			

³⁶ Documento encartado às fls. 758/800 do IPL nº 112/2018.



Nome: **NOVIS**
(Opcional: digite o nome para identificar a ERB)

Dados do histórico de chamadas da linha alvo

Latitude: **-22.9775**

Longitude: **-43.2244**

Azimute: **10** ° **Ativado**

Ângulo: **60** ° **Ativado** **Ativado**

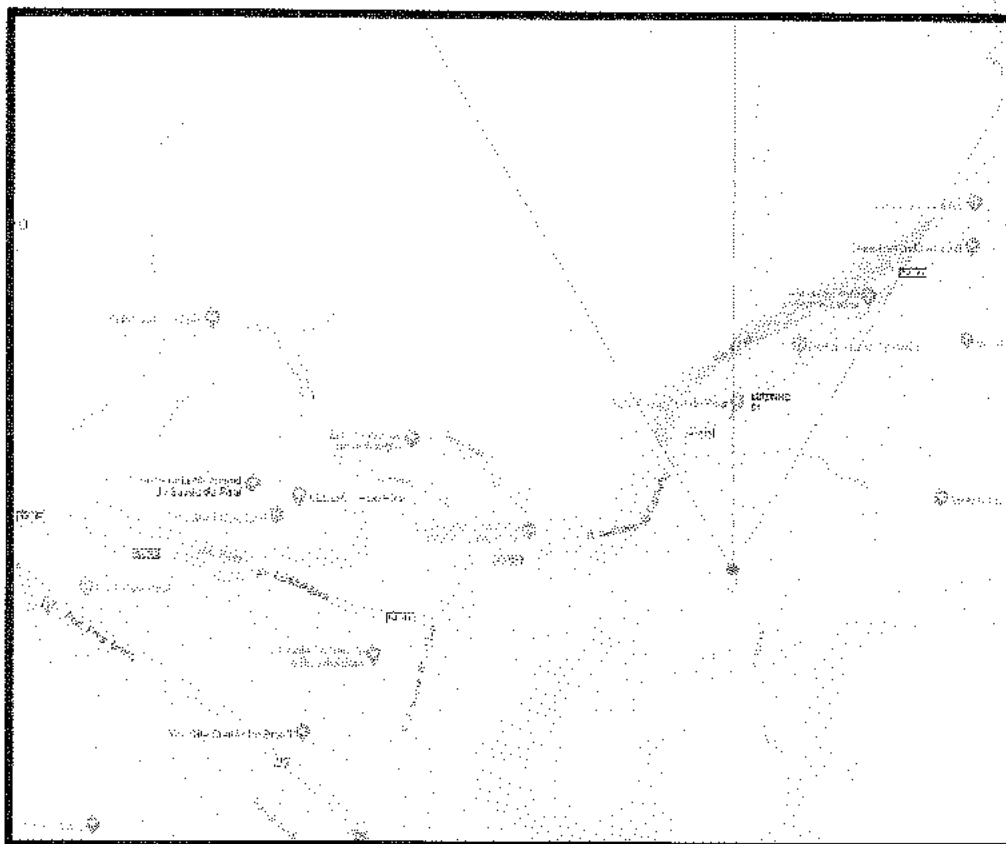
Raio: **2000** m

Área: **Ativado**

Ponto: **Vermelho**

Mapa **Ativar** **Imprimir**

Já o terminal utilizado por LUIZINHO encontrava-se na cidade de PIRAI/RJ.



Nome: LUIZINHO 01
(Dica: digite o nome para identificar a ERB)
 Dados do histórico de chamadas da linha alvo
 Latitude: 22.6296
 Longitude: -45.8917
 Azimute: 0 ° Abreço ▾
 Ângulo: 60 ° Abreço ▾ Abreço ▾
 Rate: 2000 m
 Área: Abreço ▾
 Ponto: Vermelho ▾
 [Botões de interface]

LIGAÇÃO 02 – 01/08/2014 - 22:02:39 LUIZINHO → ALVARO NOVIS

Nº	NOME_ORIGINADOR	Nº_ORIGINADOR	Nº_RECEBEDOR	NOME_RECEBEDOR	DATA_INICIO	DURACAO
2	LUIS CARLOS VIDAL BARROSO			ALVARO JOSE GALLIEZ NOVIS	01/08/2014 22:02:14	56

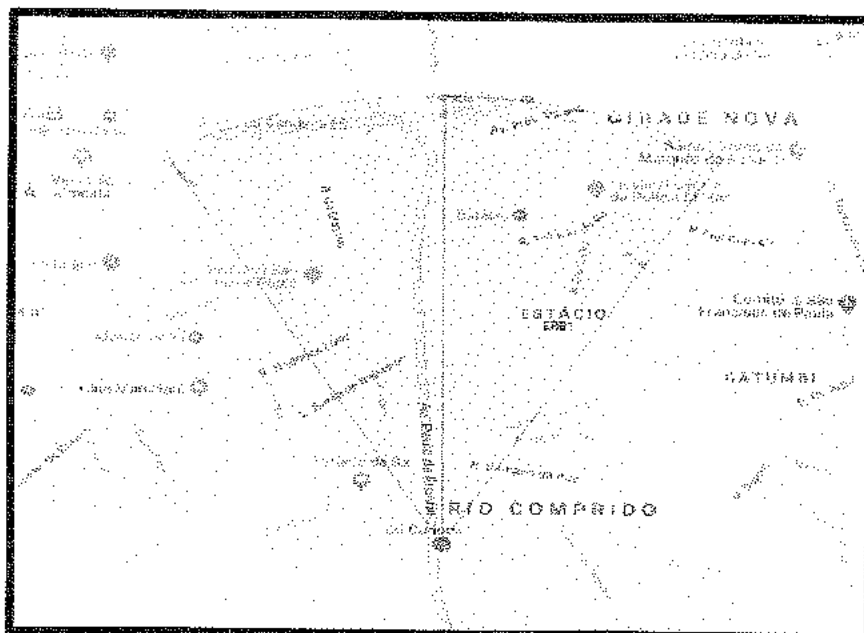
Aproximadamente 01 hora e 20 minutos depois da primeira ligação, uma outra é realizada por LUIZINHO para avisar que ele já se encontrava na cidade do RIO DE JANEIRO/RJ.

Em estudo das ERBs dessa ligação, os investigadores verificaram que o aparelho de NOVIS continuava utilizando a mesma geolocalização da ligação anterior.



CGI PRIMEIRA ERB TERMINAL 1	CGI ÚLTIMA ERB TERMINAL 1	CGI PRIMEIRA ERB TERMINAL 2	CGI ÚLTIMA ERB TERMINAL 2
		724053042150564	
724053012150338			

Por sua vez, a ERB utilizada pelo aparelho de LUIZINHO nesta ligação marca sua localização provável no elevador Paulo de Frontin, uma das principais entradas para a Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro.



Nome: _____
 (Opcional: digite o nome para identificar a ERB)

Dados do histórico de chamadas da linha alvo

Latitude: -22.92687

Longitude: -43.209167

Azimute: 0 * Ativado

Ângulo: 60 * Ativado * Ativado

Raio: 2000 m

Área: Ativado

Ponto: Vermelho

LIGAÇÕES 03 e 04– 01/08/2014 - 22:02:39 LUIZINHO → ALVARO NOVIS³⁷

³⁷ Houve uma duplicidade de registros, sendo que se deve considerar as ligações 03 e 04 com sendo a mesma.

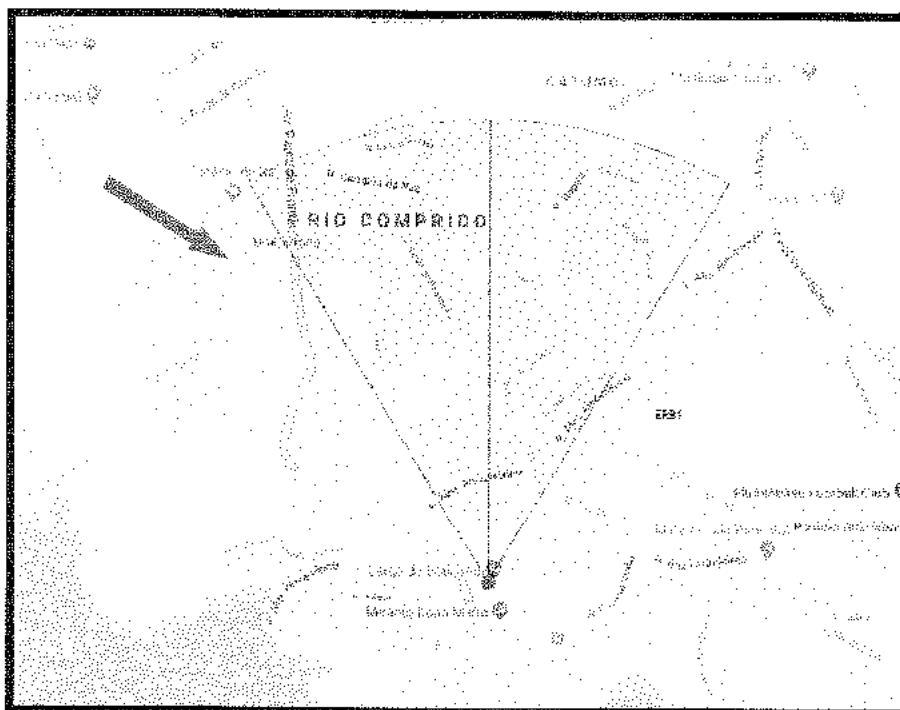


Nº	NOME_ORIGINADOR	Nº_ORIGINADOR	Nº_RECEBEDOR	NOME_RECEBEDOR	DATA_INICIO	DURACAO
3	LUIZ CARLOS VIDAL BARROSO			ALVARO JOSE GALLIEZ NOVIS	01/08/2014 22:03:37	4s

Cerca de 01 minuto após a segunda ligação, há uma nova, possivelmente para completar a anterior. Mais uma vez ÁLVARO NOVIS continua utilizando ERB em mesma localização, indicando não ter se locomovido.

CGI_PRIMEIRA_ERB_TERMINAL_1	CGI_ULTIMA_ERB_TERMINAL_1	CGI_PRIMEIRA_ERB_TERMINAL_2	CGI_ULTIMA_ERB_TERMINAL_2
		724053042160564	
724053012160338			

Já LUIZINHO continua seu trajeto em direção a ZONA SUL, através do elevado Paulo de Frontin, conforme constatação da ERB utilizada pelo seu aparelho celular.





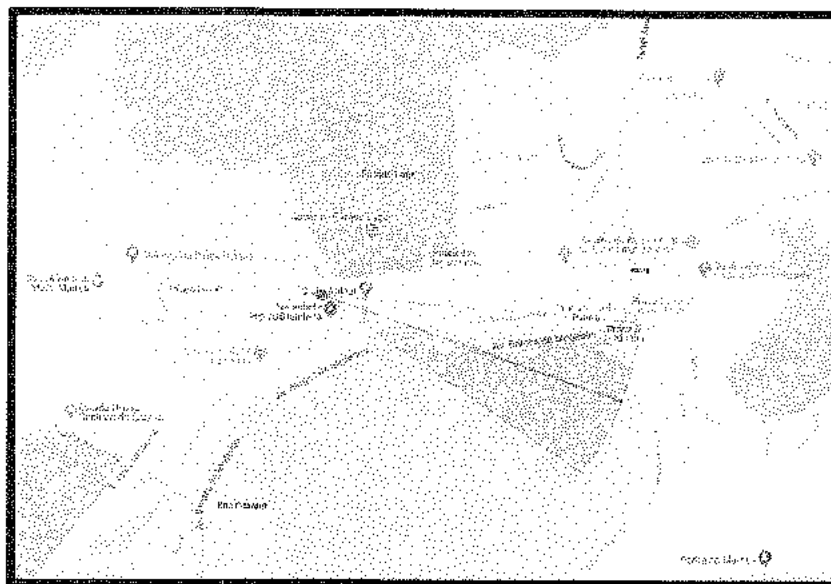
Nome: _____
 (Opcional: digite o nome para identificar o ERB)
 Dados do histórico de chamadas da linha alvo
 Latitude: -22.9396
 Longitude: -43.2016
 Azimute: 0 * Ativado
 Ângulo: 60 * Ativado * Ativado
 Rate: 2000 m
 Área: Ativado
 Pontos: Vermelho
 [Ativar] [Ativar] [Exemplar]

LIGAÇÃO 04 – 01/08/2014 - 22:02:39 ALVARO NOVIS → LUIZINHO

NOME_ORIGINADOR	Nº_ORIGINADOR	Nº_RECEBEDOR	NOME_RECEBEDOR	DATA_INICIO	DURACAO
5 ALVARO JOSE GALLIEZ NOVIS			LUIS CARLOS VIDAL BARROSO	01/08/2014 22:13:47	33

Na última ligação registrada, agora as 22:12hs, NOVIS realiza ligação para LUIZINHO. Nela ambos utilizam ERBs diferentes, porém com mesma localização geográfica, sendo possível afirmar que os interlocutores estão na região da Lagoa, Zona Sul do Rio de Janeiro.

CGI_PRIMEIRA_ERB_TERMINAL_1	CGI_ULTIMA_ERB_TERMINAL_1	CGI_PRIMEIRA_ERB_TERMINAL_2	CGI_ULTIMA_ERB_TERMINAL_2
724053042160158		724053042160676	





ERB

Nome: novis
(Opcional) digite o nome para identificar a ERB)

Dados do histórico de chamadas de linha alvo

Latitude: -22.9616

Longitude: -43.2137

Azimute: 110 ° Alivado

Área: Alivado

Raio: 1000 m

Ponto: Vermelho

Mapa Satélite

As informações trazidas pelos extratos telefônicos indicam que no dia 01.08.2014, ALVARO NOVIS e LUIZINHO combinaram um encontro por meio de sucessivas ligações telefônicas, e que o encontro se realizou próximo à região do bairro da Lagoa, Zona Sul do Rio de Janeiro.

Em seu Termo de Declarações³⁸, ÁLVARO NOVIS informou que realizou entrega de dinheiro, em espécie, para LUIZ CARLOS VIDAL, vulgo LUIZINHO, em um posto de gasolina na Av. Borges de Medeiros nº 3151, Lagoa, Rio de Janeiro/RJ e, na sequência, LUIZINHO teria se deslocado para o Condomínio LAKEFRONT RESIDENCE SERVICE localizado na mesma Av. Borges Medeiros, nº 3193, onde estaria hospedado.

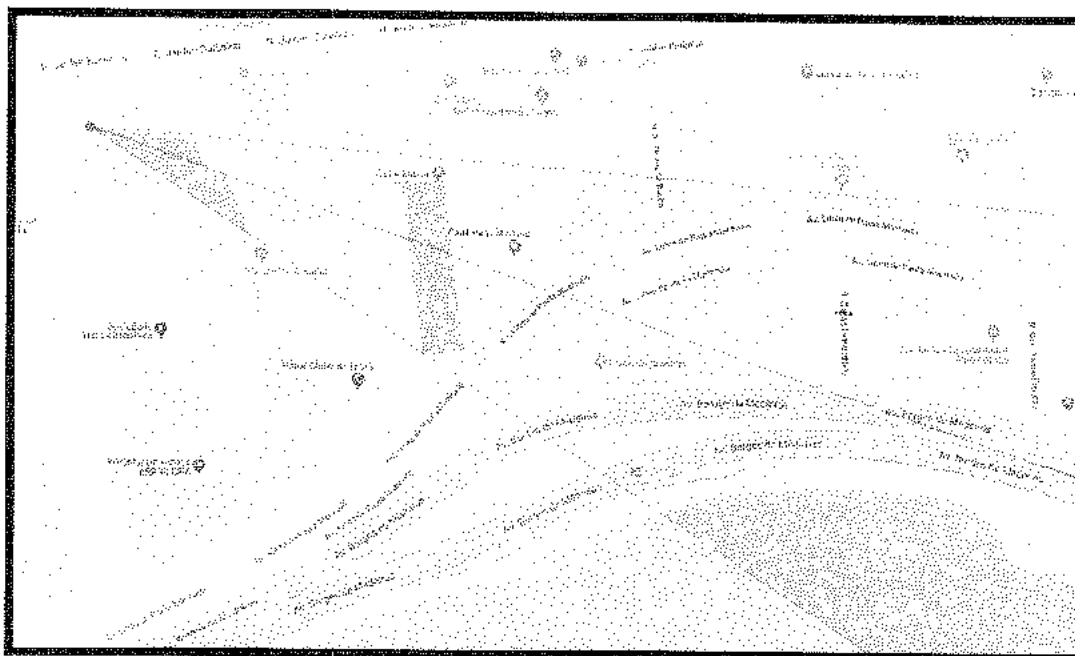
Em foto extraída do Google *Street View* verifica-se que tanto o posto de gasolina quanto o Condomínio LAKEFRONT estão localizados bem próximos.



³⁸ Termo de declarações de fls. 51/55 do IPL nº 112/2018.



Ao se proceder a superposição dos locais indicados por NOVIS, com as ERBs registradas na última ligação entre os investigados, verifica-se que tanto o posto de gasolina quanto o Condomínio Lakefront, encontram-se dentro da área abrangida pela torre telefônica.



Resta evidenciando, assim, que após as primeiras ligações marcando o encontro, ALVARO NOVIS realizou uma última chamada para LUIZINHO, informando que se encontrava no local para realizar o pagamento.

Com o propósito de confirmar se LUIZINHO realmente se hospedava no local indicado por NOVIS, ou seja, Condomínio LAKEFRONT RESIDENCE SERVICE, foi oficiado ao respectivo Condomínio, que **confirmou**³⁹ ser LUIZINHO hospede no período de 20/09/2013 à 19/05/17, portanto, no período do encontro narrado.

Verifica-se, pela sequência dos acontecimentos acima narrados, que, após as primeiras ligações marcando o encontro, ALVARO NOVIS realizou uma última chamada para LUIZINHO, informando que se encontrava no local para realizar o pagamento.

Em corroboração à constatação acima, logrou-se obter as seguintes informações sobre o fato de LUIZINHO ter sido hospede do citado condomínio no período indicado:

³⁹ Documento de fl. 296 do IPL nº 112/2018.



- I. O condomínio LAKEFORNT possui unidades com moradores e unidades que são alugadas para terceiros; I
- II A empresa L.F.P Consultoria Ltda., CNPJ 05.233.717/0001-05, administra grande parte das unidades que são alugadas para terceiros no condomínio LAKEFRONT;
- III A L.F.P Consultoria Ltda. possui em seu quadro societário a Sra. LAURA MARIA MULTEDO PAIVA, CPF 010.542.657-12;
- IV - Na quebra de sigilo bancário de LUIZ CARLOS VITAL BARROSO, existem 12 (doze) transferências de valores para a Sra. LAURA MARIA MULTEDO PAIVA da L.F.P CONSULTORIA/LAKEFRONT entre os anos de 2013 e 2017.

DATA	VALOR	Banco, Ag, C/C de LUIZINHO
16/09/2013	11.200,00	
15/10/2013	6.200,00	
17/12/2013	6.200,00	
17/01/2014	6.200,00	
18/02/2014	6.200,00	
17/11/2014	6.230,00	
19/04/2016	6.325,93	
19/05/2016	6.203,00	
21/06/2016	6.291,00	
18/10/2016	5.500,00	
21/02/2017	5.500,00	
24/04/2017	5.500,00	

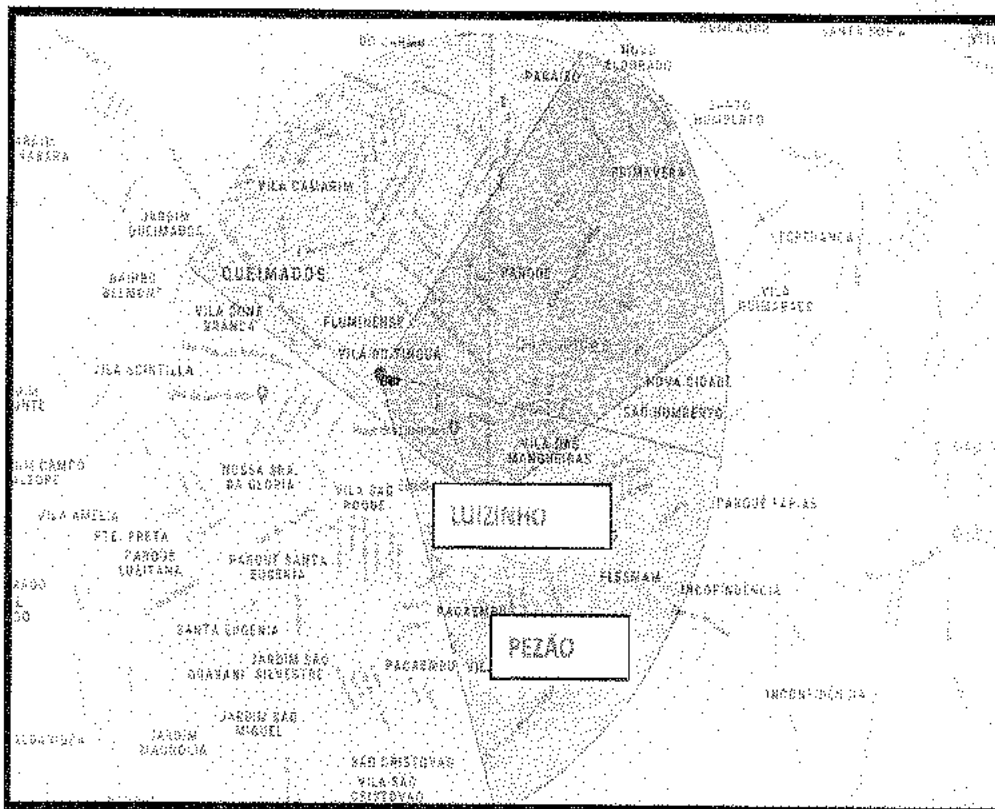
Na sequência do percurso do dinheiro, no dia posterior ao repasse dos R\$ 3 milhões, LUIZINHO encontrou-se com o governador LUIZ FERNANDO PEZÃO. Tem-se, assim, pela análise das ERBs dos celulares de PEZÃO e LUIZINHO, que, no dia 02/08/2014, eles estiveram juntos em ao menos três municípios do Estado do Rio de Janeiro.

QUEIMADOS⁴⁰:

PEZÃO	02/08/2014 11:41:02	724114282147595	BRASIL	RJ	QUEIMADOS	RUA DOUTOR JOSE MARIA COELHO, 21	22.718591	-48.556285	0
LUIZINHO	02/08/2014 12:02:04	724013142160019	Brasil	RJ	QUEIMADOS	HORTENÇA DE VILZ DO TINGUA	22.713185	-48.556242	100

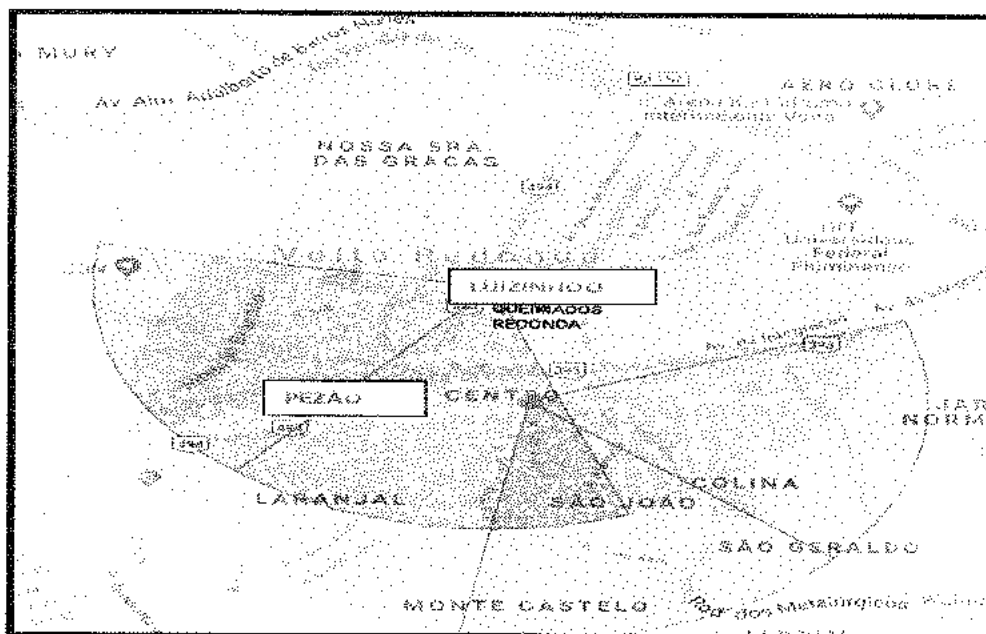
⁴⁰ Os pontos não representam a exata localização dos investigados, indicando apenas a localização da ERB que captou o sinal do aparelho celular dos alvos. Assim, apenas se pode afirmar que os alvos estariam no local de cobertura da ERB, sem que seja estabelecida a geolocalização exata do aparelho.

00328
 11/03/2014
 14:28:25



VOLTA REDONDA:

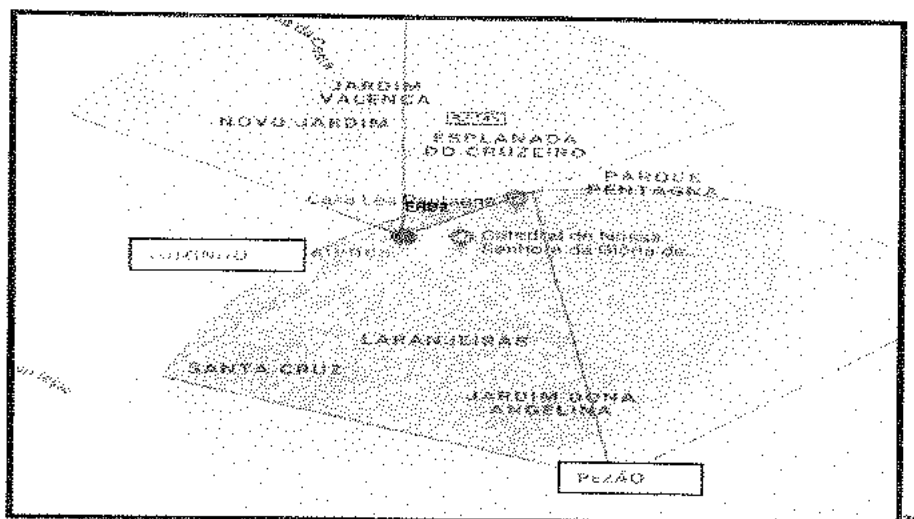
LUIZINHO	02/06/2014 14:25:40	724055152460296	BRASIL	RJ	VOLTA REDONDA	POÇO DO S2 MONTE CASTELO	-23,5137	-46,8924	120
PEZÃO	02/06/2014 14:26:25	724114322449158	BRASIL	RJ	VOLTA REDONDA	RUA VEREADOR ILLUS F. GUIMARÃES, 12 - QUADRA 8 - L0	-23,508959	-44,093275	520





VALENÇA⁴¹:

LUZINHO	02/08/2014 18:03:15	72465324116	Brasil	RJ	VALENÇA	DOUTOR FIGUEIREDO 158 CENTRO	22.24467	-43.7035	0
PEZÃO	02/08/2014 18:03:44	724119402410101	BRASIL	RJ	VALENÇA	ALTO ESTÁDIO VALENÇA RUI DO TELERJ	-22.253359	-43.693083	550



LUIZ FERNANDO PEZÃO, no dia 02/08/2014, percorreu diversas cidades do interior, conforme noticiam reportagens jornalísticas veiculadas na época⁴². **LUIZINHO**, como seu assessor, encontrava-se junto com este nesses compromissos pelo interior do estado⁴³.

É importante ressaltar que desde o momento que antecedeu a entrega do dinheiro por **ALVARO NOVIS**, até seu encontro com **PEZÃO**, **LUIZINHO** manteve constante contato telefônico com o governador, tanto diretamente, quanto por meio de seus assessores mais próximos.

É o que revela a análise do extrato telefônico de **LUIZINHO**, que indicou, ao menos, 24 dessas ligações telefônicas entre os dias 31.07.2014 a 02.08.2014. Nelas, verifica-se que **LUIZINHO**, além de entrar em contato com **LUIZ FERNANDO PEZÃO**, realizou ligações para **FERNANDA TEIXEIRA DE ALMEIDA COCCOLI**, chefe de gabinete

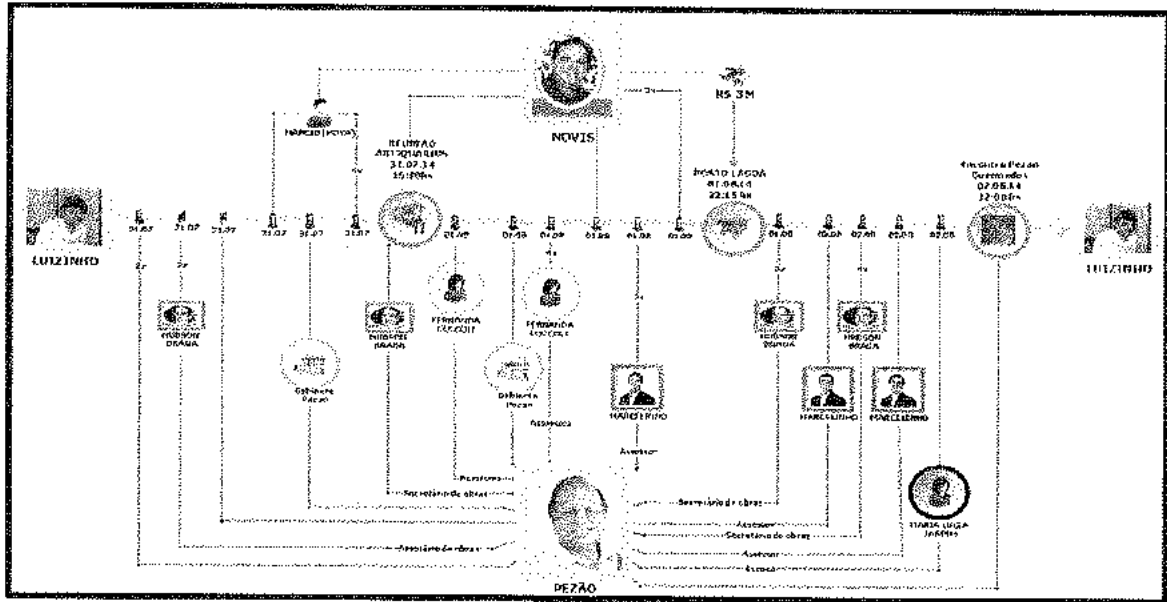
⁴¹ Os pontos não representam a exata localização dos investigados, indicando apenas a localização da ERB que captou o sinal do aparelho celular dos alvos. Assim, apenas se pode afirmar que os alvos estariam no local de cobertura da ERB, sem que seja estabelecida a geolocalização exata do aparelho.

⁴² Disponível em < <http://www.otempojornal.com.br/site/index.php/politica/item/276-marcos-abraham-recebe-governador-PEZÃO-no-lancamento-oficial-da-sua-corrída-pela-reeleicao/276-marcos-abraham-recebe-governador-PEZÃO-no-lancamento-oficial-da-sua-corrída-pela-reeleicao>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

⁴³ Disponível em < <https://www.momentoverdadeiro.com/2014/08/PEZÃO-toma-cerveja-com-populares-em-queimados.html>>. Acesso em: 16 dez. 2018.



de PEZÃO; HUDSON BRAGA, Secretário de Obras; MARCELO SANTOS AMORIM, assessor; MARIA LÚCIA JARDIM, primeira-dama do governo do estado.

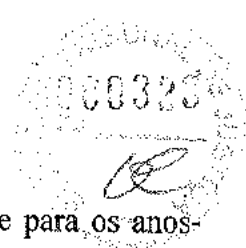


Para representar o cruzamento dessas ligações com os encontros realizados por LUIZINHO, criou-se uma linha de tempo na qual se intercalou as ligações do operador ALVARO NOVIS, seu preposto MÁRCIO, e dos assessores direto de PEZÃO, ficando claro que LUIZINHO prestava informações constantes de seus atos a PEZÃO e a HUDSON BRAGA.

Embora registrado o valor de R\$ 3.000.000,00 na conta F/SABI, ÁLVARO NOVIS afirmou que o registro é contábil, pois as entregas não superavam a R\$ 500.000,00 por viagem por questões de segurança. As demais entregas foram realizadas pelos funcionários da corretora HOYA diretamente a LUIZINHO, de codinome NOVATO.

Eventuais datas de entregas mencionadas no Termo de Declarações de ÁLVARO NOVIS são meramente aproximadas, como afirmado pelo próprio, considerando-se, assim, as datas com base nos registros de suas planilhas de controle. A análise cronológica das conversas telefônicas, bem como os registros das antenas telefônicas dos envolvidos, fornecem embasamento suficiente para afirmar ÁLVARO NOVIS se encontrou com LUIZINHO no restaurante ANTIQUARIUS do Barra Shopping no dia 31/07/2014, para conhecer o portador e tratar de entrega de dinheiro, em espécie, em valor superior ao que já vinha ocorrendo nas entregas anteriores.

A Análise fiscal e da movimentação financeira de LUIZ CARLOS VITAL BARROSO realizada pela RECEITA FEDERAL indica que nos anos de 2013 a 2017 ele



declarou rendimentos abaixo de sua movimentação financeira, com destaque para os anos-calendário 2013 a 2015, que superaram 2,5 a 3,7 vezes suas declarações de rendimentos.

Destaco, ainda, que em 24/06/2017, poucos meses após a divulgação na imprensa de sua relação promíscua no recebimento de dinheiro para o então Governador LUIZ FERNANDO PEZÃO, LUIZINHO, com o objetivo de justificar a alta movimentação financeira, retificou suas declarações de Imposto sobre a Renda dos anos 2012 a 2016 no que concerne a bens e dívidas, declarando ter auferido empréstimos com sua mãe HELENICE VIDAL BARROSO, além de valorizar os bens declarados.

Destaco, assim, a seguinte constatação da Receita Federal:

“Chama atenção o fato de o contribuinte, em oito anos, passar da situação de não possuir nenhum bem declarado para um patrimônio de quase um milhão de Reais, mesmo que boa parte este esteja lastreada em dívidas declaradas”⁴⁴. (Grifou-se)

Abaixo, consta tabela consolidando o resultado das investigações e análise da documentação apreendida e das informações e dados coletados quanto aos pagamentos efetuados, pela FETRANSPOR, a PEZÃO:

PAGAMENTOS FETRANSPOR A PEZÃO			
DATA	PRINCIPAL	FATOR DE CORREÇÃO ¹	VALOR ATUALIZADO
11/06/2014	500.000,00	1,2896168911	644.808,45
18/06/2014	500.000,00	1,2896168911	644.808,45
26/06/2014	500.000,00	1,2896168911	644.808,45
10/07/2014	500.000,00	1,2835840461	641.792,02
22/07/2014	500.000,00	1,2835840461	641.792,02
22/07/2014	500.000,00	1,2835840461	641.792,02
01/08/2014	3.000.000,00	1,2814056565	3.844.210,97
22/10/2014	1.000.000,00	1,2746430886	1.274.643,09
23/10/2014	1.000.000,00	1,2746430886	1.274.643,09
24/10/2014	1.000.000,00	1,2746430886	1.274.643,09
07/04/2015	500.000,00	1,2114514982	605.725,75
08/05/2015	350.000,00	1,1986261979	419.519,17
14/05/2015	350.000,00	1,1986261979	419.519,17
22/05/2015	350.000,00	1,1986261979	419.519,17
28/05/2015	350.000,00	1,1986261979	419.519,17
29/05/2015	350.000,00	1,1986261979	419.519,17
03/06/2015	350.000,00	1,1914773339	417.017,07
TOTAL B	11.600.000,00		14.648.286,30

Assim, com base nos elementos de prova colhidos e acima retratados, verifica-se que, entre 11/06/2014 e 03/03/2016, na cidade do Rio de Janeiro, JOSÉ CARLOS

⁴⁴ IPEI nº RJ 20180056 – fl. 38.



LAVOURAS ofereceu, por 17 (dezesete) vezes, vantagem indevida a LUIZ FERNANDO PEZÃO, que aceitou e recebeu vultosas somas de dinheiro, em espécie, para apoio e favorecimento aos interesses da FETRANSPOR no Governo do Estado do Rio de Janeiro, no montante abaixo indicados em valores atualizados até 10/2018.

Concorreram para a prática criminosa, na forma do art. 29 do Código Penal, ÁLVARO NOVIS ao organizar e operacionalizar, em conjunto com RICARDO CAMPOS, ROBSON TEIXEIRA, CARLOS ALBERTO DE CASTRO, as entregas dos valores, e LUIZ CLÁUDIO VIDAL BARROSO, vulgo LUIZINHO, que recebeu, transportou e entregou o dinheiro ao GOVERNADOR PEZÃO.

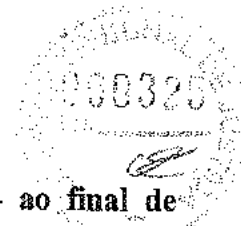
II.3 VANTAGENS INDEVIDAS PAGAS POR PEZÃO A CONSELHEIROS DO TCE/RJ

No período compreendido entre 01/01/2007 ao início do ano de 2016, os ex-Governadores do Estado do Rio de Janeiro, SÉRGIO CABRAL FILHO, sucedido pelo atual Governador LUIZ FERNANDO PEZÃO, pagaram aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) – com exceção da Conselheira Marianna Montebello Willeman e do Conselheiro aposentado Sérgio Franklin Quintella –, 1% (um por cento) sobre todas as obras do Estado que superassem R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)⁴⁵.

No ano de 2011, o ex-Secretário de Governo WILSON CARLOS, por ordem do então Governador SÉRGIO CABRAL FILHO, firmou as tratativas do pagamento da VANTAGEM INDEVIDA com o novo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR.

No período compreendido entre 2011 a 03/2014, HUDSON BRAGA, ex-Secretário de Estado de Obras, e HENRIQUE ALBERTO SANTOS RIBEIRO, ex-presidente do DER, ambos por ordem do então Governador SÉRGIO CABRAL FILHO, realizaram pagamentos de vantagens indevidas em dinheiro para os Conselheiros do TCE/RJ, por meio de transportadores não identificados, entregues a JONAS LOPES DE CARVALHO NETO, filho do Presidente do TCE/RJ, que centralizava e distribuía os valores entre os demais conselheiros envolvidos.

⁴⁵ Tais fatos tiveram apuração iniciada no INQ 1133 – *Operação Quinto do Ouro*, que originou a APN 875, com sua competência fixada no Superior Tribunal de Justiça, em razão do envolvimento do então Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR, bem como viabilizou a abertura do INQ 1201. Por sua vez, o INQ 1201 deu supedâneo a deflagração da APN 897 e abertura do INQ 1223, tendo, na sua alça de mira, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro ALOYSIO NEVES GUEDES, DOMINGOS INÁCIO BRAZÃO, JOSÉ GOMES GRACIOSA, JOSÉ MAURÍCIO DE LIMA NOLASCO e MARCO ANTONIO BARBOSA DE ALENCAR, todos de relatoria de V. Exa.



Assim é que, no período compreendido entre 03/2014 ao final de 2016, o atual governador LUIZ FERNANDO PEZÃO assumiu e deu continuidade à prática da organização criminosa, indicando inicialmente HUDSON BRAGA, e, após, AFFONSO MONNERAT, atual Secretário de Estado de Governo, assim como JOSÉ IRAN PEIXOTO JÚNIOR, atual Secretário de Estado de Obras, para continuidade dos pagamentos acordados aos Conselheiros do TCE/RJ, por meio de transportadores não identificados, entregues a JONAS LOPES DE CARVALHO NETO, filho do Presidente do TCE/RJ, e a FABRÍCIO VIANA RIBEIRO, pessoa por ele indicada para o recebimento dos valores.

JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR é Conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, havendo exercido as funções de abril de 2000 até setembro de 2017, eleito presidente da Corte nos biênios 2011/2012, 2013/2014 e 2015/2016.

Antes mesmo de sua chegada ao Tribunal de Contas, já existiam acordos de recebimento de vantagens econômicas indevidas para que o Corpo Deliberativo adotasse flexibilidades interpretativas mais favoráveis nas decisões dos processos, em prol dos interesses de políticos e de empresas comprometidas com esquema de pagamento de vantagens indevidas.

Essas flexibilidades interpretativas consistiam em conhecer os instrumentos contratuais arquivando os processos com recomendações e determinações para futuras contratações. O meio mais eficaz para se alcançar esse propósito ilícito era o de postergar a análise de mérito do questionamento de irregularidades, principalmente quando já exaurido o objeto.

Esse fato foi objeto de investigação na operação *Quinto do Ouro*, INQ 1133 do STJ, ocasião em que foram presos temporariamente os Conselheiros ALOYSIO NEVES, DOMINGOS BRAZÃO, JOSÉ GOMES GRACIOSA, MARCO ANTÔNIO ALENCAR, JOSÉ MAURÍCIO NOLASCO e o ex-conselheiro ALUÍSIO GAMA DE SOUZA, todos denunciados na APN nº 897⁴⁶.

Conforme já informado nesta petição, os fatos objeto das investigações acima referidas foram descritas no acordo de colaboração premiada homologado pelo Exmo. Ministro Felix Fischer. No entanto, as apurações, até então, não tinham colhido elementos

⁴⁶JOSÉ LOPES DE CARVALHO JUNIOR e JOSÉ LOPES DE CARVALHO NETO foram denunciados na AP nº 875/DF, cuja competência fora declinada para a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, pela perda do foro por prerrogativa de função do Conselheiro, restando a ambos a recentemente condenação nos autos do Processo nº 0502272-08.2018.4.02.5101.



probatórios para delimitar a responsabilidade criminal do Governador **LUIZ FERNANDO PEZÃO** e de seus operadores financeiros no INQ 1133 do STJ.

Assim, o Ministério Público Federal representou pela continuidade da investigação no INQ 1239/DF, bem como pela quebra dos sigilos telemáticos, fiscal, bancário e telefônico de **LUIZ FERNANDO PEZÃO** e **JOSÉ IRAN PEIXOTO JÚNIOR**, sendo, posteriormente representada pela autoridade policial a extensão das medidas a **AFFONSO HENRIQUE MONNERAT ALVES DA CRUZ**.

JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR declarou, em sede policial, que as tratativas para a continuidade do recebimento da **VANTAGEM INDEVIDA** no Governo **SÉRGIO CABRAL** foram conversadas com o ex-Secretário de Governo **WILSON CARLOS**, por ordem do então Governador, mas era **HUDSON BRAGA** o responsável pelos pagamentos.

HUDSON BRAGA, segundo revelaram as investigações, sempre foi o homem de confiança de **LUIZ FERNANDO PEZÃO**, respondendo em seu nome em qualquer situação.

Em dado momento, passou a ser de conhecimento da Corte de Contas que **HUDSON BRAGA** ludibriaria o pagamento das vantagens indevidas acordadas, de forma que **JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR** instou o então Vice-Governador do Estado, **LUIZ FERNANDO PEZÃO**, a marcar um jantar para discussão do assunto e retomar a regularidade dos pagamentos.

Ao ser ouvido em sede policial, o colaborador **JONAS LOPES JR.** esclareceu:

“(…) **QUE** apesar de os pagamentos terem durado o tempo de seu mandato, eles nem sempre eram regulares, de forma que se reuniu com o então vice-**GOVERNADOR PEZÃO**, no apartamento deste no bairro do Leblon, num jantar com **WILSON CARLOS**, **HUDSON BRAGA** e **ALOISIO NEVES** para cobrar a regularidade nos pagamentos; **QUE** com a renúncia de **SÉRGIO CABRAL**, ele afirmou que os pagamentos seriam responsabilidade de **PEZÃO** a partir desse momento, e que não teria mais participação nos recebimentos por parte do governo; **QUE** esteve com **PEZÃO** em várias oportunidades, ocasiões em que ele reafirmou os acordos de pagamentos ao TCE, sendo certo que ele sempre teve conhecimento desses pagamentos na gestão do governador **SÉRGIO CABRAL** (...)”⁴⁷

Na gestão de **LUIZ FERNANDO PEZÃO**, os acordos foram reafirmados,

⁴⁷ Termo de declaração de fls. 310/313 do IPL nº 112/2018.



permanecendo inicialmente HUDSON BRAGA como responsável pelos pagamentos. Porém, com sua precoce saída do governo, PEZÃO indicou AFFONSO MONNERAT, e este, por sua vez, a JOSÉ IRAN PEIXOTO JÚNIOR para o encargo.

“(…) QUE inicialmente PEZÃO indicou HUDSON BRAGA para continuar os pagamentos, mas já no início de 2015, HUDSON foi substituído por AFFONSO MONNERAT; QUE AFFONSO indicou ao declarante a pessoa de JOSÉ IRAN, atual Secretário de Obras, para que continuasse realizando os pagamentos;(…) QUE 100% dos pagamentos foram realizados em espécie para seu filho JONAS LOPES DE CARVALHO NETO; (...) QUE reafirma que houve abertamente conversas sobre recebimento de VANTAGEM INDEVIDA com HUDSON BRAGA, JOSE IRAN e MONNERAT; QUE quase todos os recebimentos ocorreram no escritório de seu filho; QUE JONAS NETO chegou a alugar uma sala para receber entregadores de dinheiro e em poucas ocasiões recebeu em sua residência; (...)”⁴⁸

JONAS LOPES DE CARVALHO NETO, o responsável por receber os valores a título de VANTAGEM INDEVIDA, também era responsável pela administração do dinheiro e cobrança dos devedores. Inquirido pela autoridade policial, assim revelou:

(…) QUE tinha ouvido falar, enquanto trabalhava no TCE, que havia cobrança de 1% das aprovações dos editais para os conselheiros do TCE; QUE apenas teve conhecimento efetivo dessa cobrança quando seu pai o convidou para fazer recolhimentos dos valores; QUE foi combinado receber 5% do que fosse recolhido de VANTAGEM INDEVIDA para os demais conselheiros; QUE isso aconteceu quando ele assumiu a presidência, vindo a centralizar a arrecadação dos valores da VANTAGEM INDEVIDA dos conselheiros; QUE recebia principalmente da SEOBRAS por meio do preposto de HUDSON BRAGA, de nome WAGNER JORDÃO, de 2011 a 2015, mais ou menos, sendo que de 2014 para 2015, as entregas foram diminuindo;

(…) QUE após a mudança de governo com a saída de CABRAL e entrada de PEZÃO, os pagamentos de VANTAGEM INDEVIDA rarearam, mas não acabaram; QUE embora tenham diminuído os pagamentos, os acordos permaneciam, mas o Estado estava passando por uma crise financeira e as faturas não estavam sendo pagas; QUE isso era o que os responsáveis pela VANTAGEM INDEVIDA diziam; QUE com o início do governo PEZÃO, no mandato tampão após a renúncia de CABRAL, HUDSON BRAGA continuava como responsável pelos pagamentos; QUE no entanto ele não foi convidado para continuar no governo após a eleição, tendo sido apresentado o

⁴⁸ Termo de declaração de fls. 310/313 do IPL nº 112/2018.



novo secretário de obras JOSÉ IRAN; QUE JOSÉ IRAN continuou com o pagamento da VANTAGEM INDEVIDA, mantendo contato telefônico com o declarante para combinarem de se encontrarem na SEOBRAS; QUE esteve na SEOBRAS por volta de três vezes no ano de 2015, talvez início de 2016, sempre com registro de entrada; QUE o depoente se dirigia à SEOBRAS na Rua do Passeio, 9º andar; QUE não houve entrega dentro da SEOBRAS, mas era combinado o valor e o local de entrega com JOSÉ IRAN; QUE todas as entregas foram feitas no escritório de seu funcionário, que também é advogado, FABRÍCIO VIANA RIBEIRO;

(...) QUE FABRÍCIO recebia dinheiro em espécie, mas acreditava serem honorários; QUE não houve entregas da SEOBRAS (JOSÉ IRAN) no escritório do depoente; QUE foram poucas as entregas, de valores que não superaram 100 mil reais, mas houve uma entrega de 900 mil reais, que foi fracionada durante o dia em cinco ou seis viagens; QUE o escritório de FABRÍCIO ficava na Rua México nº 164, sem saber a sala, e também sem haver registro de entrada⁴⁹

Por outro lado, de posse dos registros de entrada do 4º andar do prédio do escritório de JONAS LOPES DE CARVALHO NETO, no endereço Rua México, nº 168, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, foi possível confirmar a presença de WAGNER JORDÃO GARCIA, representante de HUDSON BRAGA para a entrega de dinheiro no dia 04/12/2014. Ressalte-se que WAGNER JORDÃO era assessor de HUDSON BRAGA na Secretaria de Estado de Obras, e pertencia ao núcleo financeiro operacional da Organização Criminosa identificada a partir da *Operação Calicute*, já tendo sido condenado nessa ação penal.

SEBASTIÃO MARCELINO DA	259060455	03/12/2014	17:40:00
CARLOS ALBERTO BARBOSA	095810762	03/12/2014	18:51:00
WAGNER JORDÃO GARCIA	063197362	04/12/2014	10:08:00
JONATHAN DE ARAUJO LUNA	254419827	04/12/2014	10:54:00
RODRIGO DA SILVA	113952279	04/12/2014	11:44:00

As entregas de dinheiro feitas por JOSÉ IRAN PEIXOTO JÚNIOR foram recebidas pelo funcionário de JONAS NETO, Sr. FABRÍCIO VIANA RIBEIRO, a quem era informada uma senha criada por JOSÉ IRAN para que pudesse receber o dinheiro dos entregadores.

Assim agindo, LUIZ FERNANDO PEZÃO, em concurso de agentes com JOSÉ IRAN PEIXOTO JÚNIOR, ofereceu, em, pelo menos, três ocasiões, vantagem indevida a JONAS LOPES JÚNIOR, então Presidente do TCE/RJ, com o propósito de obter o apoio ao Governo do Estado, da atividade de fiscalização dos Conselheiros que aderiram ao esquema

⁴⁹ Termo de declarações de fls. 315/318 do IPL 112/2018.



ilícito já operado no governo do seu antecessor, **SÉRGIO CABRAL**.

JONAS LOPES JÚNIOR aceitou e este recebeu, por intermédio e em concurso com seu filho, **JONAS LOPES NETO**, no período após 04/2014 a 2016 em, pelo menos, três ocasiões, valores indevidos, que superaram a soma de R\$ 900 mil⁵⁰.

II.4 - VANTAGENS INDEVIDAS PAGAS A PEZÃO POR EMPRESÁRIOS FORNECEDORES DE ALIMENTAÇÃO PARA A SEAP E DEGASE POR INTERMÉDIO DE JONAS LOPES DE CARVALHO NETO E MARCELO SANTOS AMORIM.

No início de 2016, **LUIZ FERNANDO PEZÃO**, por meio de seu subsecretário de comunicação e parente por afinidade, **MARCELO SANTOS AMORIM**, vulgo **MARCELINHO**, e junto com **JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR**, ex-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro recebeu vantagem econômica indevida dos empresários fornecedores de alimentação para a Secretária Estadual de Administração Penitenciária – SEAP e do DEGASE – Departamento Geral de Ações Educativas – DEGASE para que fosse efetuado o pagamento das faturas em atraso devidas pelos órgãos.

Esses pagamentos ocorreram pelo menos em oito ocasiões e totalizaram, pelo que restou apurado, 240 mil reais.

Foi acertado por **JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR**, ex-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o pagamento dos valores em atraso das empresas fornecedoras dos os órgãos acima citados - no total de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) – mediante o pagamento de **VANTAGEM INDEVIDA** no percentual de 15% do valor pago.

Feito o ajuste ilícito, **MARCELO SANTOS AMORIM**, em conluio com seu chefe na organização criminosa - **LUIZ FERNANDO PEZÃO** - e com o Secretário de Estado de Governo, **AFFONSO MONNERAT**, acertou com **JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR** que efetuará o recolhimento dos 15% dos valores pagos às empresas fornecedoras de alimentos, com a contrapartida de reter 1% para seu grupo.

MARCELO SANTOS AMORIM procedeu então ao recolhimento de 15% dos valores que foram pagos às empresas fornecedoras de alimentos, retendo 1% tanto do total arrecadado, quanto do que estava pendente de arrecadação, entregando o saldo final a

⁵⁰ Conforme esclarecido na cota desta denúncia, outros envolvidos que não tiveram uma participação direta ou que as respectivas condutas ainda não foram devidamente delimitadas na investigação criminal serão investigados no desdobramento deste Inquérito.



JONAS LOPES DE CARVALHO NETO, filho do então Presidente do TCE, conforme ajustado.

MARCELO SANTOS AMORIM, conhecido como **MARCELINHO**, é casado com **LUÍZA CAUTIERO JARDIM DE CAMPOS AMORIM**, sobrinha de **MARIA LÚCIA CAUTIERO HORTA JARDIM**, esposa do atual Governador do Estado do Rio de Janeiro, **LUIZ FERNANDO PEZÃO**.

MARCELINHO foi nomeado pelo **GOVERNADOR PEZÃO** para o cargo em comissão de Subsecretário Adjunto da Subsecretaria de Comunicação Social da Secretaria de Estado da Casa Civil, função que exerceu de **01/01/2015 a 02/05/2018**, sendo afastado por ter sido apontado pelos colaboradores **JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR** e **JONAS LOPES DE CARVALHO NETO** como operador financeiro de **PEZÃO** e responsável por arrecadar contribuições – vantagem indevida - de empresas que fornecem alimentação a órgãos do Estado do Rio de Janeiro.

O esquema ora retratado resulta de um convênio firmado entre o TCE/RJ e o Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, para que os recursos economizados no Fundo Especial de Modernização do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – FEM/TCE-RJ - fossem transferidos ao Poder Executivo para pagamento das dívidas com as empresas fornecedoras de alimentação para o SEAP e o DEGASE.

Para tanto, antes da transferência dos valores, **JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR** conseguiu a aprovação da Lei Estadual nº 7255/2016, com o apoio do ex-presidente da ALERJ, **JORGE PICCIANI**, para alterar a Lei que rege o referido Fundo e, assim, retirar as restrições impeditivas da operação acima referida⁵¹.

Com efeito, a intenção do ex-presidente do TCE/RJ era a de se beneficiar com uma porcentagem do valor a ser destinado aos pagamentos para as empresas fornecedoras de alimentação para o sistema penitenciário estadual.

Por meio do Decreto nº 45.642/2016, o Governador então em exercício, **FRANCISCO DORNELLES**, abriu créditos suplementares no valor total global de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) para o pagamento dessas dívidas em atraso⁵², senão vejamos:

“**Art. 1º** - Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal de

⁵¹ Disponível em

<<http://alerj.l1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/01017f90ba503d61032564fe0066ea5b/a143f87066479f7083257f93005bbd2c?OpenDocument>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

⁵² Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/114824347/doerj-poder-executivo-03-05-2016-pg-4>>. Acesso em: 16 dez. 2018.



Órgão e Entidade Estaduais, no valor global de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo I.

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado na forma do § 2º, item 6, do art. 120 da Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, na forma do Anexo I.

Art. 3º - Fica alterado o valor estabelecido no Decreto nº 45.569, de 28 de janeiro de 2016, na forma do Anexo II.

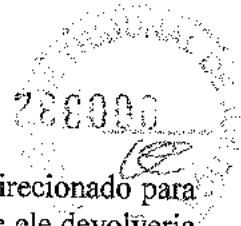
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.”

Ressalte-se que o acordado entre os Conselheiros de Contas do Estado era a cobrança de 10% sobre o valor recebido pelas empresas. Contudo, sorrateiramente, o então Presidente do TCE, **JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR**, cobrou 15% dos valores – 10% para divisão entre os conselheiros participantes - e 5% desviados para si.

Os detalhes dessa negociação somente foram possíveis de serem revelados por meio de confissão em acordo de colaboração premiada firmada por **JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR** e **JONAS LOPES DE CARVALHO NETO**. Ambos já foram processados e condenados por este fato nos autos da ação penal nº 0502272-08.2018.4.02.5101, perante a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

Destaque-se, para melhor compreensão do *modus operandi* desse esquema, trecho das declarações do Colaborador **JONAS LOPES JUNIOR**:

“(…) **QUE** lhe foi indicado por **JORGE PICCIANNI** a pessoa de **LUIZ ROBERTO DE MENEZES SOARES** para recolher essa **VANTAGEM INDEVIDA**, mas veio ao seu conhecimento posteriormente que seu nome não seria aceito pelas empresas por não ter credibilidade no setor; **QUE** quando teve contato com **LUIZ ROBERTO**, ele afirmou que o acordo deveria contemplar 1% para **MARCELO SANTOS AMORIM** vulgo "**MARCELINHO**", **QUE** não aceitou pagar esse 1% e conversou com **MONNERAT** a esse respeito, tendo sido confirmado por **PEZÃO** à **MONNERAT** a desnecessidade desse pagamento; **QUE** algumas empresas não concordaram em pagar os 15% e assim pediu a **MONNERAT** que não pagasse a essas empresas; **QUE** os pagamentos do Estado do Rio de Janeiro às empresas fornecedoras de alimentos ocorreram em 3 parcelas; **QUE** embora não tenha conhecimento que **MONNERAT** tenha se beneficiado da **VANTAGEM INDEVIDA**, ele auxiliou a cobrança dos valores ao contemplar o pagamento da primeira parcela apenas às empresas indicadas pelo declarante, que foram as que aderiram ao acordo; **QUE** logo na primeira parcela **LUIZ ROBERTO** descontou 1% afirmando ter repassado para **MARCELINHO**; **QUE** a partir daí reclamou com **MONNERAT** e acabou aceitando que **MARCELINHO** participasse do esquema, de comum acordo com **MONNERAT** e **PEZÃO**; **QUE** chamou **MARCELINHO** em



seu gabinete, e ele explicou que a retenção de 1% foi direcionado para PEZÃO para campanha eleitoral; QUE foi acordado que ele devolveria o que havia retido, mas a partir daí poderia auxiliar a cobrança e faria jus a 1% do recolhido; QUE efetivamente MARCELINHO passou a auxiliar o recolhimento, principalmente em relação a empresa de TONI DE LUCA e HOME BREAD; QUE MARCELINHO entregava os valores a seu filho JONAS NETO; QUE ele entregava o correspondente a 14% do recolhimento, ficando consigo 1%; QUE aceitou a participação de MARCELINHO, pois verificou que ele possuía uma força comercial com esses empresários e posteriormente soube que ele era o responsável pelo recolhimento de VANTAGEM INDEVIDA do setor para o governo; QUE MONNERAT era o responsável pela interlocução do governo pois PEZÃO estava de licença para tratamento de saúde; QUE ao que sabe, seu filho JONAS NETO não tratava qualquer assunto com MARCELINHO que não fosse a cobrança de VANTAGEM INDEVIDA das empresas de fornecimento de alimentos; (...)⁵³

Em síntese, MARCELINHO foi apresentado ao setor de alimentação como o interlocutor com o Governo do Estado. Ao ter conhecimento da cobrança de vantagem indevida em dinheiro por parte dos Conselheiros do TCE/RJ, MARCELINHO exigiu de um empresário do setor a retenção de 1% da VANTAGEM INDEVIDA para si e seu grupo político.

Esta situação causou grande indignação do presidente do TCE/RJ, pois este rateio não havia sido acordado com o Chefe do Poder Executivo. Assim, JONAS LOPES reclamou o fato com AFFONSO MONNERAT, Secretário de Estado de Governo, interlocutor de LUIZ FERNANDO PEZÃO.

Contudo, uma parte das empresas não aceitou a cobrança de 15% das faturas em atraso, pois a cobrança pré ajustada com o Governo do Estado, representado por MARCELO SANTOS AMORIM, era de 10% do valor liquidado na fatura.

Em razão deste impasse, JONAS LOPES JÚNIOR pediu a intervenção de AFFONSO MONNERAT para que apenas as empresas que pagaram o percentual de VANTAGEM INDEVIDA fossem contempladas com a primeira parte dos pagamentos, o que ocorreu em três parcelas. E assim AFFONSO MONNERAT conseguiu que, de alguma forma, apenas as empresas que aderiram ao esquema recebessem os pagamentos.

O operador financeiro JONAS LOPES DE CARVALHO NETO, confirmou a versão do pai, acrescentando que o valor total dos pagamentos era de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), e as empresas receberiam em três parcelas. As empresas

⁵³ Termo de declaração de fls. 310/313 do IPL 112/2018.



que não concordaram com o pagamento do percentual de **VANTAGEM INDEVIDA** não foram contempladas com os recebimentos na primeira parcela, sabendo afirmar o nome de três dessas empresas: **MMW, COMISSARIA AÉREA e CIAL**.

“(…) QUE os pagamentos das faturas em atraso ocorreram com a transferência de recursos do fundo do TCE para a SEAP e DEGASE, por meio de um convênio que foi firmado; QUE o valor foi em R\$ 160 milhões em 3 parcelas; QUE as empresas que não quiseram pagar a **VANTAGEM INDEVIDA** de 15% não foram contempladas com a primeira parcela; QUE seu pai JONAS LOPES pediu a MONNERAT que desse um jeito para que a SEAP não pagasse aquelas empresas; **QUE eram 5 ou 6 empresas, mas sabe dizer apenas 3 delas, MMW, COMISSARIA AÉREA e CIAL; (...)**”⁵⁴(Grifou-se)

De fato, a primeira parcela foi paga por meio de ordens bancárias datadas de **05/05/2016**, como se infere do teor⁵⁵ do somatório das Ordens Bancárias por beneficiário emitidas pela SEAP e pelo DEGASE:

Rótulos de Linha	Soma de Valor OB
Comercial Milano Brasil Ltda	3302513,93
Cor E Sabor Distr. De Alimentos Ltda	4039322
Denjud-refeicoes Coletivas Adm E Serv.ltda.	627074
Faculdade Do Sabor Refeicoes Ltda	3225270,96
Guelli Com. Ind. Alimentação Ltda	2787521,13
HB MULFISERVIÇOS LTDA	426996,81
Horto Central Marataizes Ltda	1112440,33
Jb Alimentacao E Servicos Ltda-me	5859079,85
Masan Servicos Especializados Ltda.	0
Masgoví Ind.com. Serv. Import. E Export. Ltda	6541531,92
Mendes Dos Santos Suprimentos E Servicos Ltda	3667446,68
Norsul Catering Ltda	1318135
Premier Com. De Alimentos Ltda	3507636,96
Prol Alimentacao Ltda.	5639924,79
REAL FOOD ALIMENTAÇÃO LTDA	6098092,8
Rio Food Comercio E Serv.de Alimentos Ltda-me	1652117,72
Sublime Sabor - Refeicoes Coletivas Ltda.	1243558,8
Total Geral	51048663,68

Conforme informado pelo colaborador JONAS LOPES, as empresas **MMW, COMISSARIA AÉREA e CIAL** não foram contempladas com pagamentos, apesar de também credoras de dívidas em atraso do Estado. E isto apenas foi possível pela influência de uma força política capaz de barrar o pagamento de quem não havia concordado com o

⁵⁴ Termo de declarações de fls. 315/318 do IPL nº 112/2018.

⁵⁵ Tabela com as OB e valores estão encartados nas fls. 352/354 do IPL nº 112/2018.



esquema operado por PEZÃO e seu grupo, por intermédio de MARCELINHO. O detentor de poder político que deu apoio aos colaboradores para que explorassem ilicitamente os empresários do setor foi o Secretário de Estado de Governo, AFFONSO MONNERAT.

Naturalmente que as demais empresas não contempladas ameaçaram denunciar a cobrança indevida e extorsiva, e, por pressão, conseguiram receber parte de seus pagamentos na segunda parcela.

Com a empreitada em ruínas, eis que as empresas inicialmente participantes do esquema não enxergaram vantagens em continuar contribuindo, pois todas estavam sendo contempladas, JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR solicitou autorização a AFFONSO MONNERAT e a LUIZ FERNANDO PEZÃO para cooptar MARCELINHO, que era o interlocutor do Governo com as empresas de alimentação para outras cobranças ilícitas, para que o auxiliasse a cobrar os valores, e assim fazer jus ao 1% do montante arrecadado de VANTAGEM INDEVIDA. MARCELO SANTOS AMORIM reuniu-se com JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR, ocasião em que recebeu e aceitou a proposta. Assim, passou a contactar e recolher os valores dos empresários do setor⁵⁶.

O esquema de cobrança de VANTAGEM INDEVIDA pode ser comprovado por elementos independentes das declarações dos colaboradores.

Com efeito, as cobranças foram reconhecidas por CARLSON RUY FERREIRA, por ocasião de sua intimação na *Operação Quinto do Ouro*. CARLSON RUY FERREIRA é sócio da DENJUD e da empresa JB, e detalhou o esquema de cobrança de dinheiro, incluindo a participação de MARCELO SANTOS AMORIM:

“(…) QUE no início do ano de 2016 o declarante tomou conhecimento através do sócio da empresa COR e SABOR, Sr. LUIZ ROBERTO, que o Governo do Rio de Janeiro estava firmando um convênio com o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para transferir valores do fundo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para o caixa do Estado do Rio de Janeiro e que esse valor seria usado para

⁵⁶ Ao ser ouvido nestes autos, após a operação *Boca do Lobo*, MARCELINHO reconheceu o fato, ou seja, que JONAS LOPES DE CARVALHO lhe chamou para incumbir-lhe de arrecadar dinheiro de “propina” dos empresários do setor, mas não confirmou a sua participação no esquema criminoso ora narrado e inclusive, narrou a participação de MONNERAT, atribuindo, no entanto, uma versão inverossímil de que nada fez e não participou seu chefe, PEZÃO, em razão da doença deste último: “Que MONNERAT informou ao declarante que o JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR, presidente do TCE/RJ, queria falar com o declarante, sendo que ao chegar na sala do JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR, no gabinete da presidência do TCE, o referido senhor lhe disse de plano que precisava de sua ajuda para receber propina das empresas de alimentação da SEAP, lhe oferecendo uma propina de 1% sobre os 15% que ele queria das empresas fornecedoras de alimentos para a SEAP; QUE o declarante ficou assustado com o pedido do JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR, ficou sem reação e saiu rápido do gabinete...”.



pagar as empresas do ramo de alimentação que mantinham contrato com o Estado do Rio de Janeiro e que estavam sem receber os pagamentos; QUE em seguida LUIZ ROBERTO falou que para o pagamento fruto da inadimplência do Estado do Rio de Janeiro ocorrer os empresários deveriam pagar um percentual de 15% sobre o valor a ser pago; QUE LUIZ ROBERTO explicou ao declarante que os valores referentes aos 15% seriam destinados da seguinte forma: 14% ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e 1% para uma pessoa identificada como “MARCELINHO”; QUE tem conhecimento de que “MARCELINHO trabalha no Palácio Guanabara e é genro do Governador do Estado do Rio de Janeiro PEZÃO; QUE LUIZ ROBERTO informou ao declarante que a exigência dos 15% foi feita por JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR como condição para liberação dos recursos do fundo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para o Estado do Rio de Janeiro pagar as empresas do ramo de alimentação; (...)

QUE tem conhecimento de que as empresas do ramo de alimentação COR E SABOR, através do sócio e administrador LUIZ ROBERTO, MENDES DOS SANTOS, através do sócio DAVI, MASGOV, através do sócio LUIZ ANTONIO, PROL e SUBLIME, através do sócio MARCOS VINICIUS (“MAVI”), GALLEY, através do sócio WAGNER também pagaram os 15% exigidos pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR; QUE esclarece que os 15% devidos pelas empresas do declarante DENJUD e JB foram entregues pelo declarante em espécie à JONAS LOPES DE CARVALHO NETO (filho do Presidente do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro); QUE os 15% devidos pela empresa COR E SABOR foram entregues em espécie por LUIZ ROBERTO à JONAS LOPES DE CARVALHO NETO; QUE os valores referentes aos 15% devidos pelas empresas MENDES DOS SANTOS, MASGOV, PROL, SUBLIME e GALLEY foram entregues pelo próprio declarante à JONAS LOPES DE CARVALHO NETO;⁵⁷

De igual forma, LUIZ ANTÔNIO GOMES VIEIRA, da empresa MASGOV declara na mesma linha de CARLSON RUY FERREIRA:

“(…) QUE no primeiro semestre de 2016 houve uma reunião entre os fornecedores de alimentação ao sistema penitenciário e na reunião foi conversado que estava para ser providenciado um meio de pagamento aos empresários que forneciam para o sistema presidiário; QUE naquela reunião com os empresários do setor não foi informado que teria que pagar alguma porcentagem pelo recebimento; QUE a informação é que o dinheiro para pagamento dos valores seriam originados de fundo do Tribunal de Contas do Estado; QUE logo depois que houve a aprovação da Lei na Assembléia Legislativa do Estado, foi anunciado para os empresários do setor que teriam que pagar uma porcentagem de 15% (quinze por cento), tendo sido falado

⁵⁷ Termo de declarações de fls. 343/347 do IPL nº 112/2018.



pelo LUIZ ROBERTO que o dinheiro seria para o JONAS LOPES, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado; QUE no início foi apresentado como responsável pela arrecadação dos valores o empresário LUIZ ROBERTO; QUE LUIZ ROBERTO não foi aceito pelos empresários como pessoa com competência para fazer a arrecadação do dinheiro; QUE com a recusa de LUIZ ROBERTO como pessoa responsável pela arrecadação da porcentagem dos pagamentos, foi apresentado uma outra pessoa, cujo nome eu não me recordo; QUE no final ficou acordado que a arrecadação do dinheiro das parcelas seria entregue a CARLSON RUY; QUE pelo que me foi falado, o CARLSON RUY pegava dinheiro e entregava para JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR; QUE de JONAS LOPES JUNIOR eu não sei o destino que o dinheiro tomava; QUE CARLSON RUY é funcionário da DEJUD; QUE não acredito que CARLSON RUY ganhasse algum dinheiro pelo que fazia; eu acredito que ele apenas pegava o dinheiro e repassava para o JONAS JUNIOR; QUE foram pagas dívidas atrasadas para mim, num total de aproximadamente R\$ 5.234.817,30 em 03-10-2016, em R\$ 6.541.531,92, em 10-05-2016, o terceiro foi de R\$ 184.000,00; estes são valores aproximados de pagamento; os valores foram identificados em folha com anotações, encontradas em cima da minha mesa de trabalho, que está sendo apreendida; QUE eu, em razão da empresa MOSGOV, entreguei mais de R\$ 1.000.000,00 em razão da exigência feita pelo pessoal;⁵⁸

Ressalte-se que MARCELINHO foi inquirido⁵⁹ na deflagração da *Operação Quinto do Ouro*, ocasião em que reconheceu que fez o recolhimento dos 15% dos pagamentos às empresas do setor de alimentação:

JARDIM DE CAMPOS AMORIM QUE conhece JONAS LOPES DE CARVALHO JUNIOR porque o secretário AFFONSO MONNERAT, secretário de governo, pediu procurasse o JONAS em meados de agosto de 2016 QUE o declarante se reuniu com JONAS que lhe disse que precisava que o declarante interviesse junto as empresas que se beneficiaram do repasse do fundo do TCE à Secretaria de

Administração Penitenciária-SEAP e o Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE. QUE pediu que o declarante ajudasse para que essas empresas pagassem 15% do valor que cada empresa recebesse QUE o declarante estranhou a conversas disse que iria fazer QUE estranhou porque

⁵⁸ Termo de declarações de fls. 341/342 do IPL nº 112/2018.

⁵⁹ Termo de declarações de fls. 338/340 do IPL nº 112/2018.



participavam no esquema QUE não tem mais a lista que lhe foi entregue QUE o filho do conselheiro foi apresentado ao declarante no gabinete do conselheiro e a partir dessa data ele ficava ligando insistentemente QUE nunca falou com nenhuma empresa sobre o assunto QUE após a prisão do SERGIO CABRAL

pelo pagamento era o Cel ERIR QUE nunca falou sobre o assunto com o Governador Pezão porque ele estava doente QUE além de JONAS conhece

De acordo com JONAS LOPES DE CARVALHO JÚNIOR, MARCELINHO tinha uma relação melhor com as empresas da família DE LUCA (Comercial Milano e Masan), assim como com a HOME BREAD.

Embora MARCELO AMORIM afirme que não recebeu 1% dos valores recolhidos, o operador financeiro JONAS LOPES DE CARVALHO NETO destaca que, ele não só reteve a porcentagem sobre o que recolheu, mas, de forma acintosa, calculou sobre o total previsto de recebimento, mesmo que ainda não tivesse sido recolhido, ou mesmo sem ter sido recolhido pessoalmente por ele. Ressalte-se que a todo momento MARCELINHO dizia a JONAS NETO que o valor era devido a PEZÃO⁶⁰.

Não obstante, para provar a interação periódica entre JONAS NETO e MARCELINHO, os investigadores recolherem os registros de entrada do 4º andar do prédio do escritório de JONAS LOPES DE CARVALHO NETO na Rua México, nº 168, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Constata-se que MARCELO SANTOS AMORIM esteve no escritório nas seguintes datas e horários:

BRUNO AMAR	09032408788	28/07/2018	09:41:00
ALEXANDRE CONCEIÇÃO DA	0907430183	28/07/2018	10:34:00
AMANDA GONÇALVES	245700415	28/07/2018	10:38:00
MARCELO SANTOS AMORIM	09798435780	28/07/2018	14:32:00
CARLOS HENRIQUE	60401632715	28/07/2018	11:39:00
AMANDA GONÇALVES	245700415	28/07/2018	10:38:00
LUCIANO VIANA	092488246	28/07/2018	10:57:00
CARLOS ABREU	87440	28/07/2018	10:57:00
LEONARDO TAVARES DA	127624728	28/07/2018	12:35:00
JOAO JOSE SOARES	03843840734	28/07/2018	13:57:00
MARCELO SANTOS AMORIM	09798435780	28/07/2018	14:32:00
FRANCISCO DAS CHAGAS	092681693	28/07/2018	14:37:00
NEY FARIA FERREIRA	37505100725	28/07/2018	18:32:00

⁶⁰ Termo de declarações de fls. 315/318 do IPL nº 112/2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA



ROGERIO ALEIXANDRO	126914771	16/09/2016	11:28:00
MARCELO SANTOS AMORIM	09795435760	16/09/2016	11:39:00
MARIETE DE OLIVEIRA	375292004	16/09/2016	11:54:00
FRANCISCO RODRIGUES DE	15091032190	16/09/2016	11:57:00
PAULA DA SILVA SANTOS	11136640790	16/09/2016	12:10:00
ALEXIALEMO DA SILVA	08847047711	16/09/2016	12:13:00
ROGERIO MACIEIRA	09597195757	16/09/2016	13:15:00
NILQ CAIRO RODRIGUES DE	82348611788	16/09/2016	14:18:00
JHONATAN NUNES OLIVEIRA	289956025	16/09/2016	14:38:00
MARCELO SANTOS AMORIM	09795435760	16/09/2016	14:43:00
FABRICIO DAZZI	122073 OAB	16/09/2016	15:24:00
RENATO MENDES PEREIRA	051808511	20/09/2016	15:14:00
CARLOS GONÇALVES	104578125	20/09/2016	15:14:00
MARCELO SANTOS AMORIM	09795435760	20/09/2016	15:41:00
JHONNY REIS BRANCO DE	14993094736	20/09/2016	17:31:00
PAULO CEZAR DAMES	887058	20/09/2016	18:44:00
FLAVIO HENRIQUE TAVARES	308221567	23/09/2016	12:29:00
MARCELO SANTOS AMORIM	09795435760	23/09/2016	12:38:00
ILMA SOUZA REIS	035973170	23/09/2016	13:02:00
NATHALIA FERET DE UZEDA	121946082	23/09/2016	13:42:00
LUCYANA MESQUITA DE	125837710	05/10/2016	11:37:00
RENATO LUIZ GAMA DE	9D104 OAB	05/10/2016	11:45:00
MARCELO SANTOS AMORIM	09795435760	05/10/2016	12:08:00
ILMA SOUZA REIS	035973170	05/10/2016	12:26:00

Ocorreram, nesse período, pelo menos oito encontros no escritório de JONAS LOPES NETO para a entrega dos valores de dinheiro e sempre para tratar do assunto das vantagens indevidas, eis que não existem laços de amizade entre ambos ou outro tipo de relação negocial.

Assim sendo, no ano de 2016, JONAS LOPES JÚNIOR, em concurso de agentes com JONAS LOPES NETO ofereceu, pelo menos oito vezes, vantagem indevida a LUIZ FERNANDO PEZÃO, o qual, em concurso de agentes com AFFONSO MONNERAT e MARCELO DOS SANTOS AMORIM, aceitou e recebeu vantagem indevida no montante de, pelo menos R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), em valores históricos. Em troca do dinheiro, PEZÃO e MONNERAT e demais operadores da ORCRIM permitiram e



implementaram o desvio de parte do dinheiro destinado ao pagamento das empresas fornecedoras da SEAP (alimentação sistema prisional) em benefício espúrio de Conselheiros do Tribunal de Contas do TCE-RJ, dentre estes o seu então presidente, **JONAS LOPES JÚNIOR** e também em benefício próprio e de terceiros.

II.5 - VANTAGENS INDEVIDAS PAGAS POR SÉRGIO CABRAL A AFFONSO MONNERAT - ATUAL SECRETÁRIO DE GOVERNO DE PEZÃO.

No período de 2013 a 03/2014, conforme registram as apurações, **AFFONSO HENRIQUE MONNERAT ALVES DA CRUZ**, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Governo, aceitou vantagem indevida, consistente em um valor mensal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), comprovado no período o total de R\$ 278.000,00.

Essa **VANTAGEM INDEVIDA** foi paga por **SÉRGIO CABRAL FILHO**, que ordenou a Carlos Miranda o pagamento a Secretário de Estado, como remuneração por integrar a Organização Criminosa e, assim, por, no exercício das funções públicas – chefe de Gabinete da Secretaria de Governo, dar apoio operacional aos ilícitos praticados na gestão do Governo do Estado, conforme abaixo narrado.

Esses valores eram recolhidos em empreiteiras e prestadores de serviços, e foram entregues por **SÉRGIO DE CASTRO OLIVEIRA**, vulgo **SERJÃO**, então assessor do ex-Governador **SÉRGIO CABRAL** e **LUIZ CARLOS BEZERRA**, funcionário de **SÉRGIO CABRAL**.

AFFONSO HENRIQUE MONNERAT ALVES DA CRUZ foi convidado por **LUIZ FERNANDO PEZÃO** para atuar na reconstrução dos municípios que sofreram desastres provocados pelas chuvas ocorridas em janeiro de 2011, sendo nomeado Subsecretário Extraordinário para a reconstrução da Região Serrana e, em 2012, tornou-se chefe de gabinete da Secretaria de Governo e, finalmente, em 2014, já no governo **PEZÃO**, assumido a Secretaria de Governo do Estado do Rio de Janeiro⁶¹.

Cumprida a missão inicial, **MONNERAT** foi nomeado Chefe de Gabinete

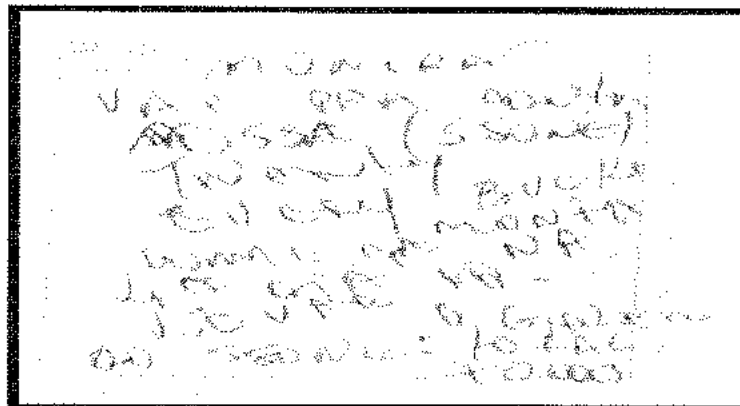
⁶¹ Por ocasião de irregularidades praticadas no exercício dessa função, **AFFONSO MONNERAT** e **HUDSON BRAGA**, foram processados pelo Ministério Público Federal por atos de improbidade administrativa, Processo nº 0000568-15.2012.4.02.5105 na 1ª Vara Federal de Nova Friburgo, em razão da celebração de contratos por dispensa de licitação, por prazo excedente ao admitido por lei para os casos de calamidade pública, assim como pela existência de sobrepreço nos contratos.

00345
12

da Secretaria de Estado de Governo⁶², subordinado direto de WILSON CARLOS, outro integrante da Organização Criminosa chefiada por SÉRGIO CABRAL FILHO.

Como demonstrado nas investigações que seguiram à Operação *Calicute*, as cobranças de vantagem indevida no Governo CABRAL eram administradas em duas frentes. A primeira, pelo Secretário de Governo WILSON CARLOS, por meio dos operadores financeiros Carlos Miranda, LUIZ CARLOS BEZERRA e SERJÃO. De outro lado, pelo Secretário de Obras HUDSON BRAGA, por meio dos operadores financeiros JOSÉ ORLANDO RABELO e WAGNER JORDÃO GARCIA.

Ao sair da Secretaria de Estado de Obras, AFFONSO MONNERAT (codinome MONERÁ) deixou de receber vantagens indevidas do órgão em razão da sua atuação como Secretário de Estado em favor do esquema e passou, então, a receber dinheiro em espécie de Carlos Miranda e LUIZ CARLOS BEZERRA, por integrar a secretaria gerida por WILSON CARLOS (codinome SSONE) e continuar operando a favor da ORCRIM no exercício das suas funções.



Revelador desse esquema, a seguinte anotação de BEZERRA: “MONERÁ VAI PRA CONTA NOSSA (SSONE), TWENTY BUCKS EVERY MONTH”, ou seja, MONNERAT passaria a receber R\$ 20 mil mensais pagos pela ORCRIM, em nome de WILSON CARLOS (SSONE).

Durante as investigações, foram realizadas buscas por anotações que utilizariam codinomes relacionados ao secretário AFFONSO MONNERAT, tendo sido encontradas diversas referências. No total foram 12 ocorrências, sendo que a maior parte demonstra os repasses de valores de origem ilícita para o secretário. A soma do valor

⁶² Disponível em <http://www.cultura.rj.gov.br/leido/incentivo/docs/1/DECRETO44013_02012013.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2018.

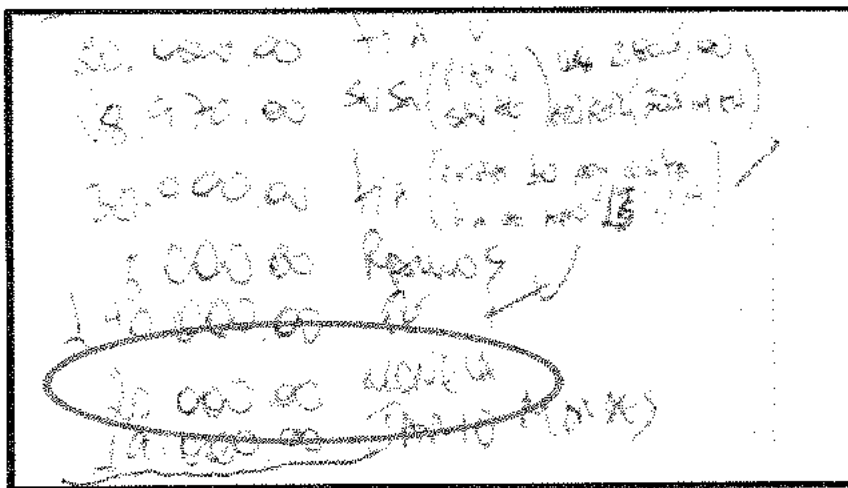


identificado alcança a soma de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), sendo que foi possível constatar pagamentos realizados no ano de 2014, e outros sem datas precisas.

Para melhor visualização da dinâmica dos fatos delituosos, segue tabela com as principais informações encontradas nos bilhetes, sendo em seguida anexada cópia digitalizada desses bilhetes.

BILHETES	REFERÊNCIA	VALOR RS	DATA PROVÁVEL
BILHETE 01	MONERA	20 MIL	JAN/2014
BILHETE 02	MONERA	20 MIL	20.01.2014
BILHETE 03	MONERA	20 MIL	-
BILHETE 04	MONERA	20 MIL	20.01.????
BILHETE 05	MONERA e JANIO	39 MIL	21.01.????
BILHETE 06	MONERA	20 MIL	-
BILHETE 07	MONERA	20 MIL	-
BILHETE 08	MONERA	39 MIL	15.01.2014
BILHETE 09	MONERA	20 MIL	-
BILHETE 10	MONERA	20 MIL	-
BILHETE 11	MONERA	20 MIL	-
BILHETE 12	MONERA	20 MIL	-
TOTAL		RS 278.000,00	

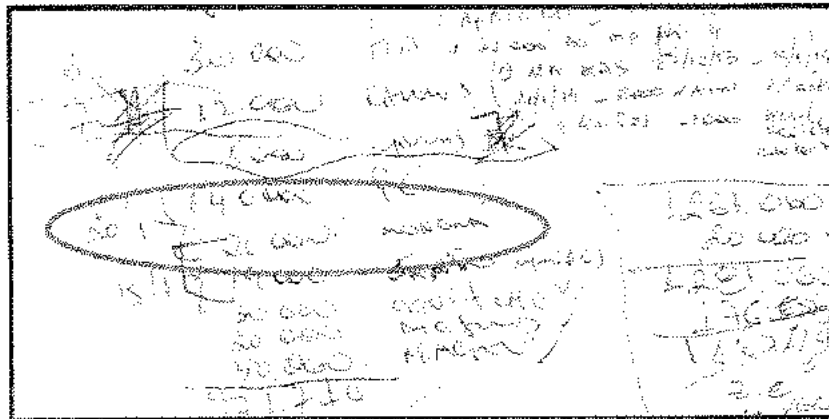
BILHETE 01⁶³ Demonstra o recebimento de R\$ 20 mil para MONNERAT na data provável de JAN/2014.



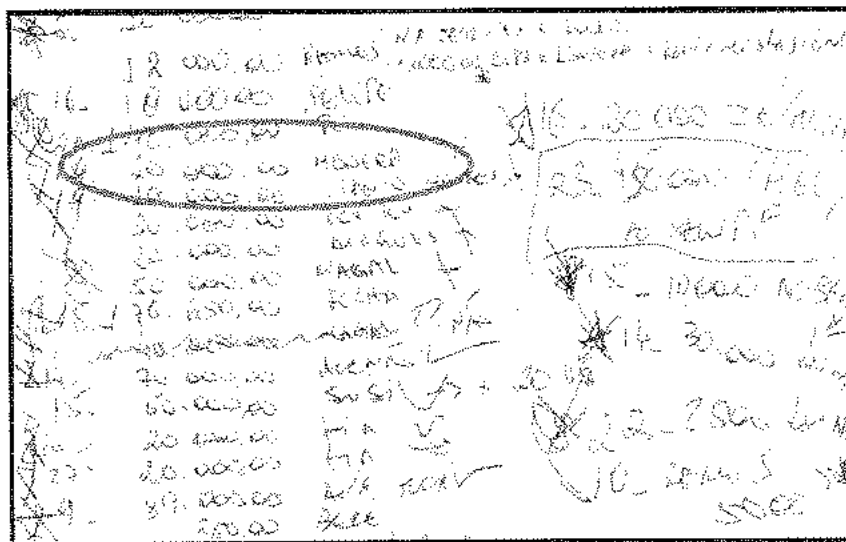
⁶³ ITEM 44 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.



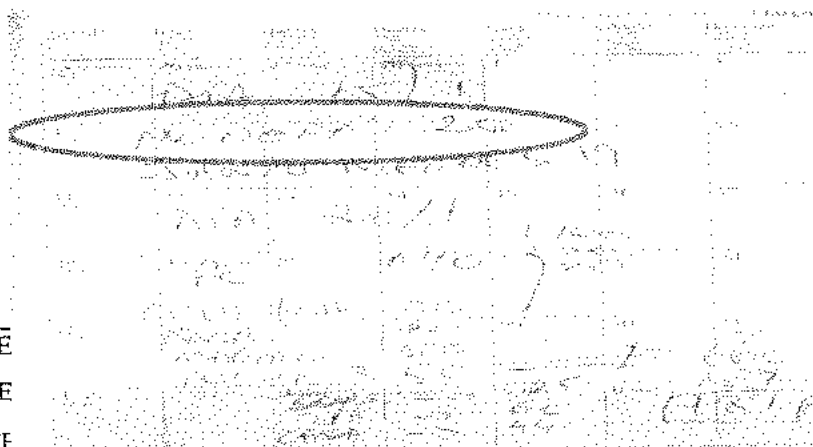
BILHETE 02⁶⁴: Demonstra o recebimento de R\$ 20 mil para MONNERAT, na data provável de 21.01.2014.



BILHETE 03⁶⁵: Referência ao pagamento de R\$ 20 mil para MONNERAT.



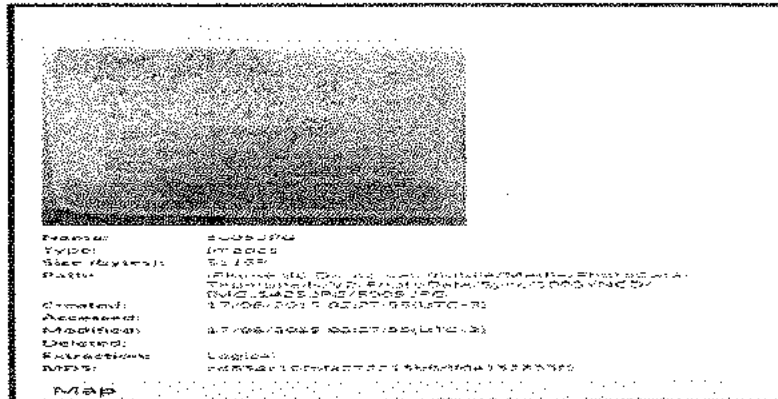
BILHETE 04⁶⁶: Referência ao pagamento de R\$ 20 mil para MONNERAT na data provável 21.05.????, não se perdendo de foco que também foi encontrada no celular apreendido de CARLOS BEZERRA fotografia com a mesma anotação acima.



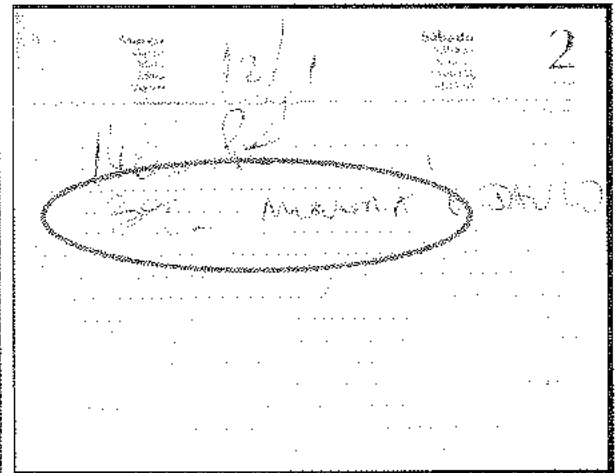
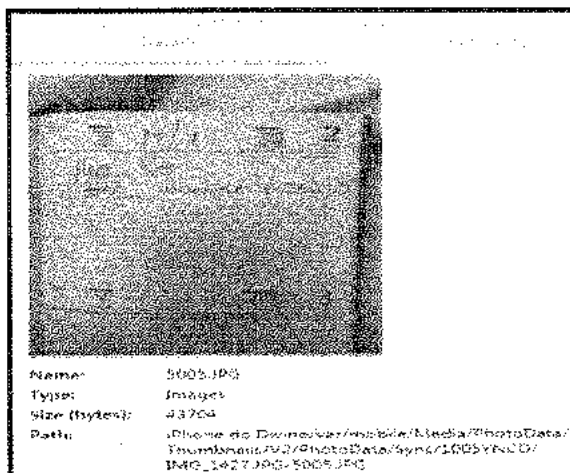
⁶⁴ ITE

⁶⁵ ITE

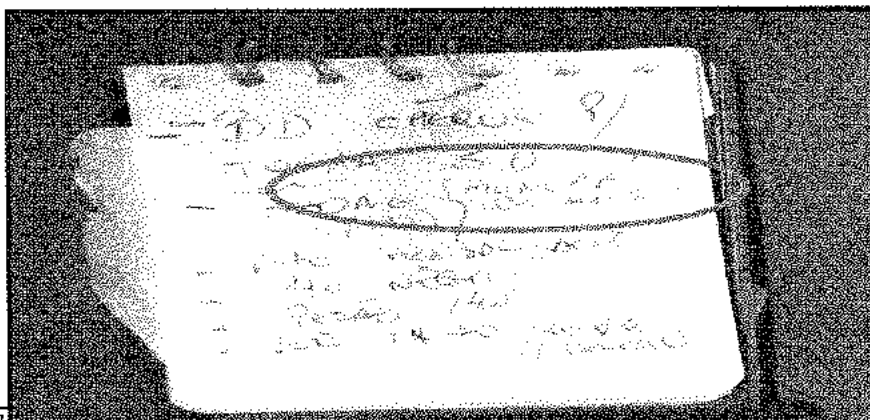
⁶⁶ ITE



BILHETE 05⁶⁷: Referência ao pagamento de R\$ 39 mil para MONNERAT e JANIO na data provável de 12/01/????, bem como fotografia com a mesma anotação no celular apreendido de CARLOS BEZERRA



BILHETE 06⁶⁸: Referência ao pagamento de R\$ 20 mil para MONNERAT.

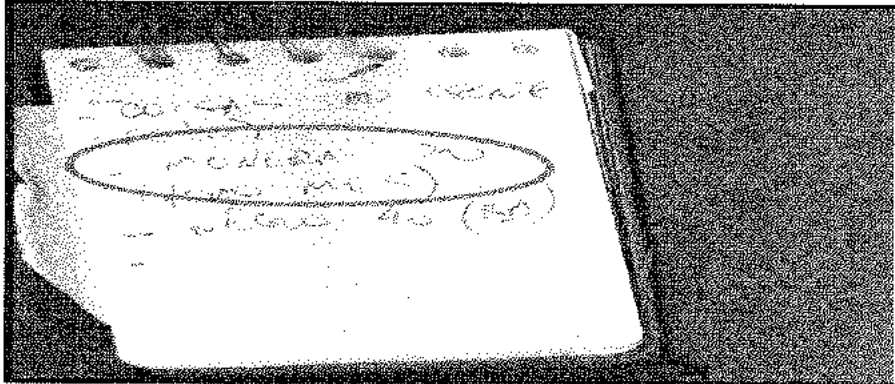


⁶⁷ ITEM 01 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

⁶⁸ ITEM 02 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

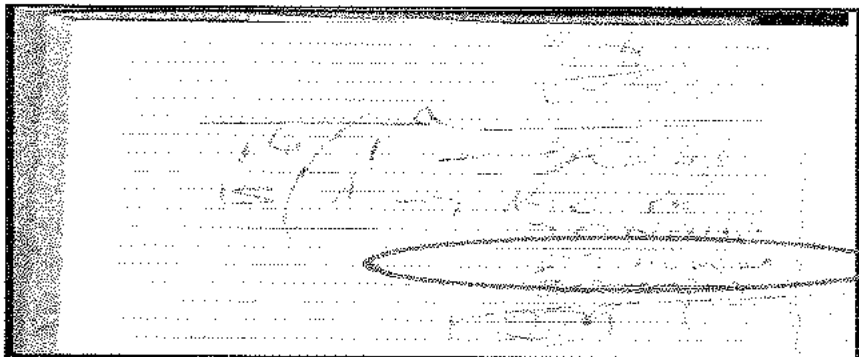


BILHETE 07⁶⁹: Referência ao pagamento de R\$ 20 mil para **MONNERAT**.

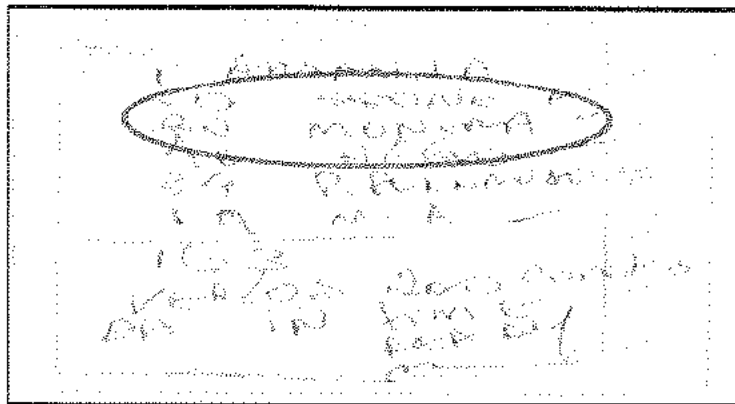


BILHETE

08⁷⁰: Referência ao pagamento de R\$ 39 mil para **MONNERAT**, na data provável de 15.01.2014.



BILHETE 09⁷¹: Referência ao pagamento de R\$ 20 mil para **MONNERAT**.



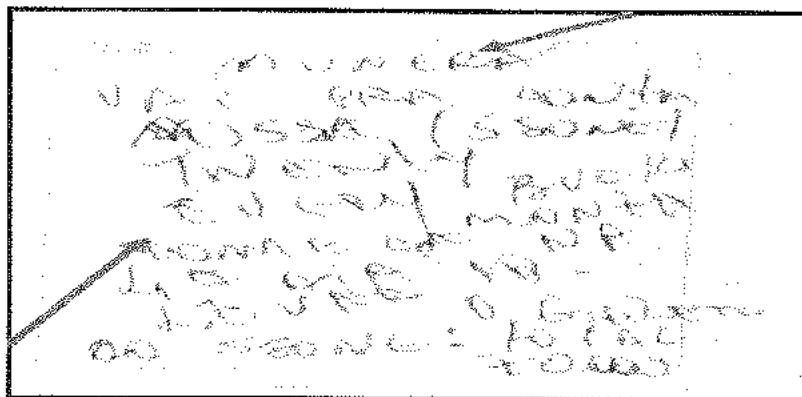
BILHETE 10⁷²: Referência ao pagamento de R\$ 20 mil para **MONNERAT**.

⁶⁹ ITEM 02 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

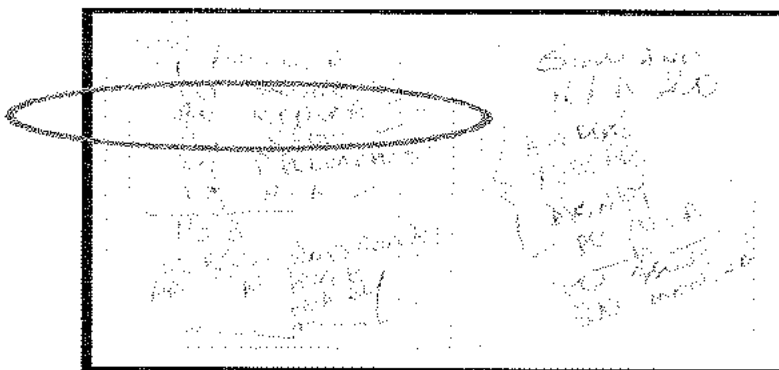
⁷⁰ ITEM 04 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

⁷¹ ITEM 21 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

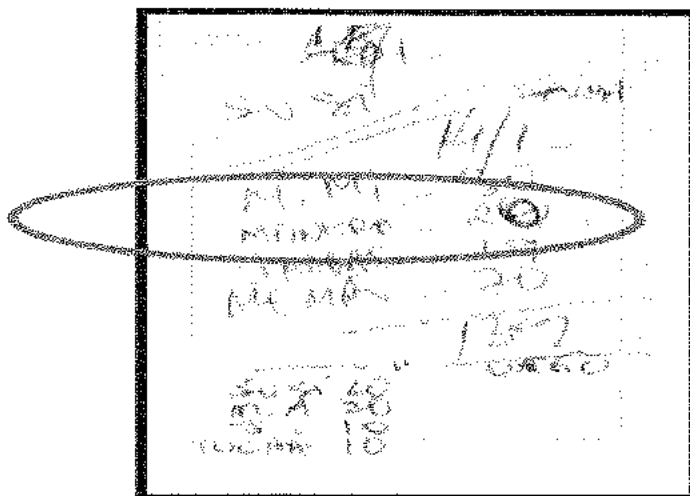
⁷² ITEM 21 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.



BILHETE 11⁷³: Referência ao pagamento de R\$ 20 mil para **MONNERAT**.

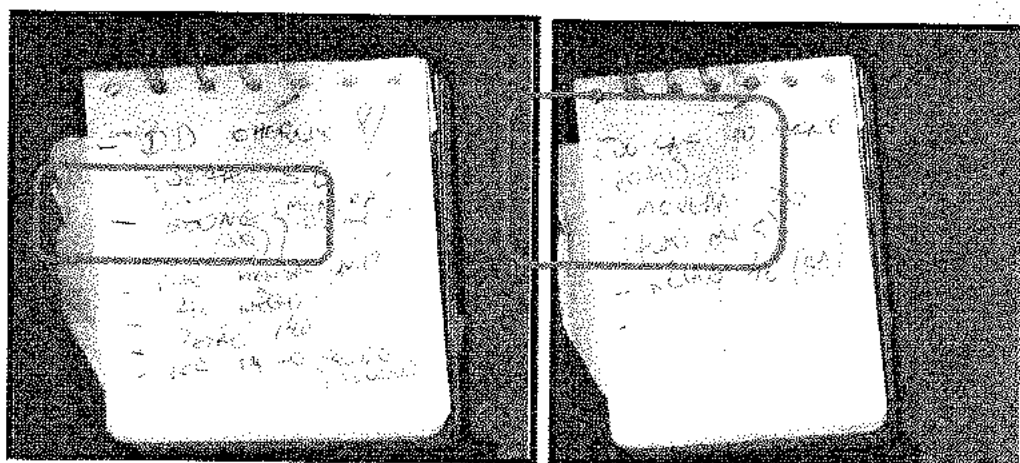


BILHETE 12⁷⁴: Referência ao pagamento de R\$ 20 mil para **MONNERAT**, incluindo-se, ainda, outros bilhetes que confirmam a vinculação do pagamento para **MONNERAT** a **SSONE**.



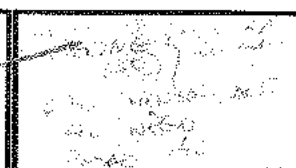
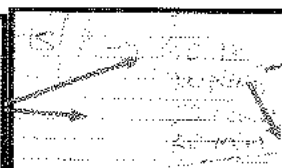
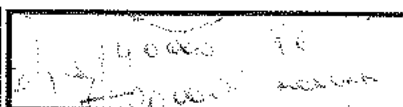
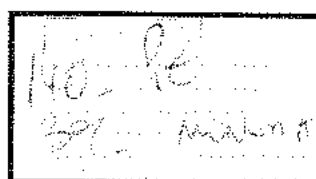
⁷³ ITEM 21 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

⁷⁴ ITEM 21 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.



Os elementos probatórios revelaram que os pagamentos a **MONNERAT** foram realizados desde janeiro de 2013, por ocasião de sua nomeação. Assim, por se tratar de um pagamento constante, ao se considerar que **MONNERAT** permaneceu no cargo até abril de 2014, quando assumiu a Secretaria de Estado, ele recebeu, pelo menos, o montante de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) nos 16 meses em que ocupou a chefia de gabinete de **WILSON CARLOS**.

Outro dado revelador do esquema é a disposição das anotações em vários bilhetes, cujas anotações de valores destinados a "**MONERÁ**" se encontram exatamente após as anotações de "**PE**". As quantias destinadas a "**MONERÁ**" eram mensais de R\$ 20.000,00 (vinte e mil reais), enquanto a **PEZÃO**, eram destinados com frequência R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), o que traduz uma relação de hierarquia entre os membros da Organização Criminosa.



Não por acaso, quando **LUIZ FERNANDO PEZÃO** assumiu o Governo do



Estado do Rio de Janeiro, **AFFONSO MONNERAT** foi nomeado Chefe da Secretaria de Estado de Governo, posição que ocupa até 2018, sendo considerado o segundo cargo mais importante no Governo do Estado, responsável pela interlocução do governo e saiu fortalecido principalmente quando **PEZÃO** se afastou para tratamento de saúde.

As provas colhidas na investigação revelaram, assim, que **SÉRGIO CABRAL**, pelo menos no período entre 01/2014 e 12/2014, **por doze vezes**, ofereceu vantagem indevida a **AFFONSO MONNERAT**, que aceitou e recebeu valores do esquema de desvio de dinheiro público operado por integrantes da organização criminosa liderada por **SÉRGIO CABRAL** no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Concorreram para a consumação do seu intento criminoso **CARLOS MIRANDA**, ao gerir a contabilidade das propinas e **SÉRGIO DE CASTRO OLIVEIRA**, responsável pela sua arrecadação, bem como **CARLOS BEZERRA**, que operacionalizou as entregas do dinheiro de origem espúria.

II.6 - VANTAGEM INDEVIDA PAGA PELO ENTÃO GOVERNADOR SÉRGIO CABRAL A LUIZ FERNANDO DE SOUZA (PEZÃO) ATRAVÉS DOS DIRIGENTES DA EMPRESA HIGH END LUIS FERNANDO CRAVEIRO DE AMORIM E CÉSAR AUGUSTO CRAVEIRO DE AMORIM.

LUIZ FERNANDO DE SOUZA (PEZÃO), na época em que ocupava o cargo de Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro e também a Secretaria de Estado de Obras⁷⁵, em razão da sua atuação, nesses cargos, em benefício dos interesses espúrios da organização criminosa então liderada por **SÉRGIO CABRAL**, também recebeu vantagens ilícitas do então Governador do Estado do Rio de Janeiro **SÉRGIO CABRAL**, por meio de serviços e equipamentos fornecidos pela empresa **HIGH END** em sua residência na cidade de Pirai/RJ.

A finalidade desse pagamento era obter apoio de **PEZÃO**, diante dos estratégicos cargos ocupados concomitantemente no Governo do Estado, notadamente a Secretaria de Obras – **SEOBRAS**, para o esquema de contratações ilícitas e desvio de recursos, mediante um percentual aplicado sobre os valores desses contratos, aplicado por **CABRAL** e demais integrantes da organização criminosa, dentre estes **PEZÃO**.

No final do ano de 2007, **SÉRGIO CABRAL FILHO**, então governador do Estado do RJ, ordenou a **Carlos Miranda** que efetuasse o pagamento do valor de R\$

⁷⁵ De 1/1/2007 a 03/04/2014 e de 01/01/2007 ao final do ano de 2011, respectivamente.



300.000,00 (trezentos mil reais) à empresa HIGH END, localizada no shopping CasaShopping e que pertence a LUÍS FERNANDO AMORIM, em razão de serviços prestados pela empresa na residência de PEZÃO no município de Pirai/RJ.

No final do ano de 2007, Carlos Miranda ordenou que o doleiro **RENATO CHEBAR** fizesse o pagamento desses serviços, cujo valor foi entregue, em espécie, por **VIVALDO FILHO**, pessoalmente, a LUÍS FERNANDO AMORIM, em contrapartida aos serviços prestados pela empresa em benefício e no interesse de **PEZÃO**.

PEZÃO, em seu interrogatório prestado em sede policial nestes autos⁷⁶ confirma o recebimento da vantagem indevida. Confira-se:

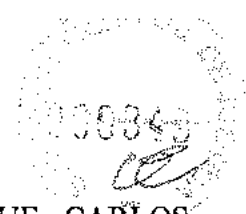
QUE conhece LUIS FERNANDO CRAVEIRO DE AMORIM e CESAR AUGUSTO CRAVEIRO DE AMORIM, sócio e diretores da HIGH END HOME THEATER (HIGH CONTROL LTDA); **QUE** não contratou a empresa HIGH END para instalar serviço de automação de áudio e vídeo em sua casa no município de Pirai/RJ, tratando-se de presente de aniversário recebido em 2008 de SERGIO CABRAL; **QUE** não sabe qual o valor do serviço, nem se foi emitido nota fiscal; **QUE** não tem conhecimento que a instalação custou R\$ 300.000,00, nem que foi paga com valores oriundos de propina, nem mesmo que foi pago em espécie por CARLOS MIRANDA a LUIS FERNANDO da HIGH END; **QUE** o serviço limitou-se a instalação de duas televisões e equipamentos de som e DVD; **QUE** estima que o valor do serviço não tenha passado R\$ 30.000,00.

A execução do serviço acima e a forma de pagamento, em espécie, foi confirmada pelos dirigentes da empresa HIGH END, CÉSAR AUGUSTO e LUÍS FERNANDO CRAVEIRO, em seus depoimentos prestados em sede policial⁷⁷ nestes autos, nos termos abaixo transcritos:

“**QUE** SÉRGIO CABRAL chamou o declarante pra ir na casa dele para pedir para fazer projeto na casa do PEZÃO em PIRAI/RJ; **QUE** o declarante então, de forma livre para criar o projeto que entendesse por bem, fez o projeto de Home Theater e som ambiente na área de lazer da casa e talvez outro ambiente; **QUE** o declarante apresentou o projeto pronto ao CABRAL, informando que o valor ficou por volta de 350 mil reais; **QUE** CABRAL deu ordens para realizar o projeto; **QUE** PEZÃO sabia que seria feito uma instalação de algum sistema de áudio e vídeo na casa dele em PIRAI/RJ, por ordem de CABRAL, porém PEZÃO não tinha a menor noção da qualidade do serviço e do que seria feito lá; **QUE** chama a atenção para o fato de que o projeto e a instalação foram feitos no meio do ano de 2009 e não em 2007; **QUE** CARLOS MIRANDA pessoalmente levou 300 mil reais em dinheiro à loja HIGH END no Casa

⁷⁶ Interrogatório prestado na Polícia Federal, no dia 29 de novembro de 2018, quando foi efetivada a deflagração da Operação Boca de Lobo, no bojo do IPL nº 112/2018.

⁷⁷ Declarações prestadas na Polícia Federal, após a deflagração da Operação Boca de Lobo, no bojo do IPL nº 112/2018.



Shopping para pagar pelos equipamentos e serviços. QUE; CARLOS MIRANDA disse que era para NÃO emitir Nota Fiscal e que em razão disso o valor pago seria com desconto e ficaria em 300 mil reais...”

Constata-se, assim, que no ano de 2007, SÉRGIO CABRAL ofereceu e efetivamente entregou vantagem indevida a LUIZ FERNANDO PEZÃO, no valor de R\$300 mil, por meio da instalação de sistema de áudio e vídeo na residência deste na cidade de Pirai/RJ. O pagamento da vantagem indevida ocorreu por meio de uma sistemática de ocultação e dissimulação da localização, disponibilidade e propriedade da vantagem auferida por PEZÃO.

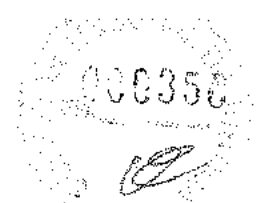
Concorreram para as práticas criminosas, na forma do art. 29 do Código Penal, CARLOS MIRANDA, que providenciou o pagamento do dinheiro de origem ilícita, retirado do caixa da organização e os executores do projeto e integrantes da ORCRIM CÉSAR AUGUSTO CRAVEIRO e LUIZ FERNANDO CRAVEIRO.

II.7 – A ATUAÇÃO DE CÉSAR AUGUSTO CRAVEIRO E LUÍS FERNANDO CRAVEIRO DE AMORIM EM ATOS DE OCULTAÇÃO, DISSIMULAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE DINHEIRO ORIGINÁRIO DO ESQUEMA DE FRAUDES E DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Além do episódio acima narrado, pelo menos nos anos de 2012 a 2014, SÉRGIO CABRAL FILHO ordenou a Carlos Miranda, que pagasse, pelo menos, o total de R\$ 3.812.180,40 (três milhões oitocentos e doze mil e cento e oitenta reais e quarenta centavos) em espécie aos empresários LUÍS FERNANDO CRAVEIRO DE AMORIM e CÉSAR AUGUSTO CRAVEIRO DE AMORIM, por meio do operador financeiro LUIZ CARLOS BEZERRA e dos doleiros RENATO CHEBAR, VINICIUS CLARET (JUCA) e CLÁUDIO BARBOSA (TONY), ao que tudo indica para ocultação do patrimônio da Organização Criminosa.

Ainda com base nas investigações da *Operação Calicute*, a partir de depoimentos prestados em sede de interrogatórios realizados perante a Justiça Federal, foi possível revelar que SÉRGIO CABRAL recebeu VANTAGEM INDEVIDA não só de obras de construção civil, por meio da Secretaria de Obras, mas também de outros setores do Governo, como, por exemplo, o de alimentação, saúde e segurança pública.

Ademais, para beneficiar-se dos lucros obtidos da corrupção, CABRAL e seu grupo valeram-se de um sofisticado sistema de pagamentos de contas em dinheiro em



espécie que, em determinadas situações, contava com a participação de lojistas e prestadores de serviços.

Desse modo, **CABRAL** utilizou-se dos serviços escusos de empresários e outros colaboradores que, em conluio, operavam uma rede de lavagem de ativos. Dentre essas pessoas estariam as figuras dos empresários **LUÍS FERNANDO CRAVEIRO DE AMORIM** e **CÉSAR AUGUSTO CRAVEIRO DE AMORIM**, relacionados à empresa **HIGH CONTROL LTDA. (HIGH END HOME THEATER)**.

A **HIGH END** é uma empresa de automação residencial, localizada no Casa Shopping da Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro e tem como sócio majoritário **LUÍS FERNANDO** e diretor **CÉSAR AUGUSTO**. Eles são amigos de longa data do irmão do ex-governador **SÉRGIO CABRAL**, **MAURÍCIO CABRAL**, e também de **CARLOS BEZERRA**, um dos operadores do esquema criminoso. É certo que, por essas amizades, os irmãos **AMORIM** passaram a frequentar e conviver com integrantes da cúpula governo do Rio de Janeiro, dentre os quais podemos citar a ex-primeira dama **SUSANA NEVES**, o ex-secretário de obras **HUDSON BRAGA**, até mesmo os governadores **SÉRGIO CABRAL** e **LUIZ FERNANDO PEZÃO**.

LUÍS FERNANDO DE AMORIM é também sócio da empresa **AVDS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA.**, CNPJ: 09.574.472/0001-22, nome fantasia **SUSTENLUX**, que é apontada como uma das parceiras do consórcio **KYOCERA-SOTER** - consórcio vencedor da licitação da iluminação do Arco Metropolitano, obra orçada em aproximadamente de R\$ 96 milhões.

Assim, os empresários utilizaram tais relações para se aproximarem da organização criminosa, operar um esquema de lavagem de ativos e também obter vantagens em contratações de serviços/equipamentos com indícios de fraudes.

Em sede policial, Carlos Miranda declarou que, em 2007, **SÉRGIO CABRAL** teria lhe ordenado a pagar R\$ 300.000,00 em espécie à empresa **HIGH END** por serviços prestados na residência do atual governador **LUIZ FERNANDO PEZÃO**, localizada em **PIRAI/RJ**. O pagamento foi destinado para cobrir serviço de automação de áudio e vídeo, que no caso foi presente de **CABRAL** para **PEZÃO**. Alegou ainda, que o mesmo serviço teria sido prestado na residência de **SÉRGIO CABRAL**, e que era comum o pagamento em espécie para o sócio da **HIGH END**, **LUIS FERNANDO DE AMORIM**:



"(...) QUE em 2007, **SERGIO CABRAL** ordenou o declarante a pagar R\$ 300.000,00 à empresa **HIGH END**, localizada no 2º Piso no **CASASHOPPING**, por serviços prestados na residência de **PEZÃO** em **PIRAÍ/RJ**; QUE se tratou de um serviço de automação de áudio e vídeo, que naquela época era bem cara; QUE o serviço foi uma espécie de presente de **SERGIO CABRAL** a **PEZÃO**; QUE a **HIGH END** fez o mesmo serviço na casa de **SERGIO CABRAL**, casa da ex-mulher de **SERGIO CABRAL**, casa de Mangaratiba de **SERGIO CABRAL** e na casa do declarante; QUE era comum fazer pagamentos em espécie ao sócio da **HIGH END**, mas sempre pelos serviços prestados; QUE não tem conhecimento que o sócio tenha emitido notas dos serviços; QUE o sócio da empresa é **LUIS FERNANDO CRAVEIRO DE AMORIM**, muito amigo de **LUIS CARLOS BEZERRA**, sendo reconhecido na fotografia de seu passaporte; QUE em geral pedia a **RENATO CHEBAR** que fizesse as entregas dos valores a **LUIS FERNANDO**, mas é possível que já tenha entregue dinheiro em espécie pessoalmente; QUE **LUIS CARLOS BEZERRA** criou alguns apelidos para **LUIS FERNANDO**, tal como "Formica Atômica"; QUE o escritório de entrega da **HIGH END** é uma salinha no 2º piso do Casashopping; QUE em geral os pagamentos eram realizados em dinheiro em espécie, e não se recorda de ter feito depósito para a **HIGH END**; QUE **RENATO CHEBAR** utilizava seu entregador **VIVALDO FILHO** ou terceirizava a entrega por meio dos doleiros **PETER** e **TONY**; QUE não sabe ao certo se a entrega do dinheiro referente ao serviço para **PEZÃO** foi feito por **VIVALDO** ou **PETER** e **TONY**; (...)"⁷⁸

RENATO HASSOM CHEBAR, mencionado por Carlos Miranda, era operador do mercado financeiro que ocultava, em nome **SÉRGIO CABRAL** e de sua organização criminosa, o dinheiro da **VANTAGEM INDEVIDA** que receberam no Brasil em contas bancárias no exterior, por meio de operações dólar cabo.

RENATO CHEBAR, assim como o seu funcionário **VIVALDO FILHO**, firmaram acordo de colaboração premiada com o Ministério Público Federal e confirmaram que Carlos Miranda ordenava dezenas de entregas de dinheiro a **LUÍS FERNANDO da HIGH END**, nos anos de 2007 a 2014, e que os valores variavam de R\$ 50 a 250 mil:

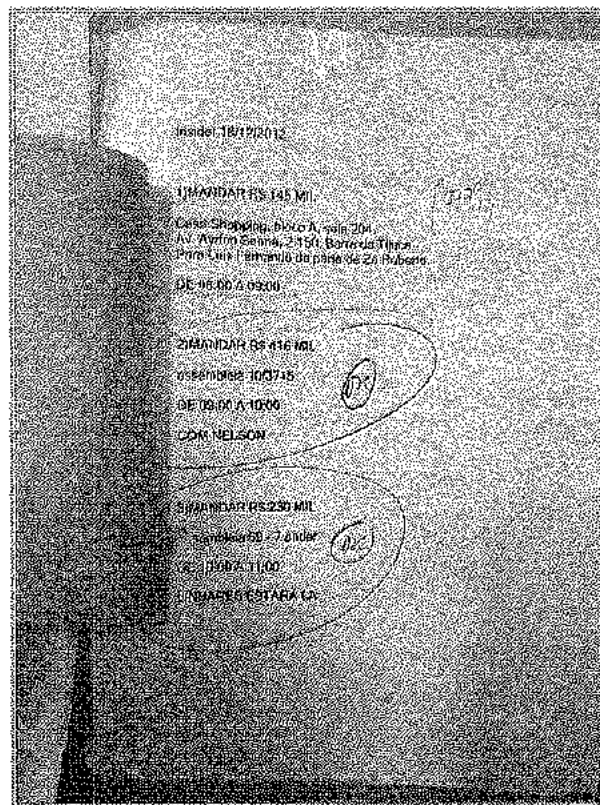
"(...) QUE os contatos com Carlos Miranda, em geral era para receber valores em reais, ou recolher em endereços previamente indicados, e remeter para o exterior por dólar cabo; QUE Carlos Miranda também ordenava ao declarante que entregasse recursos em reais para pessoas e endereços por ele indicados; QUE Carlos Miranda ordenou dezenas de entregas a **LUIS FERNANDO** da **HIGH END** no Casashopping, ao longo dos anos de 2007 a 2014; QUE **LUIS FERNANDO** era uma das pessoas que recebiam valores com frequência, que variavam de R\$

⁷⁸ Termo de declarações de fls. 24/30 do IPL nº 112/2018.

1000352
[Handwritten signature]

50.000,00 a R\$ 250.000,00; QUE entregou uma planilha ao Ministério Público Federal apresentando o pagamento de valores a LUIS FERNANDO, indicado na planilha como HIGH END, CASASHOPPING; QUE no casashopping, apenas LUIS FERNANDO recebia valores de Carlos Miranda; QUE essa planilha apenas abarca o período de meados de 2015 a meados de 2016; QUE não possui os registros dos controles dos períodos anteriores; QUE nunca teve contato pessoal com LUIS FERNANDO DE AMORIM, mas possivelmente seu funcionário VIVALDO JOSÉ DA SILVA FILHO deve ter realizado entrega para ele; QUE se recorda que as entregas para LUIS FERNANDO eram feitas na HIGH END, não lembrando de entregas em outros lugares; (...)"⁷⁹ (Grifou-se)

Como prova independente de corroboração das entregas da ORCRIM a CÉSAR AUGUSTO AMORIM, tem-se documento obtido em sede de busca e apreensão, autorizada pela Juízo da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro⁸⁰, com a indicação do endereço da entrega na AVDS, no Casa Shopping, Bloco A, Sala 204, Barra da Tijuca, sublinhe-se, por relevante, empresa dele, que integrou o consórcio KYOCERA-SOTER, da iluminação do Arco Metropolitano. Confira-se:



Em seu Termo de Declarações, VIVALDO FILHO confirma os pagamentos realizados na HIGH END por ordens de Carlos Miranda e do próprio RENATO

⁷⁹ Termo de declarações de fls. 08/10 do IPL nº 112/2018.

⁸⁰ Autorização de compartilhamento deferida no Processo nº 057148-06.2018.4.02.5101.



CHEBAR:

“(…) QUE se recorda de ter feito entregas em uma sala no 2º andar do Casashopping, a pedido de **RENATO CHEBAR**; QUE sabia que as ordens vinham de Carlos Miranda; QUE os pedidos vinham em mensagem no aplicativo WICKR, para entrega a pedido **ZÉ ROBERTO** ou **CARLOS ROBERTO**; QUE **ZÉ ROBERTO** ou **CARLOS ROBERTO** eram em verdade Carlos Miranda; QUE todas as entregas no casashopping eram no mesmo local; QUE a entrega era realizada em uma sala que trabalhava com equipamentos de som acústico; QUE não sabe se o nome da empresa era **HIGH END**; QUE não sabe sobre o que se tratava o pagamento, mas acredita que era pagamento por esses equipamentos de som; QUE não se lembra se o pedido seria para algum **LUIS FERNANDO** e não se recorda da pessoa na fotografia de **LUIS FERNANDO CRAVEIRO DE AMORIM**; QUE apenas fazia as entregas e não pegava recibo, mas tão logo terminado o serviço, avisava a **RENATO CHEBAR**; (...)”⁸¹

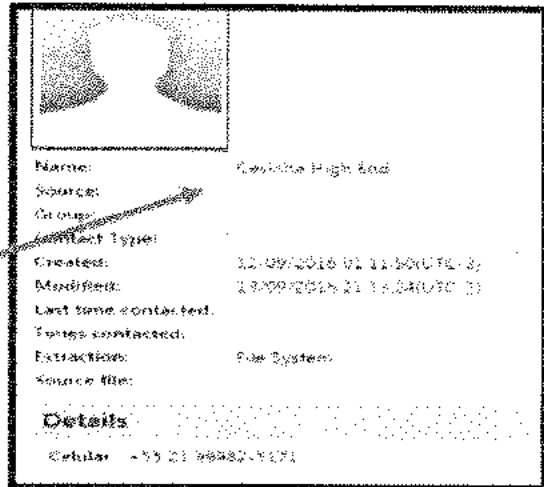
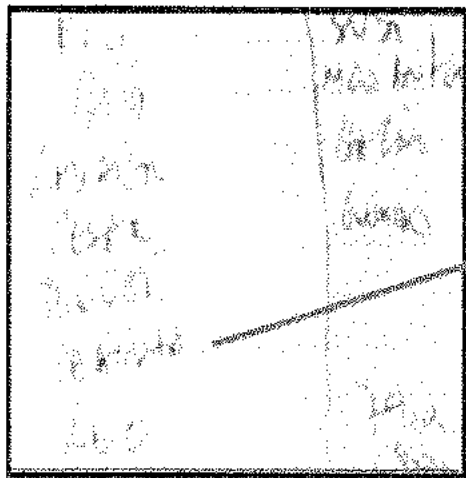
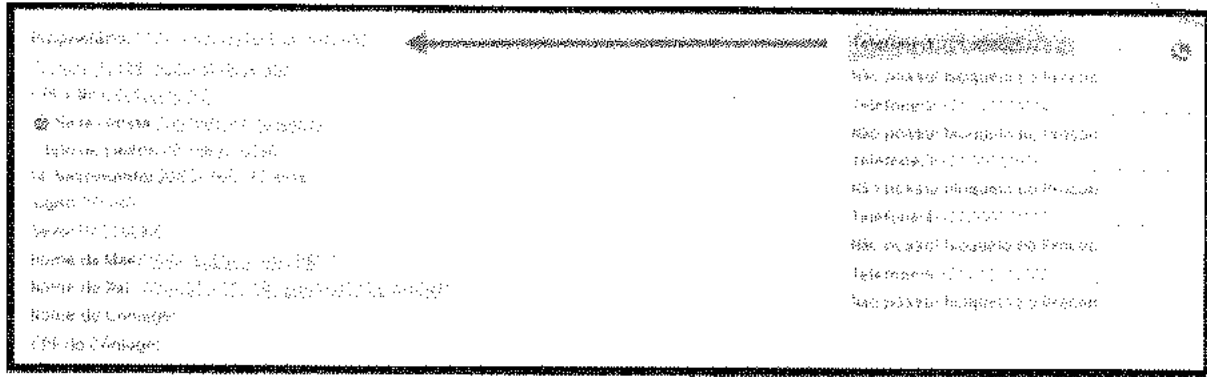
Cada um dos colaboradores acima citados e que apresenta a mesma versão em relação ao esquema de lavagem de ativos envolvendo a empresa **HIGH END** e seus sócios, possui, cada qual, uma função definida na Organização Criminosa – operador financeiro, doleiro e entregador de dinheiro – e todos afirmam a entrega de valores em espécie a **LUÍS FERNANDO CRAVEIRO DE AMORIM**.

Com base nessas informações, a equipe de investigação aprofundou a análise do material apreendido, de forma que também foram encontradas anotações nos bilhetes de **LUIS CARLOS BEZERRA** que conteriam codinomes ligados aos investigados **HIGH END**, **CÉSAR DE AMORIM**, **LUÍS FERNANDO DE AMORIM**.

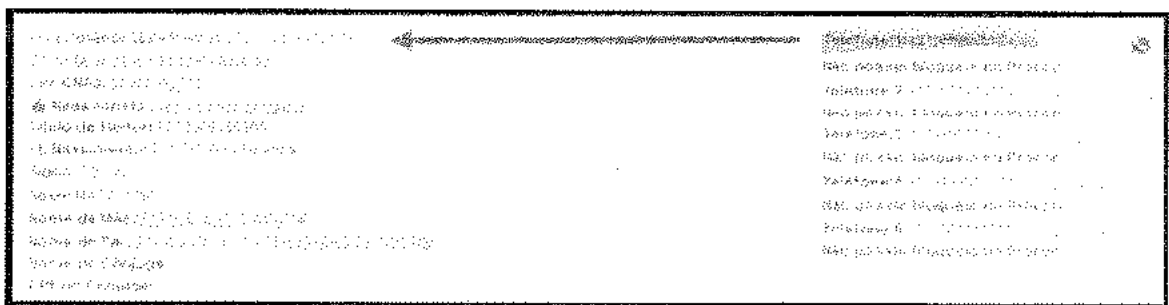
Como resultado, foram localizadas as citações: “**HIGH END**”, referência à empresa; “**CESAR HIGH**” e “**CESINHA**”, em referência a **CESAR DE AMORIM**; e “**JOQUEI**”, “**JOCKEI**”, “**JOQUEI ALEMAO**”, “**JOQUEI PEQUINES**”, “**CLAUDIO, PRIMO DO JOQUEI**” a **LUIS FERNANDO DE AMORIM**. A correlação entre as anotações “**CESINHA**” e a pessoa de **CESAR AUGUSTO DE AMORIM** provém dos registros do aparelho telefônico de **CARLOS BEZERRA**, que contém o contato “**CESINHA HIGH END**”, vinculado ao terminal telefônico 21 999825171.

⁸¹ Termo de declarações de fls. 12/13 do IPL nº 112/2018.

0835
 [Handwritten signature]

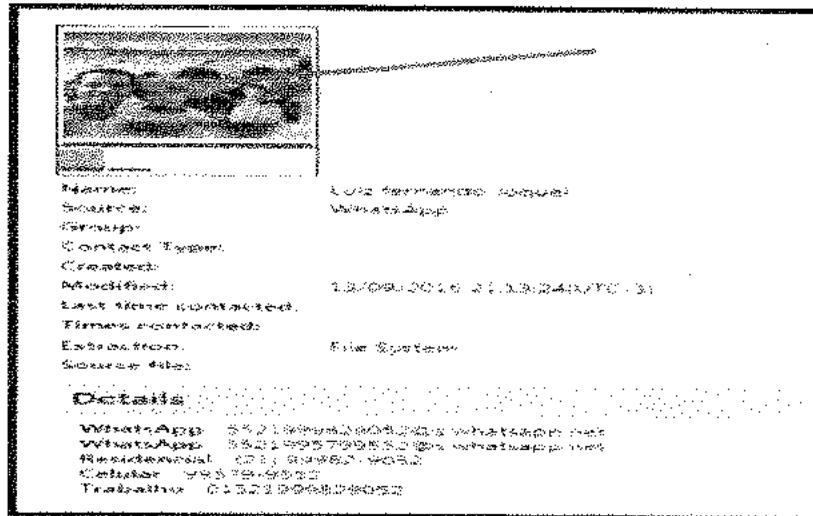


O referido número está atribuído justamente ao CPF de CÉSAR DE AMORIM, o que não deixa dúvidas de que CARLOS BEZERRA referia-se a ele pelo apelido de “CESINHA”.

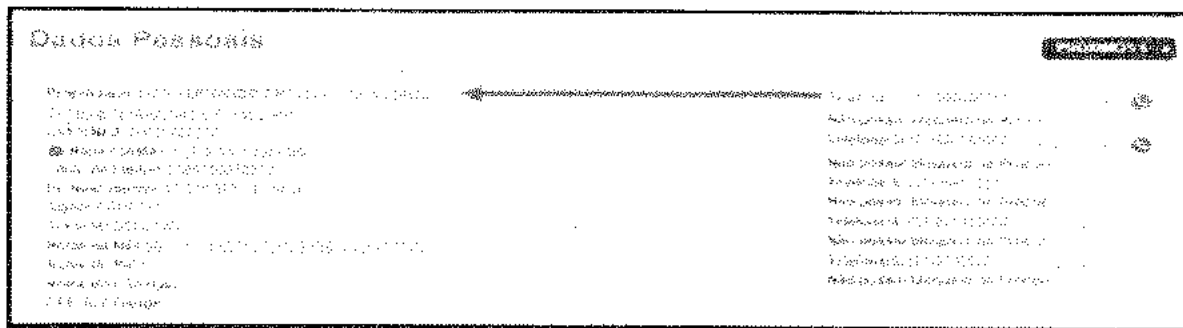


No que se refere ao pseudônimo “JOQUEI”, ao se verificar o aparelho celular apreendido em posse de CARLOS BEZERRA, encontrou-se o contato “LUIS FERNANDO JOQUEI”, com os registros dos terminais telefônicos 21 99982-9052 e 21 99579-9552⁸².

⁸² CÉSAR AUGUSTO CRAVEIRO reconheceu esses “apelidos” que lhes foram atribuídos por BEZERRA, a quem atribui tratar-se de *uma pessoa muito engraçada*.



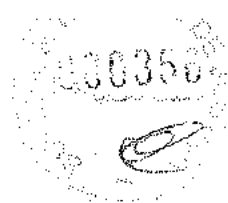
O terminal [redacted] está vinculado justamente ao CPF de LUÍS FERNANDO DE AMORIM, conforme informações constantes em nossos bancos de dados.



A constatação de que LUÍS FERNANDO e CESAR DE AMORIM eram tratados por BEZERRA como “JOQUEI” e “CESINHA”, respectivamente, os bilhetes apreendidos na casa do operador, onde constam 22 registros para os pseudônimos dos ora investigados revelam que estes recebiam dinheiro em espécie, do esquema, em atos de lavagem de ativo.

As citações estão ligadas a valores que indicam entrada e saída de dinheiro da ORCRIM comandada por CABRAL. Segundo o que foi revelado pelos colaboradores, houve entregas de valores a LUÍS FERNANDO DE AMORIM, provavelmente relativos a serviços prestados por sua empresa HIGH END, indicando a saída de dinheiro da Organização Criminosa.

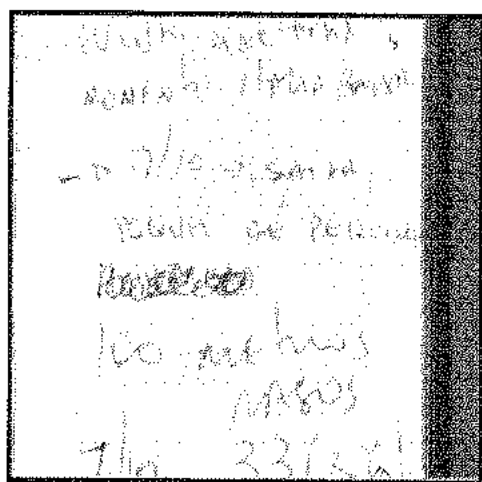
Entretanto, houve registros de entrada de dinheiro direcionado ao grupo criminoso, o que indica que, possivelmente, LUIS FERNANDO e CESAR DE AMORIM também realizavam pagamentos para o grupo.



Desse modo, foram encontrados 14 registros de entrega de dinheiro para LUÍS FERNANDO e CÉSAR DE AMORIM, no total de R\$ 2.060.000,00 (dois milhões e sessenta mil reais), bem como duas anotações que indicam recebimentos de valores para a organização criminosa, originários de CÉSAR DE AMORIM, somando R\$ 213.200,00 (duzentos e treze mil e duzentos reais). Ademais, foi registrado um pagamento em moeda estrangeira U\$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta dólares) destinado a LUÍS FERNANDO. Abaixo, consta uma tabela com as principais informações encontradas nos bilhetes, sendo em seguida anexada cópia digitalizada dos mesmos.

BILHETES	REFERÊNCIA	VALOR SAÍDA	VALOR ENTRADA
BILHETE 01	JOQUEI DE PEQUINÊS	100 MIL	X
BILHETE 02	JOQUEI	35 MIL	X
BILHETE 03	JOQUEI	75 MIL	X
BILHETE 04	JOQUEI PEQUINÊS	30 MIL	X
BILHETE 05	CLAUDIO PRIMO	X	X
BILHETE 06	JOQUEI	100 MIL	X
BILHETE 07	JOQUEI	US\$ 2.160,00	X
BILHETE 08	JOQUEI	160 MIL	X
BILHETE 09	JOQUEI	100 MIL	X
BILHETE 10	JOQUEI	100 MIL	X
BILHETE 11	JOQUEI CESINHA	X	X
BILHETE 12	CESINHA	25 MIL	X
BILHETE 13	CESINHA	X	X
BILHETE 14	BORGES CESINHA	25 MIL	X
BILHETE 15	CESINHA	200 MIL	X
BILHETE 16	CESINHA	X	R\$ 13.200,00
BILHETE 17	CESINHA BARBRA	X	X
BILHETE 18	CESAR FRITH	X	X
BILHETE 19	JOQUEI	310 MIL	X

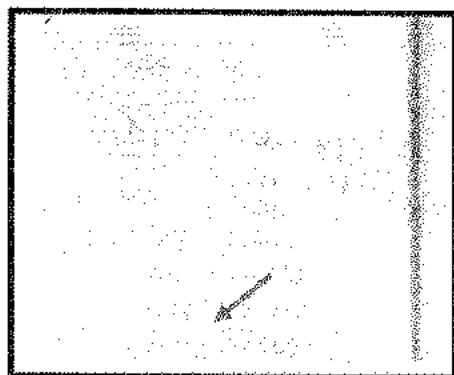
BILHETE 01⁸³: “ 7/10 → (saída) Jóquei de pequinês 100 metros rasos”. Indica o pagamento de 100 mil reais para LUIS FERNANDO.



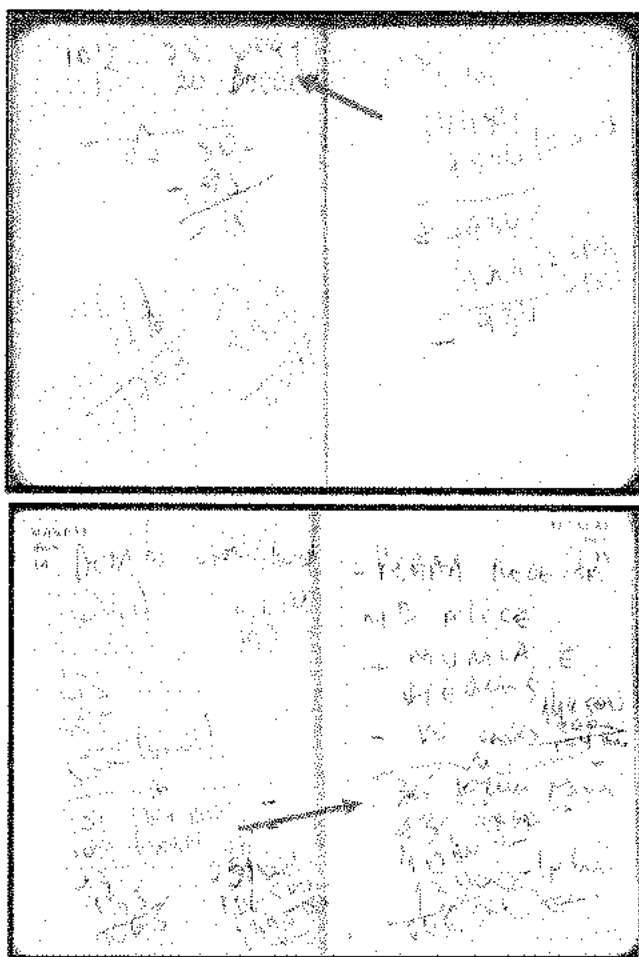
BILHETE 02⁸⁴: “ 29 - Jóquei 35.000” - Pagamento de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para LUIS FERNANDO DE AMORIM.

⁸³ ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ

⁸⁴ Infere-se que se trata de pagamento a JOQUEI, por estar registrado junto a outros destinatários de valores da organização criminosa.



BILHETES 03 e BILHETE 04⁸⁵: “10/2 – 75 Jockey” - Pagamento de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) e “30 Joquei pequinês” - Pagamento de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para LUIS FERNANDO DE AMORIM⁸⁶, respectivamente.

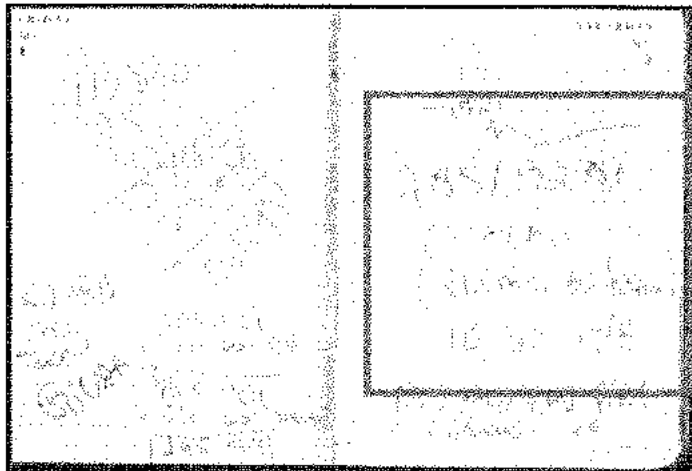


BILHETE 05⁸⁷: “Claudio (Primo Joquei) 10:30 15/08”

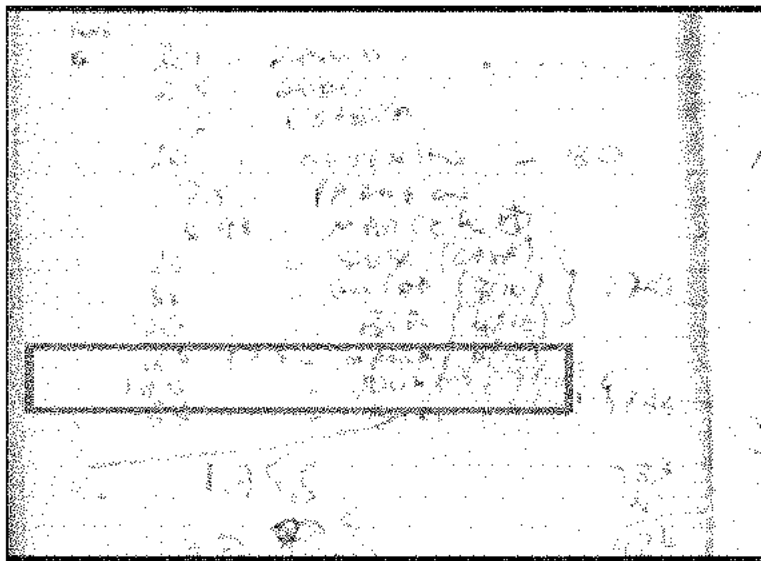
⁸⁵ ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ

⁸⁶ Infere-se que se trata de pagamento a JOQUEI, por estar registrado junto a outros destinatários de valores da organização criminosa.

⁸⁷ ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ



BILHETE 06⁸⁸: “100 – Joquei (7/10)” - Pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para LUIS FERNANDO DE AMORIM⁸⁹.

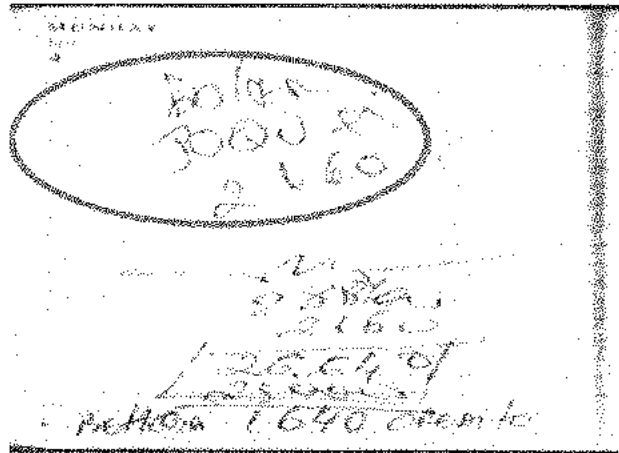


BILHETE 07⁹⁰: “Dolar Joquei 2160” - Pagamento de US\$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta dólares) para LUIS FERNANDO DE AMORIM.

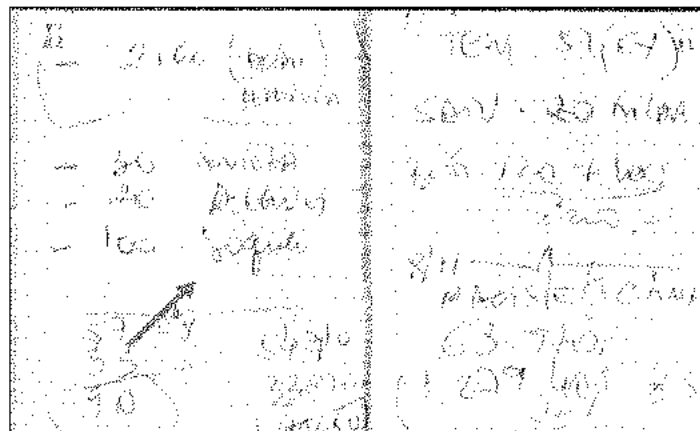
⁸⁸ ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ

⁸⁹ Infere-se que se trata de pagamento a JOQUEI, por estar registrado junto a outros destinatários de valores da organização criminosa.

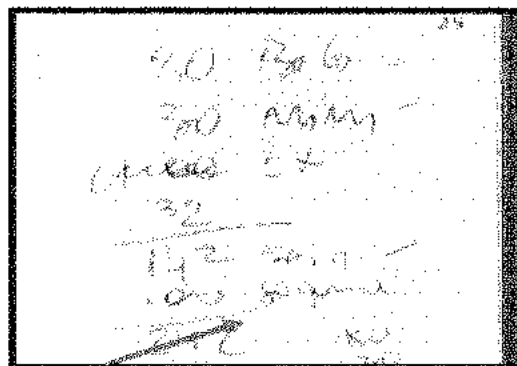
⁹⁰ ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ



BILHETE 08⁹¹: "100 Joquei" - Pagamento de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) para LUIS FERNANDO DE AMORIM⁹².



BILHETE 09⁹³: "100 Joquei" - Pagamento de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) para LUIS FERNANDO DE AMORIM⁹⁴.



⁹¹ ITEM 046 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ

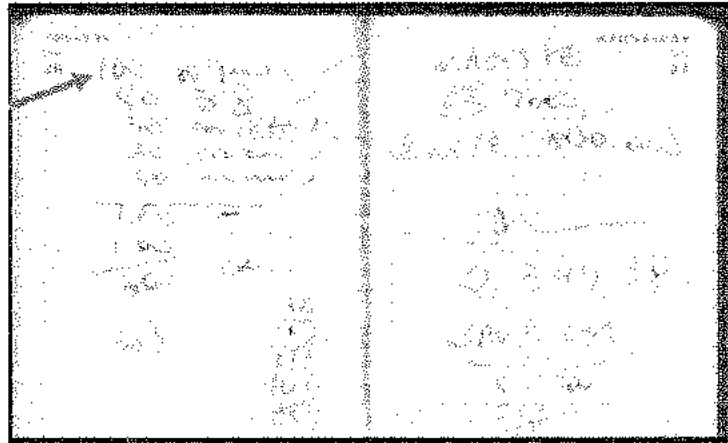
⁹² Infere-se que se trata de pagamento a JOQUEI, por estar registrado junto a outros destinatários de valores da organização criminosa.

⁹³ ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

⁹⁴ Infere-se que se trata de pagamento a JOQUEI, por estar registrado junto a outros destinatários de valores da organização criminosa.

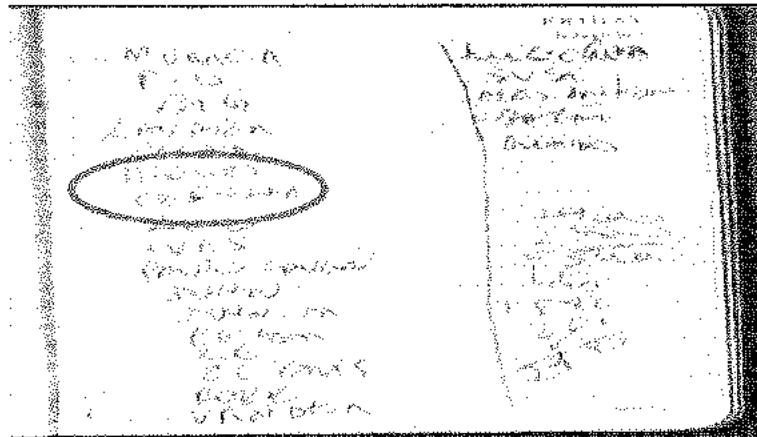


BILHETE 10⁹⁵: “100 Joquei” - Pagamento de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) para LUIS FERNANDO DE AMORIM⁹⁶.



BILHETE 11⁹⁷: “Joquei

Cesinha” – Referência a LUIS FERNANDO e CESAR DE AMORIM, com outros nomes da organização criminosa: Paulo Cavendish, Marco Antonio CABRAL, Susana Neves, Big (Sergio de Castro).



BILHETES 12⁹⁸ e 13⁹⁹: “11/5 Cesinha 25000” - Pagamento de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para CESAR DE AMORIM¹⁰⁰ e “CESINHA??” – Possível lista de recebedores de dinheiro da organização criminosa:

⁹⁵ ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

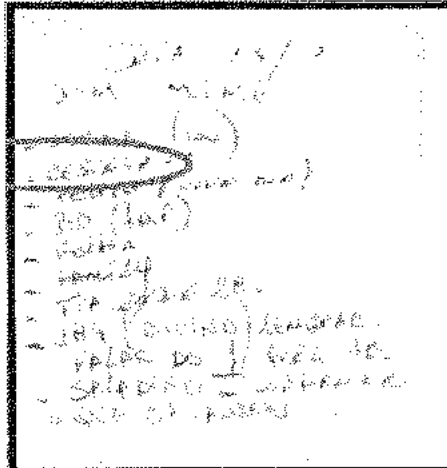
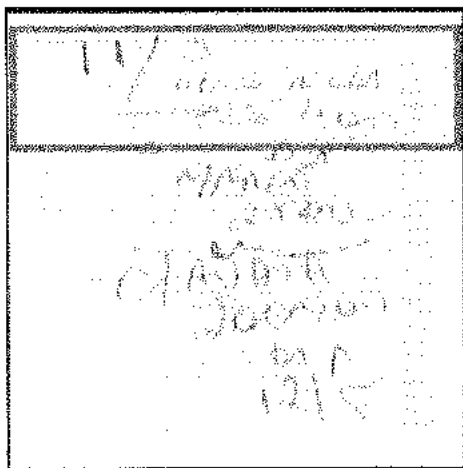
⁹⁶ Infere-se que se trata de pagamento a JOQUEI, por estar registrado junto a outros destinatários de valores da organização criminosa.

⁹⁷ ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

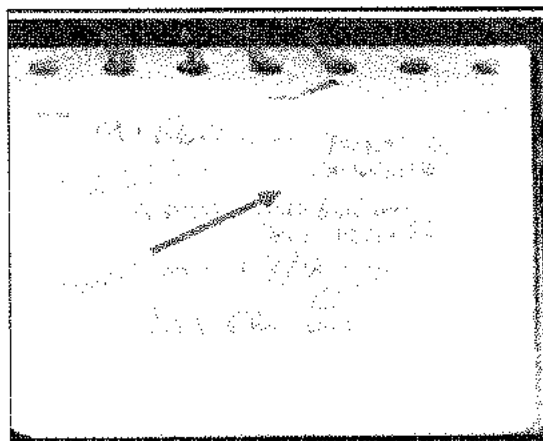
⁹⁸ ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

⁹⁹ ITEM 21 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

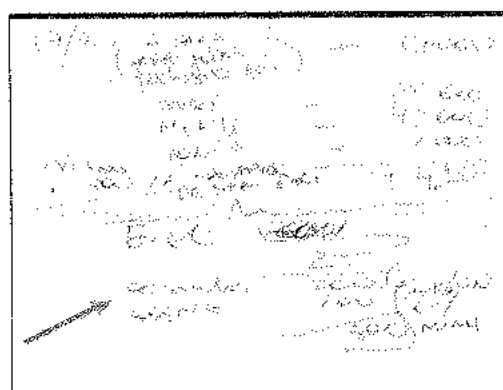
¹⁰⁰ Infere-se que se trata de pagamento a JOQUEI, por estar registrado junto a outros destinatários de valores da organização criminosa.



BILHETE 14¹⁰¹: “91.660 – Boris e Cesinha” - Pagamento de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para CESAR DE AMORIM e LINEU CASTILHO MARTINS, vulgo BORIS ou RUSSO¹⁰².



BILHETE 15: “CESINHA 200” - Pagamento de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para CESAR DE AMORIM¹⁰³.

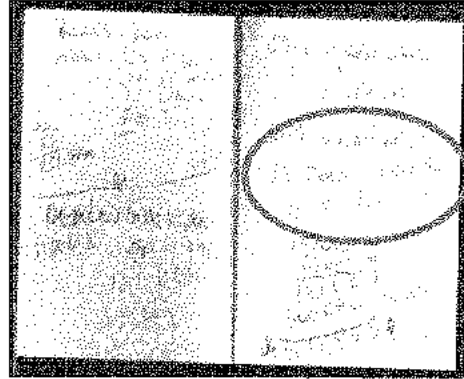


¹⁰¹ ITEM 01 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

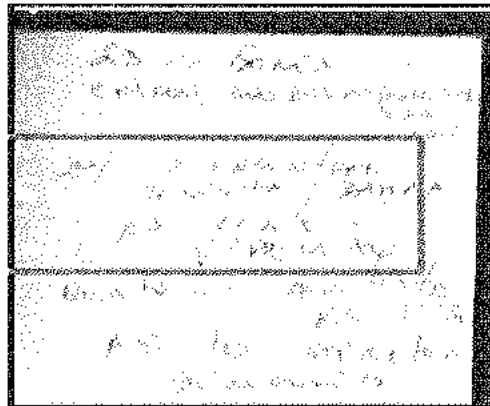
¹⁰² Infere-se que se trata de pagamento a JOQUEI, por estar registrado junto a outros destinatários de valores da organização criminosa.

¹⁰³ Infere-se que se trata de pagamento a JOQUEI, por estar registrado junto a outros destinatários de valores da organização criminosa.

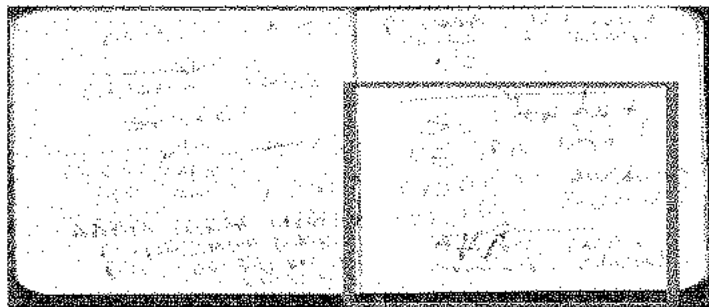
BILHETE 16: “29/8 → entrou 13.200 CESINHA” – Pela primeira vez vemos menção de que CESAR DE AMORIM realizou pagamentos à organização criminosa, no valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).



BILHETE 17¹⁰⁴: “29/ encontrar Cesinha Barra as 11h” – BEZERRA marca encontro na barra, onde se localiza a sede da HIGH END, possivelmente para realizar ou receber pagamentos.



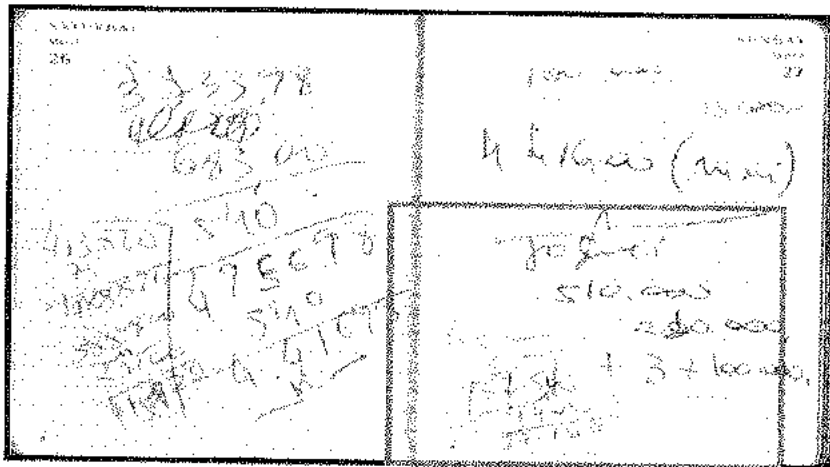
BILHETE 18: “Sustenlux Cesar High Codin amanhã Julio Bueno – AVDS IND E COM” – BEZERRA anotou a empresa de LUIS FERNANDO DE AMORIM, a SUSTENLUX (AVDS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) logo antes do nome “CESAR HIGH”, de CESAR DE AMORIM. Após, anota um dos pseudônimos que utilizava para pegar VANTAGEM INDEVIDA “JULIO BUENO”.



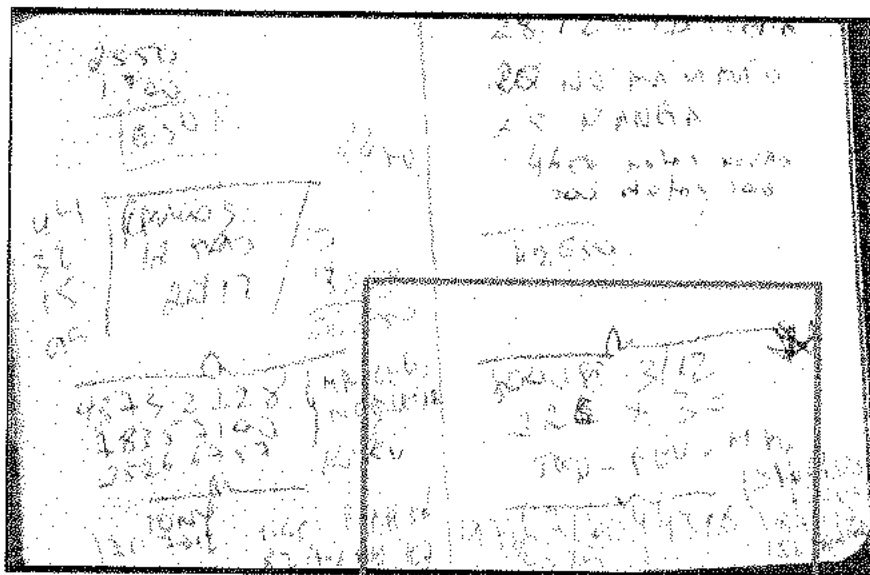
¹⁰⁴ ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.



BILHETE 19¹⁰⁵: “JOGUEI 510.000 210.000 + 3 X 100.000” – Pagamento de R\$ 510 mil para LUIS FERNANDO DE AMORIM¹⁰⁶.



BILHETE 20¹⁰⁷: “JOQUEI 3/12 228 X 3 = JAN - FEV - MA” – Pagamento de R\$ 660 mil reais para LUIZ FERNANDO DE AMORIM.

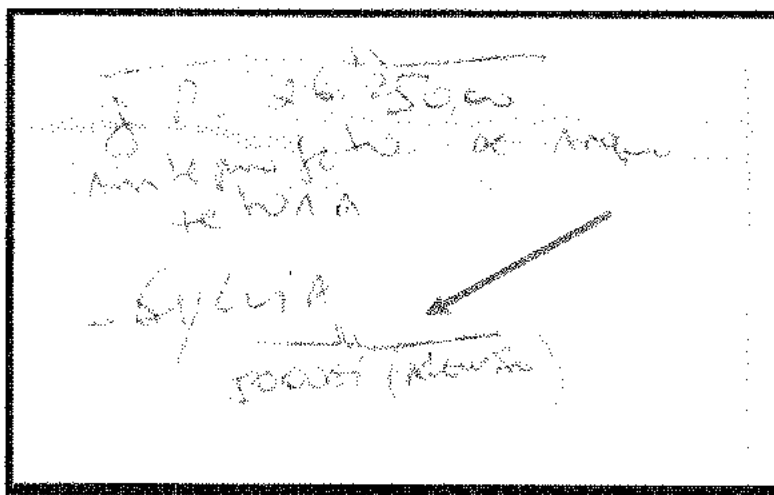


¹⁰⁵ ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

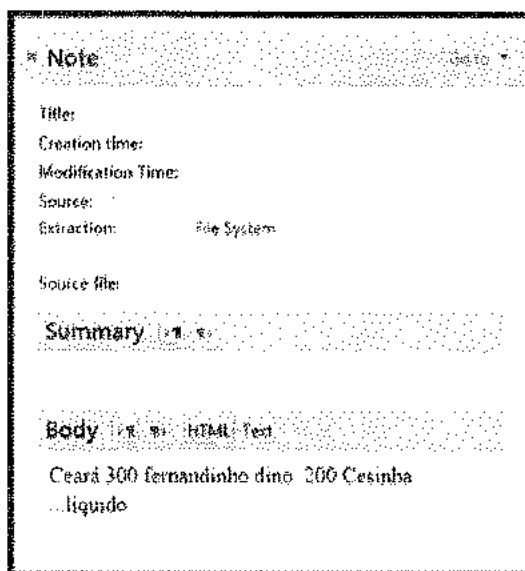
¹⁰⁶ Infere-se que se trata de pagamento a organização criminosa, por estar registrado junto a outros remetentes de valores da organização criminosa.

¹⁰⁷ ITEM 46 do auto de apreensão 422.16/DELECOR/DPF/SR/RJ.

BILHETE 21: “*JOQUEI (ALEMÃO)*” – CARLOS BEZERRA, em depoimento na Justiça Federal, afirmou que o ex-secretário de secretário da casa civil REGIS FICHTNER era apontado em suas anotações como “RÉGIS”, “ALEMÃO” ou “GAÚCHO”. Por isso, infere-se que provavelmente a HIGH END prestou serviços na residência do ex-secretário, o que foi pago pela organização criminosa de CABRAL.



BILHETE 22: “*Ceará 300 fernandino dino 200 Cesinha. liquido*” – Em uma anotação no bloco de notas de seu celular, CARLOS BEZERRA registra o nome de CESAR DE AMORIM agora relacionado ao pagamento de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)¹⁰⁸.

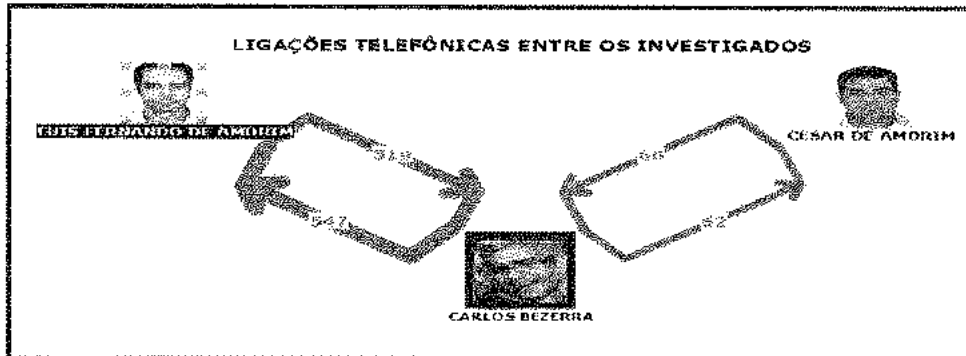


¹⁰⁸ Infere-se que se trata de pagamento a organização criminosa, por estar registrado junto a outros remetentes de valores da organização criminosa.

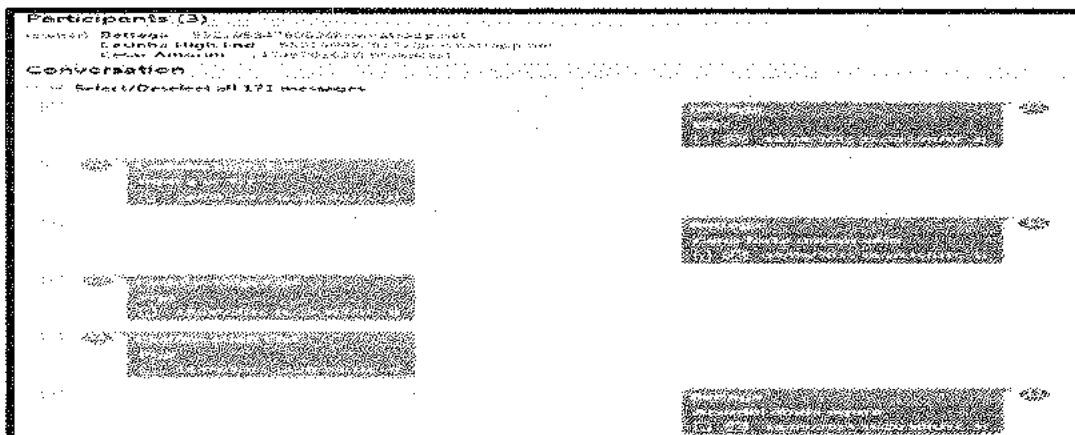
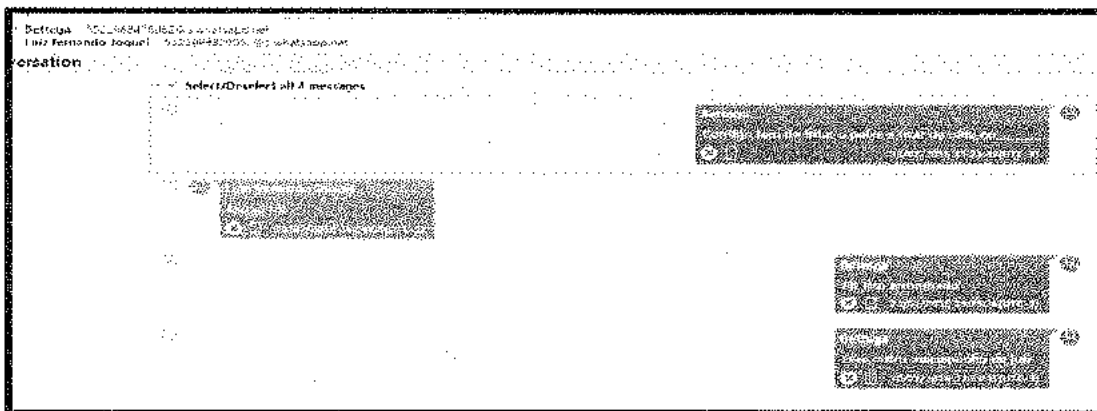


extratos telefônicos de BEZERRA, que demonstram intensa troca de telefonemas entre as partes.

Pelos extratos dos números vinculados aos investigados, no período entre 11/10/2011 e 02/02/2016 houve 128 ligações entre CÉSAR DE AMORIM e CARLOS BEZERRA. Já entre LUIZ FERNANDO DE AMORIM e CARLOS BEZERRA houve, no período entre 09/10/2011 e 27/08/2016, 866 contatos telefônicos entre os mesmos.



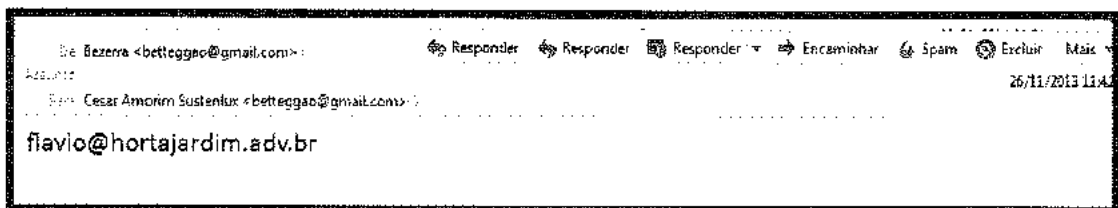
Foi possível também constatar que CARLOS BEZERRA mantinha um alto grau de intimidade com os investigados. Em seu aplicativo de mensagens WHATSAPP, BEZERRA trata tanto CÉSAR DE AMORIM, quanto LUÍS FERNANDO com informalidade e proximidade.





Outro aspecto que merece destaque foram as trocas de *e-mails* entre CÉSAR DE AMORIM e CARLOS BEZERRA, apresentando uma aproximação a LUIZ FERNANDO PEZÃO. Em uma das correspondências, CARLOS BEZERRA repassa o e-mail do advogado FLÁVIO CAUTIERO HORTA JARDIM JR, sobrinho do atual governador LUIZ FERNANDO PEZÃO para CÉSAR DE AMORIM.

FLÁVIO atuou como tesoureiro da campanha de PEZÃO em 2014, e possui desde 2011 o escritório de advocacia FLÁVIO, HORTA JARDIM ADVOGADOS ASSOCIADOS, que responde pelo interesses de mais de 50 construtoras e outras empresas contratantes com o Governo do Estado. O sócio de FLÁVIO no escritório é ROBERTO HORTA JARDIM SALLES, enteado de PEZÃO, cuja exata participação nesses eventos criminosos será oportunamente investigada¹⁰⁹.



Como visto nas declarações do doleiro RENATO CHEBAR, ele afirmou que entregou uma planilha ao Ministério Público Federal indicando os pagamentos que realizava a pedido de Carlos Miranda, embora só possua o período compreendido entre meados de 2015 a meados de 2016.

Com base nas declarações prestadas pelo doleiro RENATO CHEBAR, que entregou uma planilha ao Ministério Público Federal com indicação dos pagamentos que realizava por ordem de Carlos Miranda, foi realizada busca por palavras chaves nessa planilha e que envolveriam pagamentos a CESAR e LUIS FERNANDO DE AMORIM, quais sejam, “HIGH END”; “CESAR”; “CEZAR”; “CESINHA”; “LUIS FERNANDO”; “JOQUEP”.

Como resultado, foram encontrados dois pagamentos a CÉSAR, possivelmente, CÉSAR DE AMORIM nos valores de R\$ 150.000,00 e R\$ 75.000,00, respectivamente nas datas de 14.08.14 e 01.10.14.

¹⁰⁹ A contratação de escritórios de advocacia para a realização de contratos fictícios de prestação jurídica com o objetivo de pagamento de VANTAGEM INDEVIDA já foi constatada, diversas vezes, no decorrer dos desdobramentos da Operação *Calicute*. Dessa forma, necessário o aprofundamento das investigações para se apurar a real intenção da indicação do escritório por CARLOS BEZERRA a CÉSAR DE AMORIM.



A DATA	B DESCRIÇÃO	C MOVIMENTAÇÃO	D SALDO	E PLANILHA
14/08/14	cesar	25.000,00	2.526.232,48	
01/10/14	cesar	75.000,00	2.526.232,48	

RENATO CHEBAR também declarou que, na falta de recursos para fazer os pagamentos solicitados, ele passou a contratar os serviços dos doleiros **VINÍCIUS CLARET**, de apelidos “**JUCA**”, “**JUCA BALA**” ou “**PETER**” e seu sócio **CLÁUDIO BARBOSA**, apelidado de “**TONY**”, que possuíam maior porte e estrutura para as operações.

“(…) QUE não havendo disponibilidade dos recursos, recorria aos serviços dos doleiros **VINICIUS CLARET** e **CLAUDIO BARBOSA**, que também faziam as entregas de grandes valores(…)”¹¹⁰

VINÍCIUS CLARET e **CLAUDIO BARBOSA**, após serem encontrados e presos, firmaram acordo de colaboração premiada com o Ministério Público Federal e entregaram seus sistemas informatizados de controle de pagamentos e recebimentos, que denominam **BANKDROP** e **ST**, no qual indicam o beneficiário e a conta debitada. Ouvido pela autoridade policial competente, **VINICIUS CLARET** confirmou que fazia as entregas determinadas por **RENATO CHEBAR**, que recebia o nome de **CURIÓ** nos sistemas **BANKDROP** e **ST**.

“(…) QUE atuou como cambista ou doleiro desde a década de 1980; QUE conhecia **LEON CHEBAR** como doleiro do mercado, que trabalhava como cambista com seu filho **RENATO CHEBAR** e após **MARCELO CHEBAR**; QUE sempre teve bom relacionamento com a família **CHEBAR** e fazia negócios e transações quase diariamente; QUE inicialmente não sabia que **RENATO CHEBAR** era doleiro do ex-governador **SERGIO CABRAL**;(…)

QUE já operava com **RENATO CHEBAR** antes de ir para o Uruguai, e **ENRICO** trouxe **RENATO CHEBAR** para voltar a operar com o declarante; QUE **ENRICO** disse que **RENATO** estava com um bom cliente, que mantinha em segredo; QUE o declarante era responsável pelas transações em dólar cabo; QUE **CLAUDIO BARBOSA (TONY)** ficava responsável pelas em reais; QUE **RENATO CHEBAR** também utilizava os serviços do declarante para fazer entregas de reais em espécie, mas essa parte era administrada por **TONY**; QUE possui dois sistemas chamado **ST** e **Bankdrop**, que possuem os registros das transações realizadas pelo declarante; QUE apenas possui os registros

¹¹⁰ Termo de declarações de fls. 08/10 do IPL nº 112/2018.



a partir do ano de 2011; QUE o codinome de RENATO CHEBAR no sistema era CURIÓ; (...)”¹¹¹

De posse dos sistemas ST e BANKDROP, em pesquisa pelo termo “HIGH”, as apurações revelaram pagamento referente a HIGH CONTROL LTDA, no valor de R\$ 7.780,40 (sete mil, setecentos e oitenta reais e quarenta centavos), na data de 01/03/2012. Tal registro significa que CURIÓ, por ordem de Carlos Miranda, teria ordenado o pagamento do valor para a empresa.

Após pesquisa pelo termo “LUIS FERNANDO”, foi encontrado pagamento no valor de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), em 18/12/2012, possivelmente direcionado a LUÍS FERNANDO DE AMORIM.

DATA	VALOR RE	ORIGEM/DESTINO	OBS	ORIGEM
15/08/2012	100.000,00	pl C/PRETA [20]		DHRJ
25/09/2012	80.000,00	pl C/PRETA [20]		DHRJ
24/10/2012	300.000,00	pl C/USEXPEINS [20]		DHRJ
25/10/2012	30.000,00	pl PRETATEMP [20]		DHRJ
18/12/2012	145.000,00	pl C/USEXPEINS [20]	LUIS FERNANDO	DHRJ
14/06/2013	30.000,00	pl C/DUIMBO [20]		DHRJ
14/06/2013	30.000,00	pl C/DUIMBO [20]	VOLTAMOS, LUIZ NAO ESTAVA LA	DHRJ
17/06/2013	30.000,00	pl C/PRETA [20]		DHRJ
06/06/2014	250.000,00	pl C/USEXPEINS [20]	LUIZ PAULCO	DHRJ
25/08/2014	250.000,00	pl C/USEXPEINS [20]	LUIZ PAULCO	DHRJ
29/08/2014	250.000,00	pl PRETATEMP [20]	LUIZ PAULCO	DHRJ
07/07/2015	200.000,00	pl SERVIGR [20]	LUIZ	DHRJ

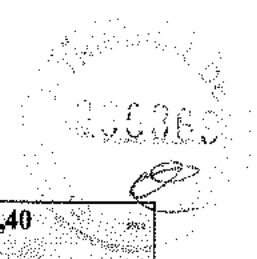
Realizada pesquisa pelo termo “CESAR”, foram encontrados 20 pagamentos que somam a quantia de R\$ 1.374.400,00 (um milhão, trezentos e setenta e quatro mil reais e quatrocentos centavos), no período entre 13.09.2011 a 01.10.2014.

FONTE	REFERENCIA	VALOR
TABELA CHEBAR	CESAR	R\$ 225.000,00
TABELA JUCA	HIGH CONTROL LTDA	R\$ 7.780,40
TABELA JUCA	LUIS FERNANDO	R\$ 145.000,00
TABELA JUCA	CESAR	R\$ 1.374.400,00
TOTAL		R\$ 1.752.180,40

A soma dos valores indicados nos bilhetes encontrados com CARLOS BEZERRA aos valores pagos pelos doleiros é alcançado o montante de R\$ 3.812.180,40 (três milhões, oitocentos e doze mil, cento e oitenta reais e quarenta centavos).

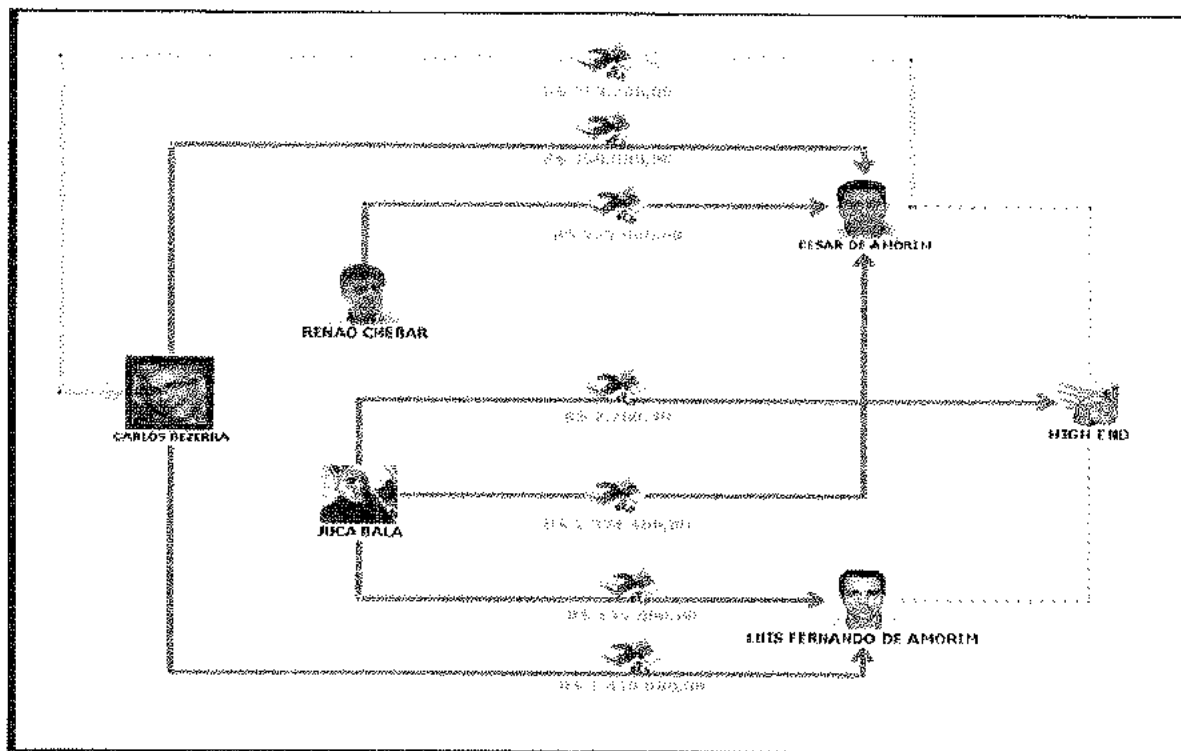
FONTE	VALOR
ANOTAÇÕES CARLOS BEZERRA	R\$ 2.060.000,00
TABELAS DOLEIROS	R\$ 1.752.180,40

¹¹¹ Termo de declarações de fls. 247/248 do IPL nº 112/2018.



TOTAL	R\$ 3.812.180,40
--------------	-------------------------

Representativamente, o esquema abaixo demonstra a movimentação dos valores encontrados nos registros analisados.

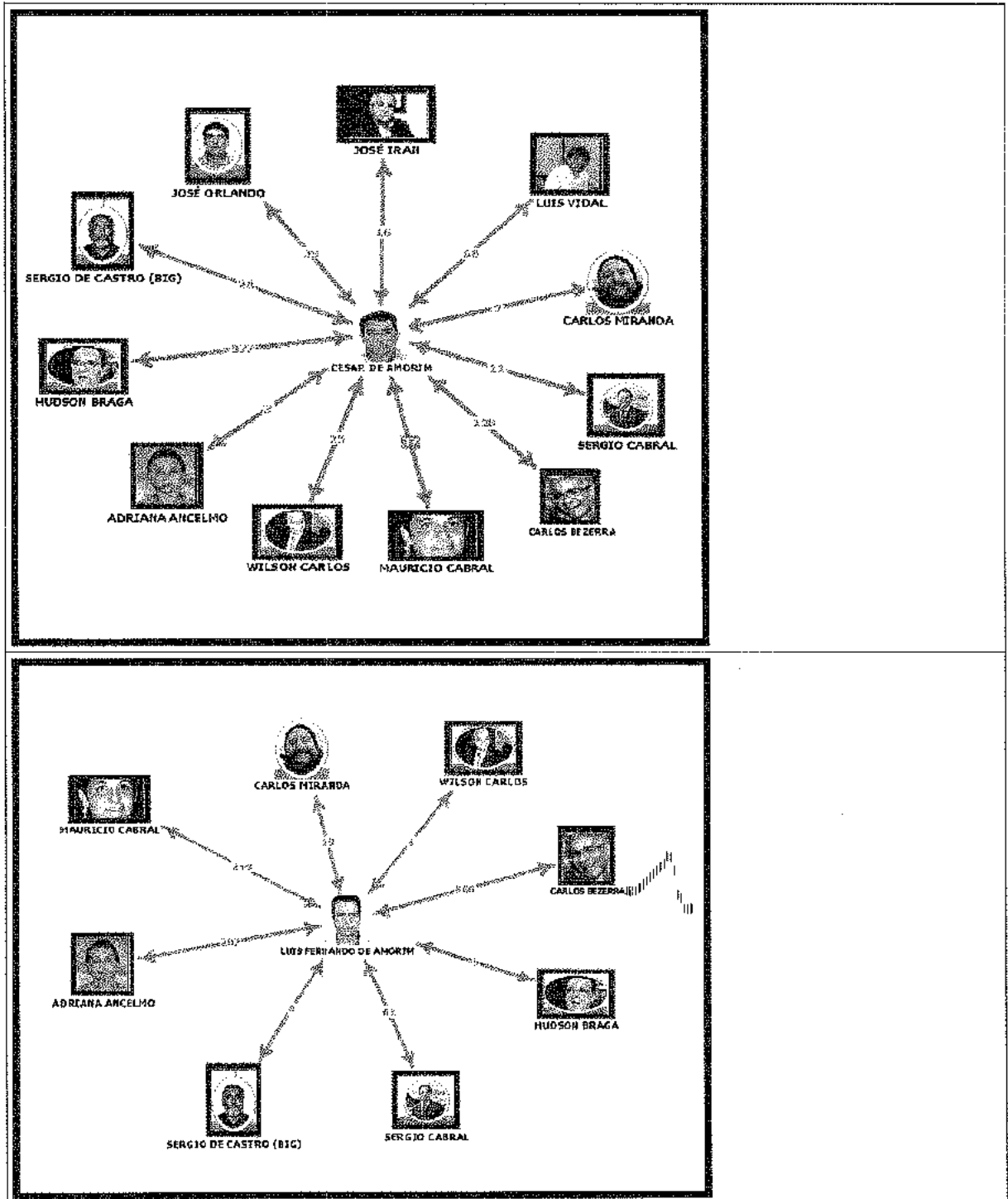


Os irmãos AMORIM estabeleceram uma relação de amizade e negócios com diversos integrantes do núcleo da Organização Criminosa chefiada por CABRAL e LUIZ FERNANDO PEZÃO e as apurações revelaram que atuaram como intermediários na sistemática de ocultação e dissimulação de altas somas movimentadas no esquema operado pelo ex Governador CABRAL e pelo atual GOVERNADOR PEZÃO.

Os extratos telefônicos dos investigados da Operação *Calicute* também revelam que os irmãos AMORIM mantinham contatos telefônicos com vários dos investigados/denunciados nessa operação¹¹².

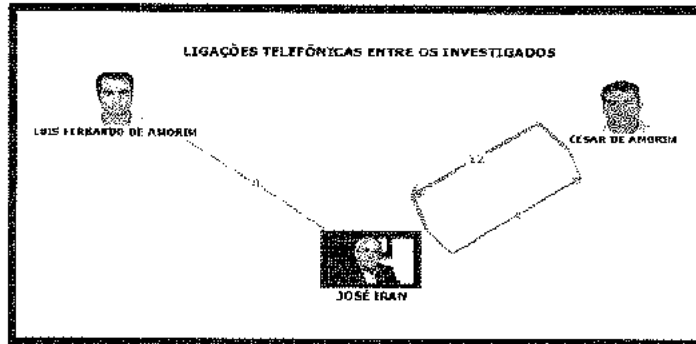
Ligações telefônicas a terminais vinculados CESAR DE AMORIM e LUÍS FERNANDO DE AMORIM, respectivamente:

¹¹² Esses dados foram colhidos apenas com a análise do material já disponível, pois ainda não se tem a quebra do sigilo telefônico de LUÍS FERNANDO e CÉSAR AMORIM.



O resultado da análise de busca e apreensão realizada nestes autos também apontou que o denunciado JOSÉ IRAN PEIXOTO JUNIOR, atual secretário de

obras, mantém contato com CESAR DE AMORIM através de ligações telefônicas utilizando apenas seu número pessoal. Ao todo, foram realizadas 16 ligações entre eles.



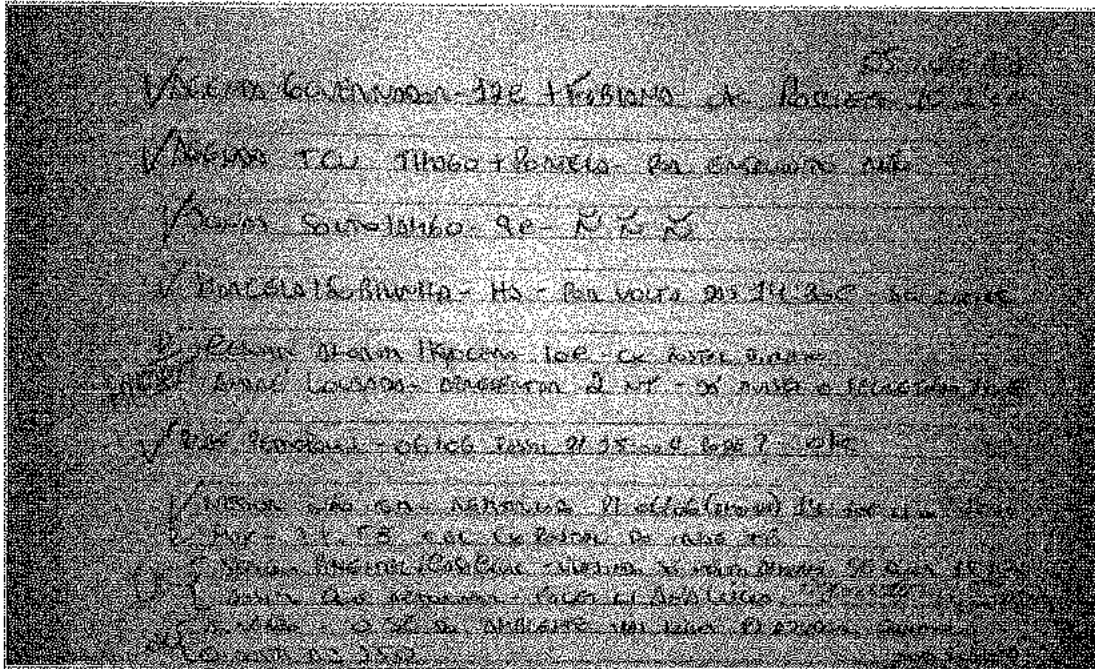
Ainda, em pesquisa na caixa de e-mail iran.seobras@gmail.com, pertencente a JOSÉ IRAN PEIXOTO JUNIOR e interceptado com autorização do Exmo. Sr. Ministro Relator foram localizados diversos apontamentos de reuniões entre o secretário e pessoa descrita como "CESAR AMORIM" - CÉSAR AUGUSTO DE AMORIM.

São reuniões contemporâneas, vez que há e-mails datados de 08.06.2018, data muito próxima ao fim do período interceptado pela justiça. Tais apontamentos indicariam que mesmo na atualidade, os irmãos AMORIM continuam tendo relações com o governo do estado, agora na administração de LUIZ FERNANDO PEZÃO.

<p>Secretário segue compromissos para quinta-feira - 20/08</p> <p>10:30h - Kiko - TGA</p> <p>11:00h - Reunião Habitação: Fabiana + Jaelir + Carlos Ramos + Claudio</p> <p>12:00h - Reunião de Trabalho: Fabricio + Prefeito de Três Rios Vinicius Patish + Cesar Amorim</p> <p>14:30h - Dionisio</p> <p>15:30h - Jaelir/Angelo/Beraldo. Pauta: CAP, PRO-VMAS - SEAIN</p> <p>Simone Silva</p>	<p>Secretário segue compromissos para terça-feira - 24/01:</p> <p>10:30h - Reunião</p> <p>12:00h - Cesar Amorim</p> <p>15:00h - Joannis/Contemal/Portela + Fabiana</p> <p>15:30h - Roberto Dantas + Silvestre</p> <p>Simone Silva</p>
<p>Secretário segue compromissos para quarta-feira - 23/08:</p> <p>11:00h - Carlos Ramos (Despacho)</p> <p>17:00h - Cesar Amorim</p> <p>17:30h - Reunião com Cristiano Aures + Afonso Monnerat + Jaelir</p> <p>Simone Silva</p>	<p>Secretário segue compromissos para quarta-feira - 30/06</p> <p>10:00h - Mauro Dartzê</p> <p>10:30h - Carlos Ramos (Despacho)</p> <p>11:30h - Marcos Barreto (Despacho)</p> <p>13:00h - Cesar Amorim</p> <p>14:30h - Salgado/Augusto de Engenharia (Novas Licitações)</p> <p>15:00h - Melec Gomes</p> <p>15:30h - Fabiana / Portela Minuta Concessões do Arco</p> <p>Simone Silva</p>
<p>Secretário segue compromissos para terça-feira - 17/10:</p> <p>10:30h - Afonso Monnerat + Dep. Gotardo</p> <p>15:00h - Cesar Amorim</p> <p>16:30h - Claudio RGC + Fabiana (a confirmar)</p> <p>Simone Silva</p>	<p>Secretário segue compromissos para quarta-feira - 23/04</p> <p>10:00h - Paulo Reis/Cesar Campos/Fabiana - inspeção de Unidades Prisionais</p> <p>11:00h - Thiago/Portela/Silvana</p> <p>11:00h - Fabiana/Cristiano/Cesar Amorim - Sr. JAMES WALKER - Representante da Empresa - IBC</p> <p>11:00h - Prof. André Português/Angel Pereira + Dep. Getardo</p> <p>12:00h - Chico Borafogo/Sertenge + Carlos Ramos + Fabiana Teatro Vila Lobos</p> <p>15:00h - Fabiana + Beraldo B. Angelo/DEF.(Portaria DOU 115)</p>



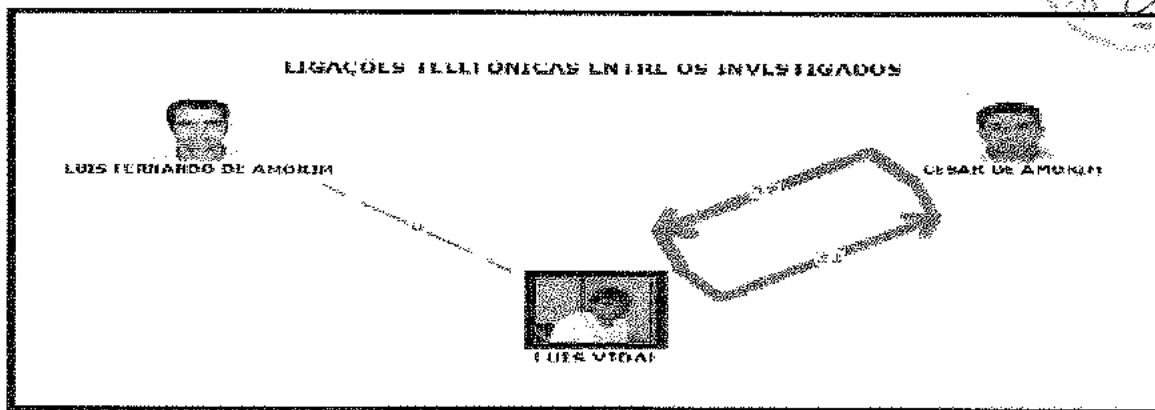
Em diligência de busca e apreensão, realizada nos autos deste Inquérito - Operação *Boca de Lobo* - foi apreendida agenda da secretária de JOSÉ IRAN com anotação de mais um encontro com CÉSAR AMORIM, conforme descrito no item 6 do Auto de Apreensão nº 1056/2018¹¹³, do gabinete de JOSÉ IRAN. Neste episódio, bastante recente - 05/06/2018 - CÉSAR AMORIM é identificado como representante da KYOCERA:



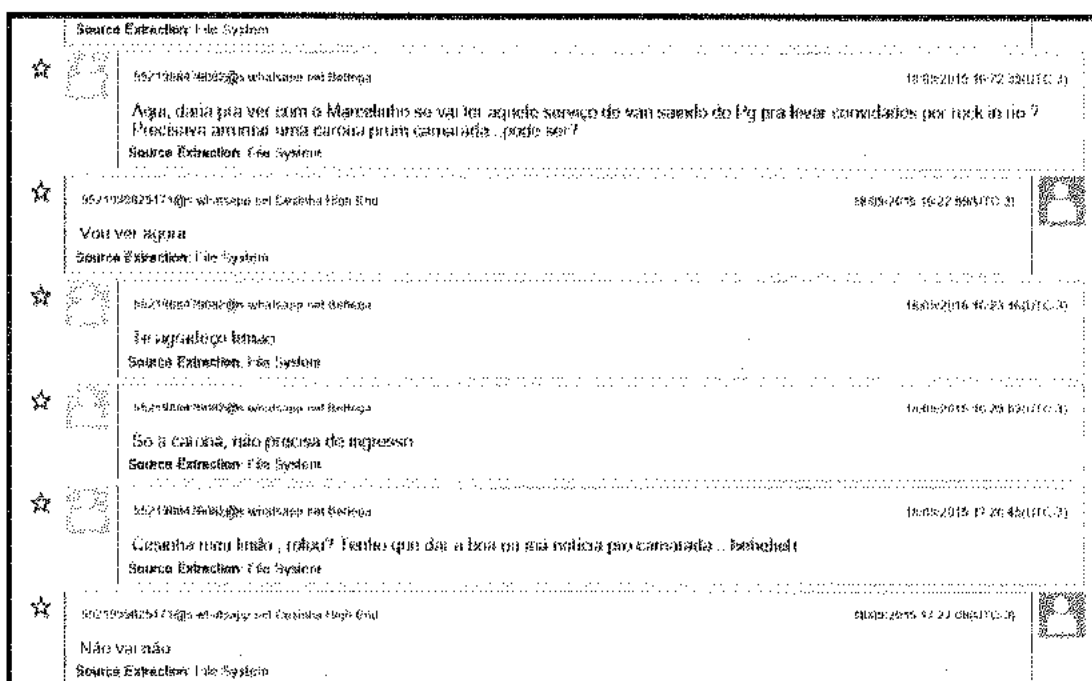
De igual forma, LUIZ CARLOS VITAL BARROSO, vulgo LUIZINHO, que integra a organização criminosa liderada por PEZÃO na função de recolhedor do dinheiro ilícito para LUIZ FERNANDO PEZÃO, manteve diversas ligações telefônicas com o investigado CÉSAR DE AMORIM no período de 27.01.2015 à 30.03.2017. LUIZ VIDAL foi, por muitos anos, assessor direto do GOVERNADOR PEZÃO no Palácio Guanabara.

¹¹³ Medida Cautelar de Busca e Apreensão deferida, cautelarmente, no bojo do IPL nº 112/2018.

36378
10/3

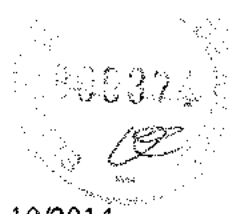


Esta proximidade com o atual Governo é também aferida pela conversa que CÉSAR possui com CARLOS BEZERRA, registrada no aplicativo *WHATSAPP* do celular apreendido do operador. Na conversa, CÉSAR pede a BEZERRA que verifique com “MARCELINHO” se “vai ter aquele serviço de van saindo do PG¹¹⁴ pra levar convidados pro rock in rio”. MARCELINHO é MARCELO SANTOS AMORIM, ex-subsecretário de Comunicação do Rio de Janeiro e que também integra a organização criminosa.



Em assim procedendo, SÉRGIO CABRAL FILHO ocultou e dissimulou a origem de valores produto de sua atividade criminosa efetivando, através de Renato e Marcelo Chebar, **20 (vinte) entregas de dinheiro em espécie** a CÉSAR CRAVEIRO DO AMORIM e

¹¹⁴ A expressão PG reflete a abreviatura do Palácio Guanabara, sede oficial do governo do Rio de Janeiro, localizado na Rua Pinheiro Machado, Laranjeiras, Zona Sul, do Rio de Janeiro - RJ.



LUÍS FERNANDO CRAVEIRO DO AMORIM, no período entre 09/2011 a 10/2014, totalizando R\$ 1.374.400,00 (um milhão, trezentos e setenta e quatro mil reais e quatrocentos centavos).

Concorreram para a prática criminosa, além de **RENATO E MARCELO CHEBAR**, Carlos Miranda, gestores da contabilidade de **SÉRGIO CABRAL**, os doleiros **VINÍCIUS CLARET E CLAUDIO BARBOSA**, que operacionalizavam a movimentação financeira da ORCRIM, e **CARLOS BEZERRA**, responsável pelas entregas dessas quantias.

II.8 – FRAUDE À LICITAÇÃO NA SECRETARIA DE OBRAS EM BENEFÍCIO DA J.R.O. PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Em consulta aos processos de controle do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro relativos à empresa J.R.O PAVIMENTAÇÃO LTDA., verifica-se que esta empresa prestava serviços ao DER/RJ, desde 2004, o que foi intensificado a partir de 2007. Ademais, a empresa manteve diversos contratos com a Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro a partir de 2008. Contabilizando apenas os valores pelos contratos com o DER/RJ e SEC. EST OBRAS (sem considerar os aditivos), no período investigado, a empresa recebeu **R\$ 69.354.967,40 (sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos¹¹⁵**.

A Informação Policial nº 19/2018¹¹⁶ identificou evidências incontestáveis de fraude à licitação no procedimento licitatório da Concorrência Nacional nº 51/2010/SEOBRAS, bem como **pagamento de vantagem indevida** decorrente de percentual dos recebimentos à Organização Criminosa, como será visto adiante.

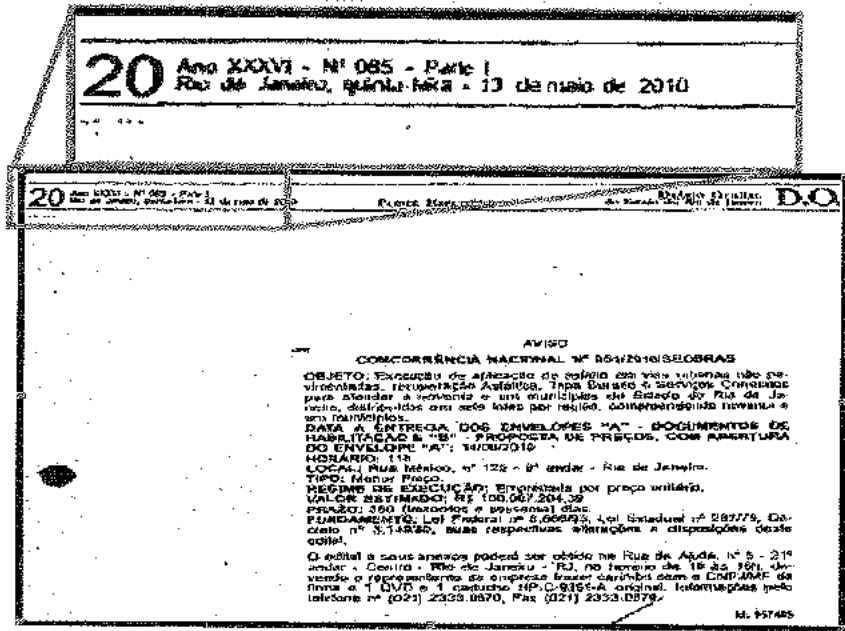
O Edital dessa Concorrência foi publicado no dia **13/05/2010**. Previamente a essa data, as investigações revelaram que, em **29/03/2010**, o investigado **JOSÉ IRAN PEIXOTO JUNIOR**, na função de subsecretário da Secretaria de Estado de Obras, trocou uma série de e-mails com **JÚLIO WALTER SANÁBIO FREESZ**, Diretor da JRO PAVIMENTAÇÃO.

¹¹⁵ Vide Planilha de fl. 623 do IPL nº 112/2018. A existência de esquema envolvendo os dirigentes do DER/RJ é objeto de investigação específica, observando-se, no entanto, que há coerência nas declarações, bem como indícios de que a J.R.O PAVIMENTAÇÃO LTDA tenha contribuído com o caixa da corrupção no DER/RJ, por meio do ex-presidente da fundação **HENRIQUE ALBERTO SANTOS RIBEIRO** e seu operador **LINEU CASTILHO MARTINS**, assim como na Secretaria de Estado de Obras, por meio do ex-secretário **HUBSON BRAGA** e seus operadores **JOSÉ ORLANDO RABELO** e **WAGNER JORDÃO GARCIA**.

¹¹⁶ Informação Policial nº 19/2018 de fls. 826/854 do IPL nº 112/2018.

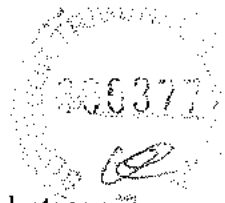


Assunto	De	Destinatário	Data
Planilha revisada Petrosbras x Seobras	Julio Walter Sant'Ana Friesz	joselapetrobras@gmail.com	26/03/2010 16:46
PLANILHA MUNICÍPIOS ASFALTO	José Iran Peixoto Júnior	rosedeoliveira@gmail.com	29/03/2010 11:28
Planilha Revisada R\$ 200.000,00	Julio Walter Sant'Ana Friesz	joselapetrobras@gmail.com	26/03/2010 16:25
Planilha Revisada R\$ 300.000,00	José Iran Peixoto Júnior	rosedeoliveira@gmail.com	29/03/2010 17:12
ASFALTO	José Iran Peixoto Júnior	rosedeoliveira@gmail.com	30/03/2010 15:08
ASFALTO	José Iran Peixoto Júnior	rosedeoliveira@gmail.com	30/03/2010 16:53
Planilha Revisada Petrosbras	Luiz Alberto - (10)	joselapetrobras@gmail.com	16/03/2010 17:04
Ent. Minuta de Edital	Afranio Leite da Silva	joselapetrobras@gmail.com	03/04/2010 17:04
Planilha Revisada Petrosbras	José Iran Peixoto Júnior	joselapetrobras@gmail.com	29/03/2010 16:25
Relação de usina de CEUQ	lator	joselapetrobras@gmail.com	05/03/2010 12:21
Planilha revisada Petrosbras x Seobras	José Iran Peixoto Júnior	rosedeoliveira@gmail.com	19/05/2010 09:07
Envio de e-mail Planilha Seobras 2010 R\$ 100.067.204,39 14.05.2010	Julio Walter Sant'Ana Friesz	joselapetrobras@gmail.com	19/05/2010 07:54
Envio de e-mail Planilha Seobras 2010 R\$ 100.067.204,39 14.05.2010	José Iran Peixoto Júnior	rosedeoliveira@gmail.com	19/05/2010 13:37
Envio de e-mail Planilha Seobras 2010 R\$ 100.067.204,39 14.05.2010	José Iran Peixoto Júnior	rosedeoliveira@gmail.com	19/05/2010 13:37
Envio de e-mail Planilha Seobras 2010 R\$ 100.067.204,39 14.05.2010	Julio Walter Sant'Ana Friesz	joselapetrobras@gmail.com	19/05/2010 12:57
Envio de e-mail Planilha Seobras 2010 R\$ 100.067.204,39 14.05.2010	José Iran Peixoto Júnior	marco barros	21/05/2010 09:45



O procedimento licitatório foi instaurado pela SEOBRAS para aplicação de asfalto em vias urbanas não pavimentadas, bem como recuperação asfáltica para atender 91 municípios do Rio de Janeiro, divididos em 07 lotes. O valor reservado para o certame era superior a R\$ 100 milhões, sendo que toda a massa asfáltica utilizada na obra foi doada pela PETROBRÁS, por meio de convênio com o Estado do Rio.

As comunicações entre a SEOBRAS e a diretoria da J.R.O PAVIMENTAÇÕES comprovam que a empresa foi a responsável pela elaboração dos projetos da obra, sendo anexados em todos os e-mails, arquivos denominados "Planilha orçamentária Petrobrás Seobras 2010 R2.1 sem usinagem". A cada troca de e-mail são atualizadas a coluna "Qtd" (quantidade de serviço) e por consequência os valores da coluna total.

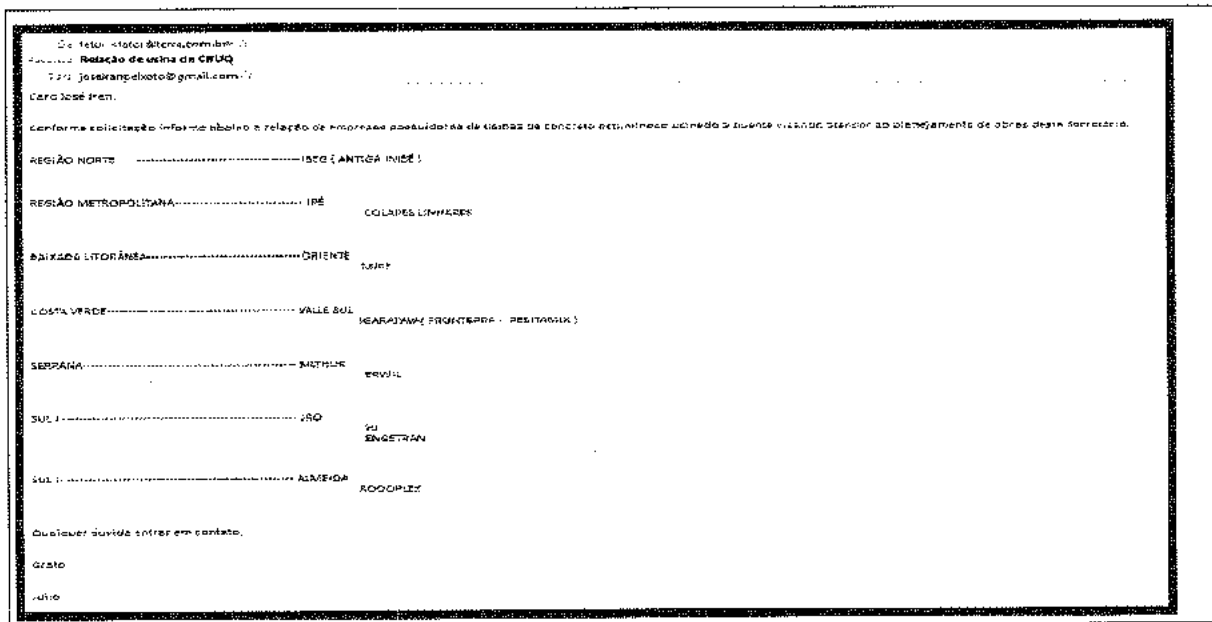


compreendidas pelo edital, inclusive seu orçamento. O TCE em nota técnica destacou o seguinte:

1.2 – ART(s) do Projeto Básico (Lei Federal nº 6.496/77 c/c Lei Federal nº 5.194/66).
Não foi apresentada cópia da ART referente ao Projeto Básico. Portanto, será sugerida a anexação, aos autos do processo administrativo, de cópia da ART, com guia de recolhimento quitada, mencionando no campo "Descrição/Informações complementares" que a mesma se refere ao Projeto Básico da licitação nº 051/2010/SEOBRAS, conforme o disposto no inciso IX, do art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93, a fim de identificar a responsabilidade técnica de todas as atividades de engenharia compreendidas pelo mesmo, inclusive o orçamento, e verificar o atendimento à Lei Federal nº 6.496/77 c/c Lei Federal nº 5.194/66, bem como a Resolução CONFEA nº 361/91.

Quanto às evidências de fraude, as apurações revelaram o seguinte.

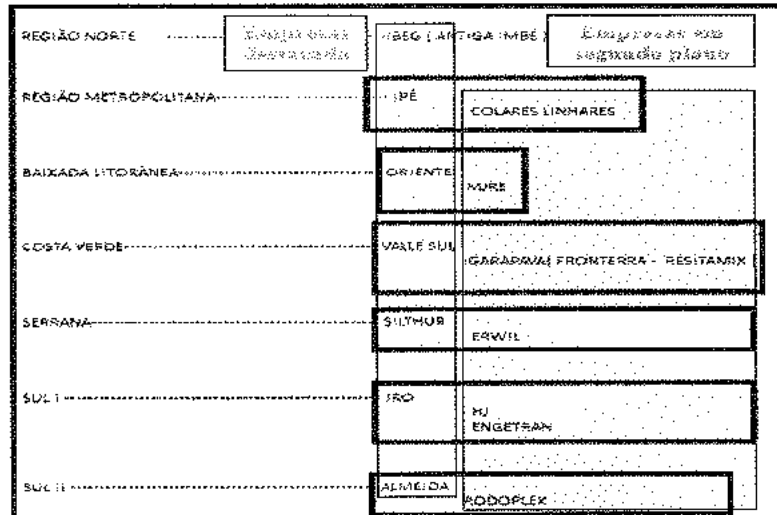
No e-mail datado de 06/05/2010, ainda antes da publicação do edital, **JÚLIO WALTER SANÁBIO FREESZ** enviou uma lista com diversas empresas divididas por regiões para **JOSÉ IRAN**. Nota-se que a divisão das empresas respeita, exatamente, a separação em lotes previstas no edital e o indicativo é de que todas essas empresas foram indicadas pelos próprios dirigentes da J. R.O:



Extrai-se do texto do e-mail que, em cada lote, **JÚLIO** destacou uma das empresas selecionadas, posicionando-as sempre em primeiro lugar, e em uma diagramação superior que as demais.

A comparação da lista das empresas destacadas por **JÚLIO** no e-mail, com aquelas vencedoras do certame, indica que, com exceção do lote SUL II, todos os outros

06 lotes foram vencidos pelas empresas que apareceram apartadas no e-mail. Verifica-se, assim, que JÚLIO enviou para JOSÉ IRAN a relação das empresas que seriam favorecidas e venceriam o certame em ofensa à regra da competitividade.



Em razão das evidências de fraude e direcionamento da licitação, foi elaborado o Laudo Pericial nº 2449/2018 (contábil – entidade pública)¹¹⁷, que inicialmente pontuou que foram oito empresas interessadas para divisão de sete lotes. A empresa SANERIO ENGENHARIA LTDA., exatamente a empresa que não constava previamente na listagem dos e-mails de JULIO a JOSÉ IRAN, foi a única inabilitada na entrega dos envelopes, restando exatamente sete empresas para os sete lotes.

ASfalto			
Nº	Empresa/Consórcio	CT Obra	Lote/Região
01	Consórcio Ipê/MJRE/Colares	071/10	Lt 01 / Metropolitana
02	Oriente	072/10	Lt 02 / Baixada Litorânea
03	Vale Sul	073/10	Lt 03 / Costa Verde
04	Silthur	074/10	Lt 04 / Serra
05	Imbeg	075/10	Lt 05 / Norte Fluminense
06	JRD	076/10	Lt 06 / Sul Fluminense
07	Novo Santa Luzia	077/10	Lt 07 / Sul Fluminense 2
		TOTAL GERAL	

Após análise do procedimento, os peritos em sua conclusão afirmaram que “as empresas tinham conhecimento prévio de preços ou ajuste prévio de preços entre elas.”

¹¹⁷ Laudo de Perícia Contábil nº 2449/2018 de nº 19/2018 de fls. 701/716 do IPL nº 112/2018.



Esses pontos, quando tratados de forma conjunta, indicam que as empresas tinham conhecimento prévio dos valores das propostas apresentadas entre si, caracterizando a combinação de preços ou ajuste prévio de preços entre elas.

Dessa forma, esse conjunto harmônico de elementos se reveste em indício veemente da ocorrência de fraude à Concorrência Nacional nº 051/2010 SEOBRAS, bem como aos contratos dela derivados.

Para tal conclusão, o Laudo Pericial baseou-se nas propostas apresentadas pelos concorrentes, sendo confeccionada a seguinte tabela:

Tabela 1 - Empresas participantes da Concorrência Nacional nº 051/2010 e respectivas propostas e diferenças percentuais – Valores em R\$

Lote	Valor Estimado	Empresas						
		N. Santa Luzia	Oronte	IMBEG	JRO	Silbar	Valle Sui	Consórcio
1	59.701.166,38		59.699.261,73	59.701.166,34				59.390.719,37
Dif. %			0,00%	0,00%				-0,52%
2	4.275.211,93		4.224.010,17					
Dif. %			-1,20%					
3	3.367.819,03	3.367.819,03	3.367.547,40		3.367.819,03			3.338.655,37
Dif. %		0,00%	-0,01%		0,00%			-0,87%
4	8.448.922,81		8.448.498,63			8.443.095,97		
Dif. %			-0,01%			-0,07%		
5	9.180.982,82		9.180.581,09	8.922.667,71				
Dif. %			0,00%	-2,81%				
6	11.374.658,54	11.374.658,54	11.374.022,81	11.374.658,54	11.223.238,45			
Dif. %		0,00%	-0,01%	0,00%	-1,23%			
7	3.718.442,95	3.681.258,52	3.718.124,00		3.718.442,95			
Dif. %		-1,00%	-0,01%		0,00%			
Total	100.067.204,38	99.223.645,56						
Dif. % e Nominal	-0,84%	-843.558,82						

A Tabela 1 apresenta cada um dos lotes e suas respectivas propostas e as diferenças percentuais entre os valores estimados em cada lote e a oferta de cada empresa para o referido lote e foi elaborada com base nas atas existentes nos arquivos. As propostas vencedoras estão apresentadas e destacadas em negrito e itálico.

Adicionando-se todos os valores estimados, a Tabela 1 demonstra o total de R\$ 100.067.204,38, enquanto que o somatório das propostas vencedoras atingiu R\$ 9.223.645,56, com diferença nominal de R\$ 843.558,82, menor do que 1% do total do valor estimado. Essa diferença é composta basicamente pelas propostas do Consórcio (R\$ 310.446,93), da IMBEG (R\$ 258.315,11) e da JRO (R\$ 151.420,09).



Ao se realizar uma análise vertical da tabela, com a atuação das empresas nos lotes em que participaram, de um modo geral e uniforme, foram ofertados descontos maiores na proposta vencedora, enquanto que, nos demais lotes em que cada concorrente participou, ficou praticamente ou sem nenhum desconto nas ofertas - os percentuais de diferença atingiram, no máximo, 0,01%.

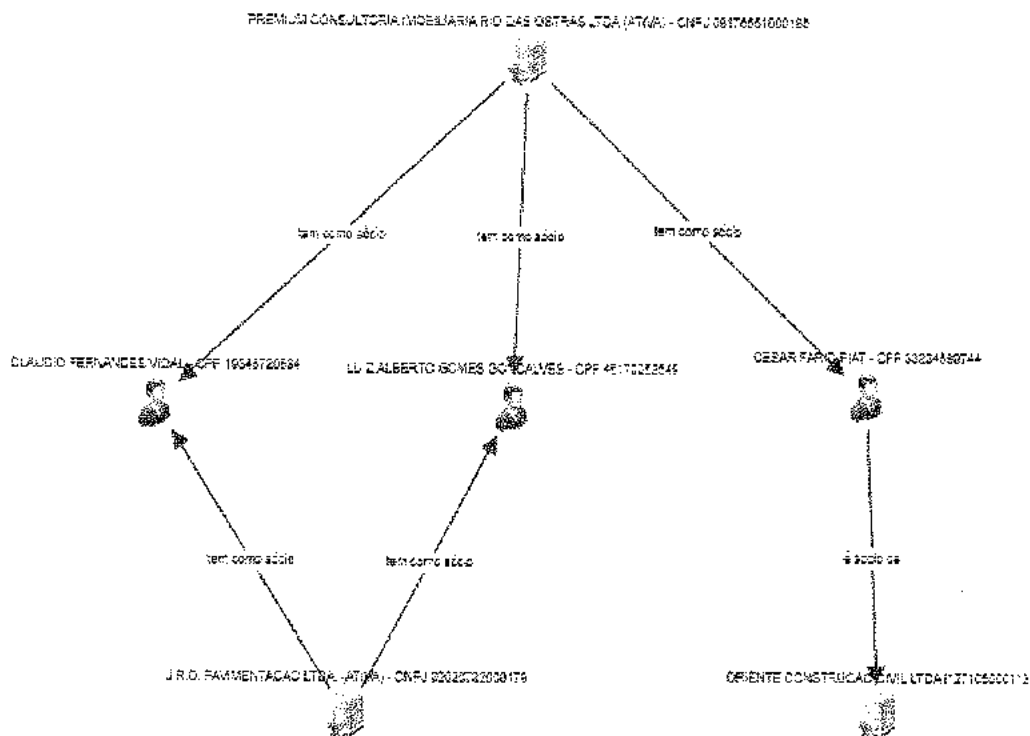
A análise pericial evidenciou o **conluio entre as empresas na divisão dos sete lotes entre si**. Cada qual vencedora de um lote, mas concorrendo nos demais apenas para firmar número mínimo e razoável de participantes para dar legitimidade ao certame.

As propostas vencedoras apresentaram diferenças insignificantes em relação à cotação inicial, um total de diferença de -0,84%. As supostas concorrentes apresentaram propostas iguais à cotação inicial ou com diferença de 0,01%, participando, repita-se, apenas para que não fosse considerada deserto o certame.

Esse cenário de comportamento do mercado é inadmissível para um certame que superava, em valores globais, a soma de R\$ 100 milhões.

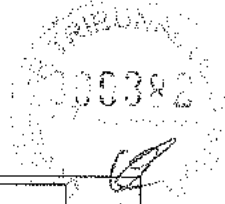
No entanto, um dos fatores que permitiu esses ajustes espúrios foi, justamente, a ausência de publicidade do certame. Não foi encontrada publicação do edital em Diário Oficial do Estado e em nenhum jornal de grande circulação.

Outras evidências de conluio resultam da análise do quadro societário das empresas concorrentes. CLAUDIO FERNANDES VIDAL e LUIZ ALBERTO GOMES GONÇALVES, sócios da J.R.O PAVIMENTAÇÕES LTDA, são sócios de CESAR FARID FIAT na empresa PREMIUM CONSULTORIA IMOBILIÁRIA RIO DAS OSTRAS LTDA CNPJ 09.176.551/0001-85, desde 30/09/2005. Contudo CESAR FARID FIAT é sócio da empresa, suposta concorrente ORIENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, que no lote 6 desta concorrência, ofereceu proposta 0,01% abaixo do preço inicial, oportunizando a J.R.O vencer o lote com desconto mínimo.



Com essa engenharia fraudulenta, facilitada pelos agentes públicos, houve margem para negociação de valores de vantagem indevida, em razão de sobrepreço resultante da própria ausência de concorrência do certame.

Assim é que, na residência de JOSÉ ORLANDO RABELO, em cumprimento ao mandado de busca e apreensão nº 0044.000062-9/2016, realizado no dia 17/11/2016, por ocasião da deflagração da *Operação Calicute*, foram apreendidas planilhas de controle dos valores dos contratos do Poder Público com empreiteiras, bem como anotações com fatos indicativos de valores de VANTAGEM INDEVIDA.



EU

Item	Descrição	Valor	Observações
01	...	427.815,04	
02	...	47.112,60	
03	...	4.117.615,84	
04	...	293.225,00	OK
TOTAL		4.886.867,48	DEVER

01	...	427.815,04	
02	...	47.112,60	
03	...	4.117.615,84	
04	...	293.225,00	OK
TOTAL		4.886.867,48	DEVER

Secretaria de Estado de Obras - SEOBRAS
 Subsecretaria Executiva de Obras
 Superintendência de Programas

ASFALTO

Nº	Empresa/Consórcio	CT Obra	Lote/Região	Jan/
01	Consórcio Ipê/MJRE/Cotares	071/10	Lt 01 / Metropolitana	
02	Oriente	072/10	Lt 02 / Baixada Litorânea	
03	Valle Sul	073/10	Lt 03 / Costa Verde	
04	Silthur	074/10	Lt 04 / Serrana	
05	Imbeg	075/10	Lt 05 / Norte Fluminense	
06	JRO	076/10	Lt 06 / Sul Fluminense	
07	Nova Santa Luzia	077/10	Lt 07 / Sul Fluminense 2	
TOTAL GERAL				

Legenda:

Consórcio Ipê/MJRE/Cotares

Empresas:

Ipê
 MJRE
 Cotares

A planilha acima intitulada "Asfalto" traz a lista de pagamentos que seriam realizadas no ano de 2012, para as empresas contratadas justamente por meio da Concorrência Nacional nº 051/2010/SEOBRAS, ora analisada e apresenta um relatório de pagamentos oficiais do Estado a diversas empresas, com anotações manuscritas onde se observam porcentagens a serem distribuídas.



Nota-se que o cálculo da vantagem indevida é realizado sobre o valor total dos pagamentos, contabilizando todos os lotes, o que demonstra a participação da totalidade das empresas presentes na licitação, ou seja, **todas pagavam VANTAGEM INDEVIDA para SEOBRAS, incluindo a J.R.O.** As empresas que realizavam os pagamentos ganhavam anotações "OK", as que ainda possuíam valores a ser acertado era registrado com "P" (Pendente).

01	Consórcio Ipê/MIRÉ/Colares	07/110 11.01: Montecarlo			
02	Oriente	07/110 11.02: Bairro Lavínia	781.001,00		
03	Vale Sul	07/110 11.03: Costa Verde	486.516,74		
04	Silhor	07/110 11.04: Serra	1.521.971,00		
05	Imbeg	07/110 11.05: Ponte Platinense	4.874.503,62		
06	JRO	07/110 11.06: Sul Fluminense			
07	Nova Santa Lúcia	07/110 11.07: Sul Fluminense 2		877.012,04	
TOTAL GERAL			4.803.000,76	4.804.503,62	487.012,04

Os manuscritos encontrados também mostram como seria a divisão interna dessa vantagem indevida. As apurações demonstraram que os 8% exigidos eram repartidos em 03 grupos distintos, cada um com sua porcentagem definida. Desse modo, a divisão do dinheiro ocorreria da seguinte forma¹¹⁸.

4/	VC
2/.	Nos
2/.	BR

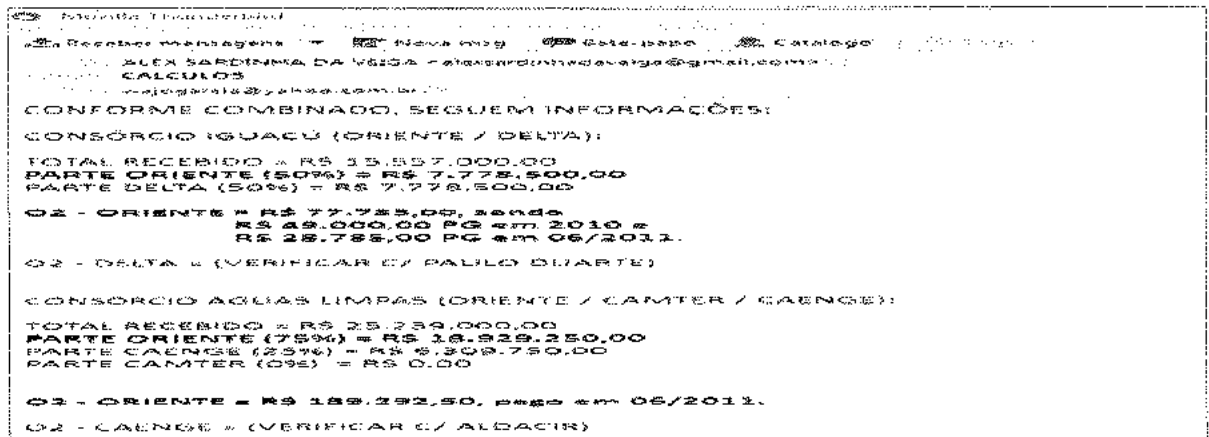
A quebra de sigilo telemático de WAGNER JORDÃO, deferida pelo Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, no âmbito da operação *Calicute*, é um importante elemento de prova que corrobora a constatação de que a indicação da porcentagem acima referida relaciona-se à destinação de vantagem indevida à Organização Criminosa.

Na investigação, foi encontrada em sua caixa de e-mail

¹¹⁸ O asfaltamento urbano de logradouros públicos é considerado de competência municipal, não sendo usual o Erário Estadual custear tais obras. Entretanto, os dirigentes da SEOBRAS tiveram especial interesse em realizar tal licitação em razão da sistemática de fraudes e corrupção lá existente nas gestões de PEZÃO e JOSÉ IRAN.



(wajogarcia@yahoo.com.br) mensagem eletrônica enviada por ALEX SARDINHA (alexsardinhadaveiga@gmail.com), com o assunto “CÁLCULOS”, em que menciona expressamente valores de “O2” (taxa de oxigênio), relacionando-os com consórcios dos quais a empresa ORIENTE CONSTRUÇÃO CIVIL fazia parte¹¹⁹.



Assim, restou demonstrada a existência de um acordo prévio entre os dirigentes da SEOBRAS e a JRO e outras empresas para direcionar a concorrência do edital nº 51/2010, na qual as empresas “parceiras” dividiram entre si os 07 lotes disponíveis, realizando o pagamento de um percentual de 8% de VANTAGEM INDEVIDA para os dirigentes da SEOBRAS, em especial, JOSE IRAN e LUIZ FERNANDO PEZÃO, que foi o chefe da pasta até 13 de setembro de 2011¹²⁰.

Em assim procedendo, quando da preparação do edital para a Concorrência Nacional nº 51/2010 da SEOBRAS e instrução de todos os atos formais desse processo, JOSÉ IRAN e outros servidores envolvidos nas fraudes¹²¹ em conluio com JÚLIO WALTER SANÁBIO FREESZ, CLÁUDIO VIDAL, LUIZ ALBERTO GOMES GONÇALVES com o apoio de outras pessoas ainda pendentes de identificação e responsabilização, incorreram nas penas do art. 90 da Lei nº 8.666/93.

¹¹⁹ A denominada “taxa de oxigênio” foi uma sobretaxa de 1%, instituída por HUDSON BRAGA sobre todos os contratos já pactuados, para não criar empecilhos ou dificuldades na fiscalização das empresas contratadas pela Secretaria e, também, garantir o pagamento pontual das faturas.

¹²⁰ Os fatos que de referem ao pagamento de vantagens indevidas relativos às evidências materiais localizadas, como planilhas, tabelas, bem como fraudes à licitação serão objeto de investigação criminal autônoma.

¹²¹ A participação de outros servidores da SEOBRAS no esquema de fraudes investigado, notadamente quanto aos fatos ilícitos que se relacionam à Concorrência Nacional nº 051/2010/SEOBRAS, será objeto de aprofundamento das investigações em caderno investigativo próprio, conforme indicado na cota que instrui esta denúncia.



II.9 – TENTATIVA DE OBSTRUÇÃO DA JUSTIÇA PRATICADA POR TONY LO BIANCO MAHET.

CÉSAR AUGUSTO CRAVEIRO DO AMORIM teve sua prisão preventiva determinada nestes autos, para garantia da ordem pública, tendo em vista a necessidade da medida para prevenir o prosseguimento das práticas criminosas, sobretudo aquelas de lavagem de ativos, ainda em curso como amplamente já explicado no processo.

Em cumprimento à custódia cautelar decretada, foi executado, no dia 29/11/2018, o mandado para sua prisão.

LUÍS FERNANDO DE AMORIM, irmão de CÉSAR, é também sócio da empresa AVDS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA, CNPJ: 09.574.472/0001-22, nome fantasia SUSTENLUX, **que é apontada como uma das parceiras do consórcio KYOCERA-SOTER**, consórcio ganhador da licitação da iluminação do Arco Metropolitano, obra orçada em mais de R\$ 96 milhões e que se encontra sob apuração de fraude.

Assim e conforme já relatado, os empresários figuram como intermediadores de repasse de dinheiro por parte dos integrantes da organização criminosa, em operações de ocultação, dissimulação e movimentação de recursos espúrios e também se beneficiam com contratações de suas empresas, inclusive a HIGH END.

PEZÃO recebeu ainda vantagens ilícitas consistentes em serviços e equipamentos instalados em sua residência na cidade de Pirai/RJ, pela empresa HIGH END. No final do ano de 2007, SERGIO CABRAL FILHO, então governador do Estado do RJ, ordenou a Carlos Miranda que pagasse R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) à empresa HIGH END, localizada no Casa Shopping e que pertence a LUIS FERNANDO AMORIM, em razão de serviços prestados pela empresa na casa de PEZÃO, no município de Pirai/RJ.

Em seu interrogatório policial no dia de sua prisão, 29/11/2018, admitiu ter recebido os serviços prestados pela empresa HIGH END. Destaco trecho do seu depoimento, prestado no INQ 1239:



QUE conhece LUIS FERNANDO CRAVEIRO DE AMORIM e CESAR AUGUSTO CRAVEIRO DE AMORIM, sócio e diretores da HIGH END HOME THEATER (HIGH CONTROL LTDA); **QUE** não contratou a empresa HIGH END para instalar serviço de automação de áudio e vídeo em sua casa no município de Pirai/RJ, tratando-se de presente de aniversário recebido em 2008 de SERGIO CABRAL; **QUE** não sabe qual o valor do serviço, nem se foi emitido nota fiscal; **QUE** não tem conhecimento que a instalação custou R\$ 300.000,00, nem que foi paga com valores oriundos de propina, nem mesmo que foi pago em espécie por CARLOS MIRANDA a LUIS FERNANDO da HIGH END; **QUE** o serviço limitou-se a instalação de duas televisões e equipamentos de som e DVD; **QUE** estima que o valor do serviço não tenha passado R\$ 30.000,00; **QUE** conhece LUIS FERNANDO CRAVEIRO DE AMORIM e CESAR AUGUSTO

No dia 03/12/2018, logo após a execução das medidas de busca e apreensão e prisão preventiva determinada nestes autos, o terminal _____, pertencente a CÉSAR AMORIM, recebeu as ligações abaixo transcritas:

ÁUDIO 1

(voz automática) *Deixe seu recado para (voz de César Amorim) –*
Você ligou para César Amorim;

- Marcelo PR/GO, [07.12.18 17:11]

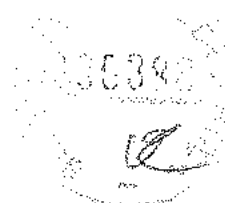
-César, você precisa mandar o Benincá tirar toda sua documentação da Kyocera de lá. vai complicar o Arco Metropolitano. tira toda a documentação lá da B.&A, urgente!

AUDIO-2018-12-07-11-57-57

(voz automática) *Deixe seu recado para (voz de César Amorim) –*
Você ligou para César Amorim;

- César, sou eu de novo. Ele ta morando ... O Benincá ta morando no 3600, na praia. Tem que passar lá. Fala com ele, urgente! Urgente!!

Esse interlocutor do terminal 21-99988-1615 foi identificado como sendo o denunciado TONY LO BIANCO MAHET, advogado da KYOCERA, integrante do Consórcio KYOCERA – SOTER, que tem a participação de LUIS FERNANDO DE AMORIM pela empresa AVDS. Destaco trecho do depoimento prestado em sede policial por TONY LO BIANCO:



Rio de Janeiro/RJ. Inquirido, a respeito dos fatos, RESPONDEU: **QUE** é advogado cível, empresarial e trabalhista; **QUE** utiliza apenas uma linha telefônica celular, (21) ; **QUE** possui outras seis linha telefônica em plano família seu nome, sendo utilizada por sua esposa , filho : escritório utilizado pela secretária , filha : **QUE** possui uma outra linha , que está no mesmo plano mas praticamente não utiliza; **QUE** das pessoas envolvidas na Operação Boca de Lobo, conhece CESAR AMORIM de academia há cerca de 10 anos, sem manter relações de amizade, apesar de possuir seu telefone de contato; **QUE** é advogado da KYOCERA há cerca de dois anos, em ações de cobrança, imobiliária e trabalhista, em Rondônia, na Região Sul e no Rio de Janeiro; **QUE** nunca possuiu relações profissionais com CESAR AMORIM;

Embora não confirme o episódio ilícito em que foi flagrado, está claro que TONY LOBIANCO MAHET agiu, de forma deliberada e consciente, para destruir provas relacionadas à instrução criminal.

Por outro lado, BENINCÁ, como citado no áudio, trata-se de SÉRGIO BENINCÁ, também sócio de LUIS FERNANDO CRAVEIRO DE AMORIM na empresa B&A PARTICIPAÇÕES, PROJETOS E CONSULTORIA LTDA.

Como consta da representação policial que amparou o pedido de prisão preventiva, a B&A é proprietária do helicóptero Robinson prefixo PRCMA, utilizado por HUDSON BRAGA – ex-secretário de obras do Estado do Rio de Janeiro no Governo PEZÃO - e já condenado na Operação *Calicute*.

Por outro lado, o consórcio KYOCERA-SOTER, responsável pela iluminação do Arco Metropolitano, no Governo SÉRGIO CABRAL, obra orçada em **96 milhões de reais**.

Há, assim, um quadro de intrincadas relações envolvendo membros da organização criminosa e, pior, com a ação de do denunciado TONY LO BIANCO MAHET para destruição de provas que ainda são desconhecidas dos investigadores e podem revelar dados bastante importantes do esquema apurado.

O denunciado TONY LO BIANCO em seu depoimento em sede policial, apresentou uma narrativa inconsistente e contraditória, embora reconheça ter feito as ligações. Vejamos:

“QUE é titular da linha telefônica , QUE usa esporadicamente essa linha telefônica; QUE reconhece ter ligado para o telefone de CESAR AMORIM, mas não se recorda se foram duas ou três vezes; QUE indagado sobre o que quis dizer com a mensagem na caixa postal de CESAR AMORIM: "Cesar você precisa mandar o



"Benincá" tirar toda sua documentação da "Kyocera" de lá ... vai complicar ... o Arco Metropolitano ... tira toda documentação lá da B&A ... URGENTE !! ", que afirma não saber de qualquer documentação que deveria ser escondida; QUE há cerca de 1 mês se reuniu com ANTONIO GRANADEIRO, atual Presidente da KYOCERA e ele disse que iria rescindir a procuração da empresa com o declarante; QUE esse encontro foi na Academia da Cachaça no Condado dos Cascais; QUE não sabe por que ele iria rescindir a procuração; QUE ficou chateado com a situação e, em momento de raiva, deixou três recados na caixa de mensagens de CESAR AMORIM; QUE afirma já saber que CESAR AMORIM estava preso quando mandou as mensagens; QUE foi infeliz em mandar essas mensagens para CESAR AMORIM; QUE não tinha intimidade com CESAR AMORIM, mas chamou ele de CESINHA na mensagem telefônica pois assim consta nos contatos de sua agenda telefônica; QUE não sabe onde está localizada a KYOCERA; QUE a empresa fechou quando do início da Operação Lava Jato no Estado do Rio de Janeiro; QUE não sabe o motivo de ter deixado três mensagens na caixa telefônica; QUE sobre o Arco Metropolitano, sabe dizer pela mídia que SERGIO BENINCA, por meio da KYOCERA, foram responsáveis pela iluminação da rodovia; QUE quando iniciou a trabalhar para SERGIO BENINCA há cerca de 1 ano e meio, ele pediu para guardar um envelope com vários documentos da POLY RIO AMBIENTAL LTDA, escrito no envelope o nome de CESAR AMORIM; QUE não sabia que o envelope estava escrito o nome de CESAR AMORIM; QUE foi síndico do condomínio DREAM VILLAGE, mesmo condomínio em que morava SERGIO BENINCÁ, e recebia as correspondências para ele e levava para seu escritório; QUE os documentos da POLY RIO AMBIENTAL que estavam em sua mesa vieram como correspondência dos correios para serem entregues a SERGIO BENINCA; QUE a última vez que esteve com SERGIO BENINCÁ foi semana retrasada e costuma encontrá-lo eventualmente uma vez por mês; QUE indagado porque estava em posse do Termo de Declarações de SERGIO CABRAL FILHO em seu escritório, afirmou que recebeu em uma reunião com o advogado FERNANDO FERNANDES, advogado da KYOCERA, pois SERGIO BENINCA foi intimado a prestar esclarecimentos na Polícia Federal; QUE em relação à B&A sabe que SERGIO BENINCÁ foi sócio de CESAR AMORIM; QUE soube pela imprensa que a B&A era dona de um helicóptero que estava envolvida nos casos investigados sobre SERGIO CABRAL; QUE não sabe onde está localizada ou o fim da B&A; QUE não sabe outros fatos sobre CESAR AMORIM; QUE nunca havia telefonado para ele antes; QUE não conhece e nunca viu LUIS FERNANDO CRAVEIRO AMORIM; QUE não tem conhecimento sobre os negócios da HIGH END, HIGH CONTROL"

Ora, se ele não conhecia CÉSAR AMORIM por que ligou para ele o orientando a destruir provas da KYOCERA? Por outro lado, se ele se reunia uma vez por mês com BENINCÁ por que não entregou a mensagem diretamente para ele? Se ele não tinha



nenhuma relação com CÉSAR AMORIM, por que o chamou de CESINHA na ligação? Por que havia um envelope com o nome de CÉSAR AMORIM em sua sala? Por que havia documentos da empresa POLY RIO AMBIENTAL na sua mesa e no envelope com o nome de CÉSAR AMORIM?

Ou seja, esses questionamentos serão devidamente enfrentados no decorrer da instrução processual penal, mas revelam uma relação próxima e inadequada de TONY LO BIANCO e CÉSAR AMORIM, pessoa que, segundo TONY, apenas conhecia de superficialmente.

Os áudios captados no monitoramento telefônico revelam que o denunciado TONY LO BIANCO MAHET tentou embarçar a investigação da organização criminosa liderada por PEZÃO, ao ligar para CÉSAR AMORIM orientando-o a destruir provas que estariam em seu poder.

O crime não se consumou por circunstâncias alheias à vontade de TONY, vez que o celular de CÉSAR AMORIM encontrava-se apreendido desde a data da sua prisão.

Além disso, o aprofundamento das investigações revelará se TONY LO BIANCO MAHET integra a organização criminosa de PEZÃO, pois os elementos já colhidos apontam uma participação de suporte jurídico, de propósitos ilícitos, – para além do regular e necessário patrocínio de causas como advogado e procurador – a CÉSAR AMORIM e à empresa KYOCERA, vencedora da obra de iluminação do Arco Metropolitano¹²²,

Está claro que TONY tinha plena consciência dos documentos que poderiam revelar o esquema de fraudes licitatórias ora apurado, envolvendo a empresa KYOCERA, situação que o motivou a fazer as ligações captadas no áudio interceptado e que poderiam, concretamente, obstar a investigação que se encontrava em curso, em razão da orientação para destruição de provas relevantes à elucidação dos fatos investigados.

Em assim procedendo, TONY tentou obstruir a investigação em curso no Inquérito que instrui esta denúncia e, para tal finalidade, efetuou ligação para CÉSAR AMORIM em 03/12/2018 com instrução para que as provas relacionadas às empresas KYOCERA e B&A fossem destruídas.

¹²² Um dos fatores que mais chamaram a atenção na investigação e que é objeto de aprofundamento das apurações é que a obra do Arco Metropolitano do Rio não precisava de iluminação e, mesmo assim, a empresa Kyocera foi contratada a um custo estimado de R\$96 milhões.



II.10 – DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

LUIZ FERNANDO DE SOUZA (PEZÃO), JOSÉ IRAN PEIXOTO, MARCELO SANTOS AMORIM, LUIZ CARLOS VITAL BARROSO, CLÁUDIO FERNANDES VIDAL, LUIZ ALBERTO GOMES GONÇALVES, CÉSAR AUGUSTO CRAVEIRO, LUÍS FERNANDO CRAVEIRO E SÉRGIO CASTRO DE OLIVEIRA¹²³, no período narrado nesta denúncia integraram e deram continuidade às atividades ilícitas da Organização Criminosa antes liderada por SÉRGIO DE OLIVEIRA CABRAL.

As apurações revelaram a atuação criminosa dos denunciados, com a apresentação de diversos elementos probatórios, em especial, prova documental e pericial, depoimentos, análises bancária e fiscal, cruzamentos de ligações telefônicas e georreferenciamento, bem como levantamento de campo.

Também restou demonstrada, desde o ano de 2007 e de acordo com a descrição das condutas narradas nesta denúncia, a estabilidade e uma atuação articulada, com a exata divisão de tarefas, para o serial cometimento de crimes, numa moldura típica de **organização criminosa**, cuja atuação tem início na gestão de SÉRGIO CABRAL e segue com a assunção de LUIZ FERNANDO DE SOUZA, até os dias atuais.

Com efeito, a instrução do feito demonstra que LUIZ FERNANDO DE SOUZA (PEZÃO), JOSÉ IRAN PEIXOTO, MARCELO SANTOS AMORIM, LUIZ CARLOS VITAL BARROSO, CLÁUDIO FERNANDES VIDAL, LUIZ ALBERTO GOMES GONÇALVES, CÉSAR AUGUSTO CRAVEIRO, LUÍS FERNANDO CRAVEIRO, e SÉRGIO CASTRO DE OLIVEIRA, além de outros envolvidos¹²⁴, de modo consciente, voluntário, estável e em comunhão de vontades, promoveram, constituíram, financiaram e integraram, pessoalmente, uma organização criminosa.

A estrutura da organização criminosa tratada nestes autos demonstra a atuação criminosa em 08 (oito) vertentes, com o cometimento de crimes contra a administração pública, lavagem de ativos, fraude licitatória e, por fim, obstrução à justiça, revelando-se, assim, uma intensa e sofisticada atuação criminosa, com hierarquia e divisão de tarefas.

Assim é que a PEZÃO, integrante do núcleo político e atual chefe da

¹²³ Deixei de imputar o crime do artigo 2º, *caput*, da Lei 12.850/2013 aos denunciados que já respondem por esse crime – vinculados à mesma ORCRIM – em outros processos.

¹²⁴ Aqueles em relação aos quais a investigação ainda não foi conclusiva para a delimitação da participação nos fatos denunciados serão investigados em autos próprios.



organização, tendo sucedido **SÉRGIO CABRAL** após sua saída do governo e prisão, cabe essencialmente dar suporte político aos demais membros da organização que integram e se relacionam com a sua estrutura de poder público, sendo muito bem remunerado para assim agir. Nesse sentido, transcrevo, abaixo, trecho depoimento de Carlos Miranda, réu colaborador que evidencia a longevidade da participação de **PEZÃO** no esquema ora narrado:

“(…) QUE em relação ao salário extra-oficial recebido por **LUIZ FERNANDO PEZÃO**, no valor de R\$ 150.000,00 do início de março/abril de 2007 a março/abril de 2014, no primeiro governo sempre foi entregue por **SERJÃO**, e no segundo mandato ou por **SERJÃO** ou por **LUIZ CARLOS BEZERRA**; QUE **SERJÃO** não costumava fazer anotações das entregas, mas **LUIZ CARLOS BEZERRA** costumava anotar; QUE os apelidos que **BEZERRA** conferia a **PEZÃO** era **BIG FOOT**, **PEZONE**, **PE**, **CINDÍ** ou **CINDERELA** (...)”;

JOSÉ IRAN PEIXOTO, como secretário de obras, dá continuidade ao *modus operandi* então vigente e se encarrega da função de arrecadar valores de **VANTAGEM INDEVIDA** por obras vinculadas à **SEOBRAS**, Secretaria a ele vinculada, e repassa parte desses valores a outros membros da organização criminosa, como fez em relação a **JONAS LOPES JR.** então presidente do TCE, atualmente réu colaborador. **JONAS LOPES NETO**, filho e operador do então presidente do TCE esclareceu essa dinâmica nos seguintes termos:

“QUE estive na **SEOBRAS** por volta de três vezes no ano de 2015, talvez início de 2016, sempre com registro de entrada; QUE o depoente se dirigia à **SEOBRAS** na Rua do Passeio, 9º andar; QUE não houve entrega dentro da **SEOBRAS**, mas era combinado o valor e o local de entrega com **JOSÉ IRAN**; QUE todas as entregas foram feitas no escritório de seu funcionário, que também é advogado, **FABRÍCIO VIANA RIBEIRO**”¹²⁵ (Grifou-se)

LUIZ CARLOS VITAL BARROSO e **MARCELO SANTOS AMORIM**, na condição de pessoas de extrema confiança de **PEZÃO** – têm a função de auxiliá-lo na operacionalização do esquema, mantendo interlocução com doleiros e com os responsáveis pela arrecadação da propina, transportando dinheiro, fazendo cobrança de valores indevidos, ou seja, atuavam, operacionalmente, para viabilizar o resultado das negociações espúrias, mediante a arrecadação do dinheiro junto aos empresários, promovendo a entrega aos agentes financeiras, o transporte de parte ao próprio **PEZÃO**, operacionalizavam, inclusive, a

¹²⁵ Termo de declarações de fls. 310/313 do IPL nº 112/2018.



distribuição dos lucros da atividade ilícita.

SÉRGIO CASTRO DE OLIVEIRA, vulgo **SERJÃO** ou **BIG**, então assessor do ex-Governador **Sérgio CABRAL**, sempre atuou na parte operacional do esquema, fazendo entregas de dinheiro em espécie, ora recolhendo os pagamentos de vantagens indevidas junto às empresas pagadoras de propina, fazendo contatos e entregas com os operadores financeiros e, nessa mesma sistemática, deu continuidade à sua participação no esquema, já sob o comando de **LUIZ FERNANDO DE SOUZA (PEZÃO)**.

CLAUDIO FERNANDES VIDAL e **LUIZ ALBERTO GOMES GONÇALVES**, sócios da **JRO**, além de participarem de fraudes à licitações ocorridas na **SEOBRAS**, também atuaram em outro nicho da **OCRIM**, voltado à lavagem de dinheiro por interpostas pessoas jurídicas., que a **JRO** participava, quanto na fase da lavagem de ativos, por meio da utilização de pessoas jurídicas e assim, de forma coordenada aos operadores financeiros e demais integrantes da organização criminosa, praticaram atos de ocultação, colocação e integração dos valores desviados.

Acentue-se, nesse particular, que a **J.R.O PAVIMENTAÇÃO LTDA.** foi indicada pelo colaborador **Carlos Miranda** como participante do esquema de fraudes, inserida no grupo de empresas em cartelização pelo então Secretário de Estado de Obras, **LUIZ FERNANDO PEZÃO**, em razão, inclusive, dos laços de amizade que mantém com os seus sócios.

Da análise do Relatório de Inteligência Financeira do **COAF** - (RIF nº 33708.2.4497.5088)¹²⁶, verifica-se a realização de saques em espécie, considerados incompatíveis com a capacidade financeira da empresa **J.R.O PAVIMENTAÇÃO LTDA.** e de seus sócios, com o destaque para operações suspeitas ocorridas em suas contas ou tituladas por terceiros, no valor total de **R\$ 381.168.199,00**, entre 2015 e 2018, e constou de comunicações de operações em espécie, entre os anos de 2004 e 2016, no valor total de **R\$ 14.727.891,38**.

Restou apurado que os sócios **CLÁUDIO** e **BETO** utilizam a conta-corrente da empresa para realizar saques expressivos em espécie e para destinar recursos a terceiros, em mesma data e outros em curto período de tempo, sem uma aparente relação com as atividades da empresa, o que evidencia a pulverização de recursos para pagamentos de vantagens indevidas, cuja apuração ocorre em investigação autônoma.

¹²⁶Acostado às fls. 383/429 do IPL nº 112/2018.



Em sede policial, foram colhidas novas declarações do operador financeiro Carlos Miranda para detalhar os fatos descritos nos termos de colaboração. No tocante ao repasse de dinheiro da conta da ORCRIM para BETO, representante da empresa J.R.O PAVIMENTAÇÃO LTDA, por ordem de PEZÃO, ele assim esclareceu:

“(...) QUE em reunião com SERGIO CABRAL para fazer o balanço do ano de 2008, ele ordenou que entregasse R\$ 1.000.000,00 a PEZÃO como espécie de participação nos lucros; QUE no mesmo dia foi ao encontro de PEZÃO em seu apartamento na Rua Rainha Guilhermina no Leblon e comunicou que deveria lhe entregar o valor; QUE PEZÃO ordenou a entregar o dinheiro a BETO, que era um amigo próximo e sócio da construtora JRO PAVIMENTAÇÕES; QUE combinou com BETO por telefone como faria a entrega; QUE o número de BETO consta no telefone celular do declarante, número (21) 98193-3663, que foi apreendido pela Polícia Federal quando de sua prisão em Paraíba do Sul; QUE até 2011 também utilizava a linha (21) 7831-2421; QUE todos os contatos com BETO eram por telefone, e nunca por e-mail; QUE entregou R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em espécie a BETO em um apart hotel localizado entre a Rua Dias Ferreira e Rua Rainha Guilhermina, em cima do supermercado Zona Sul por volta do final de novembro a início de dezembro de 2008;

(...)

QUE SERJÃO entregou os outros R\$ 500.000,00 em três parcelas a BETO, mas não sabe informar se foi entregue no mesmo local; QUE acredita que SERJÃO também tenha feito contato telefônico com BETO para lhe entregar o dinheiro;

(...)

QUE a informação que todos tinham era que a J.R.O. PAVIMENTAÇÃO LTDA era empresa ligada a PEZÃO; QUE era praxe do Governo do Estado que as empresas pagassem 5% do valor dos contratos como VANTAGEM INDEVIDA; QUE essa arrecadação de pequenas e médias construtoras era controlada pela Secretaria de Obras do Estado, cujo gestor financeiro era HUDSON BRAGA; QUE não sabe como eram cobrados e recolhidos os valores dessas empresas; QUE não sabe para quem eram direcionados os recursos recolhidos por HUDSON BRAGA no primeiro mandato do Governo de SERGIO CABRAL, até porque o governador não tinha participação no recebimento desses recursos; QUE no segundo mandato de SERGIO CABRAL, foi estabelecida a participação do Governador na chamada "taxa de oxigênio" de 1% sobre os recolhimentos da Secretaria de Estado de Obras; QUE essa "taxa de oxigênio" o declarante cobrava de HUDSON BRAGA, responsável pelo recolhimento; QUE HUDSON BRAGA é político do Sul Fluminense, que trabalhou no Governo de Rosinha Garotinho e foi trazido para o Governo de SERGIO CABRAL por LUIZ FERNANDO PEZÃO; QUE a relação entre HUDSON BRAGA e PEZÃO era muito nítida, de forma que todos os problemas de PEZÃO eram resolvidos por HUDSON BRAGA; QUE com o decorrer do tempo HUDSON BRAGA estreitou relacionamento com SERGIO CABRAL, e passou a ser o seu Secretário



de Obras, substituindo **LUIZ FERNANDO PEZÃO**; **QUE** não sabe como eram escolhidas as empresas na Secretaria de Obras para prestar serviços ao Estado;

(...)

QUE SERGIO CABRAL e **WILSON CARLOS** determinaram ao presidente do DER, **HENRIQUE** as construtoras deveriam pagar o montante de 5% do valor dos contratos, sendo metade da **VANTAGEM INDEVIDA** paga a **SERGIO CABRAL** e a outra metade ficava com o grupo de **HENRIQUE**; **QUE** o operador financeiro de **HENRIQUE** era **LINEU**, que foi preso em uma das fases da Operação Lava Jato; **QUE** sempre chamou **LINEU** de **BÓRIS**, e todas as anotações que mencionem esse apelido se referem a **LINEU**;

(...)

QUE ao que se recorda, **HUDSON BRAGA** mandava seus operadores fazerem a entrega; **QUE** o operador conhecido era **JOSÉ ORLANDO**, mas não pode afirmar que era ele quem fazia a entrega; **QUE SERJÃO** e **BEZERRA** se comunicavam com **HUDSON BRAGA** e **JOSÉ ORLANDO** por telefone ou aplicativo Wickr; **QUE** sabe o usuário de **HUDSON BRAGA** como **HBRAGA**; **QUE WAGNER GARCIA** foi operador de **HUDSON BRAGA**, mas entre 2014 e 2015 acredita que não estavam trabalhando junto (...)¹²⁷

A relação de **LUIZ FERNANDO PEZÃO** com **BETO** e **CLÁUDIO**, sócios da **J.R.O. PAVIMENTAÇÃO** é fato notório e reconhecido pelos três nos depoimentos prestados nestes autos, com relatos de que, apesar de fundada em Juiz de Fora/MG em 1997, alterou sua sede para o município de Pirai/RJ no ano de 2005 por suas ligações com o atual Governador do Estado, ocasião em que passou a ter um vertiginoso crescimento financeiro em razão das contratações com o Poder Público.

A proximidade e amizade entre **LUIZ FERNANDO PEZÃO** com **BETO** e **CLÁUDIO** foi confirmada por Carlos Miranda, que relatou que, em certa ocasião, os três chegaram a viajar juntos a passeio pela Europa. E, de fato, a Informação Policial nº 02/2018 certifica que os três tiveram registros de saída do território nacional no dia 16/06/2011, voo AF0445, da Companhia Air France, com destino à Paris/França.

A participação dos irmãos **LUIZ FERNANDO** e **CESAR DE AMORIM** na dinâmica da **ORCRIM** já se encontra bastante evidenciada na descrição de suas condutas em relação aos crimes ora imputados e, de acordo com os elementos de prova colhidos, ambos atuam de forma estável na organização desde a época em que a época em que **SÉRGIO CABRAL** comandava essa organização e deram continuidade a essa prática durante a gestão de **LUIZ FERNANDO PEZÃO** no Governo. A atuação de ambos é bem definida, atuam para, atra-

¹²⁷Termo de declarações de fls. 12/13 do IPL nº 112/2018.



vés de suas empresas, facilitar o pagamento de vantagens indevidas ou mesmo proporcionar a remuneração dos integrantes da OCRIM, e assim, operacionalizar a lavagem de ativos dessa organização.

As investigações revelaram que a sistemática de corrupção na gestão do Governo do Estado do Rio de Janeiro foi mantida, com a integração de alguns outros personagens vinculados ao próprio Governador PEZÃO, mas mantendo-se a mesma ótica de contratação de empresas fornecedoras de produtos e serviços mediante o pagamento de vantagem indevida aos integrantes da ORCRIM; relacionamento criminoso com dirigentes e integrantes de outros órgãos públicos, como é o caso do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; remuneração sistemática e periódica dos integrantes da ORCRIM pelo apoio ao funcionamento dessa organização e a prática de lavagem dos vultosos valores amealhados pelo grupo, através de operadores financeiros e outros agentes, alguns destes já inseridos no sofisticado esquema implementado pelo ex Governador Sérgio CABRAL e que se manteve ativo no atual Governo, pelo menos nas vertentes apuradas nesta investigação e que revelou o pagamento de vantagens indevidas a PEZÃO e a outros integrantes do grupo de, pelo menos, **R\$ 39.105.292,42 (trinta e nove milhões, cento e cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos)**, valores atualizados, cuja origem e destinação ainda é desconhecida pelos investigadores.

Pela narrativa apresentada neste tópico, vê-se que os denunciados aqui destacados associaram-se de forma estável e permanente para o cometimento de crimes contra a administração, de 01/01/2017 até a presente data, em ação criminosa qualificada como quadrilha (CP, art. 288), até o advento da Lei 12.850/2013. Com o advento da nova lei (Enunciado 711, da Súmula do STF), a conduta passa a ser a de integrar organização criminosa, na forma do art. 2º da Lei 12.850/2013.

III. CONCLUSÃO

Ao agir na forma acima narrada, os denunciados, de forma livre, deliberada e com plena consciência da ilicitude das suas condutas, praticaram, em concurso de agentes, na forma do artigo 29 do Código Penal, as condutas típicas abaixo imputadas:

- SÉRGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO está incurso, em concurso material, nas



penas do artigo 333, *caput*, do Código Penal por 85 vezes - (item II.1); artigo 333, *caput*, do Código Penal, por 12 (doze) vezes - (item II.5); artigo 333, *caput*, do Código Penal – (item II.6); artigo 1º, *caput*, cc parágrafo 4º da Lei 9.613/98 – (item II.6); artigo 1º, *caput*, da Lei 9.613/98, por 20 (vinte) vezes – (item II.7);

- **LUIZ FERNANDO DE SOUZA (PEZÃO)** está incurso, em concurso material, nas penas do artigo 317, *caput*, do Código, por 85 (oitenta e cinco) vezes - (item II.1); artigo 317, *caput*, do Código Penal, por 17 (dezessete) vezes - (item II.2); artigo 333, *caput*, do Código Penal, por 03 (três) vezes - (item II.3); artigo 317, *caput*, do Código Penal, por 08 (oito) vezes – (item II.4); artigo 317, *caput*, do Código Penal – (item III.6); artigo 1º, *caput*, cc parágrafo 4º da Lei 9.613/98 – (item II.6); artigo 2º, *caput*, cc parágrafo 4º, inciso II da Lei 12.850/2013 – (item II.10);

- **LUIZ CARLOS BEZERRA** está incurso, em concurso material, nas penas do artigo 333, *caput*, do Código Penal, por 85 (oitenta e cinco) vezes - (item II.1); artigo 1º, *caput*, da Lei 9.613-98, por 20 (vinte) vezes – (item III.7);

- **SÉRGIO CASTRO DE OLIVEIRA** está incurso, em concurso material, nas penas do artigo 333, *caput*, do Código Penal, por 85 (oitenta e cinco) vezes - (item II.1); artigo 333, *caput*, do Código Penal, por 12 (doze) vezes - (item II.5); artigo 2, *caput*, cc parágrafo 4º, inciso II da Lei 12.850 – (item II.10);

- **JOSÉ CARLOS REIS LAVOURAS** está incurso, em concurso material, nas penas do artigo 333, *caput*, do Código Penal, por 17 (dezessete) vezes, na forma do artigo 69 desse mesmo estatuto (item II.2);

- **LUIZ CARLOS VITAL BARROSO** está incurso, em concurso material, nas penas do artigo 317, *caput*, do Código Penal, por 17 (dezessete) vezes - (item II.2); artigo 2º, *caput*, cc parágrafo 4º, inciso II da Lei 12.850/2013 – (item II.10);

- **JOSÉ IRAN PEIXOTO JÚNIOR** está incurso, em concurso material, nas penas do artigo 333, *caput*, do Código Penal, por 03 (três) vezes (item II.3); artigo 90, *caput*, da Lei 8.666-93 – (II.8); artigo 2, *caput*, cc parágrafo 4º, inciso II da Lei 12.850 – (item II.10);



- **AFFONSO HENRIQUE MONNERAT ALVES DA CRUZ** está incurso, em concurso material, nas penas do artigo 333, *caput*, do Código Penal, por 08 (três) vezes (item II.4); artigo 317, *caput*, do Código Penal, por 12 (doze) vezes - (item II.2);

- **MARCELO SANTOS AMORIM** está incurso, em concurso material, nas penas do artigo 333, *caput*, do Código Penal, por 08 (três) vezes (item II.4); artigo 2º, *caput*, cc parágrafo 4º, inciso II da Lei 12.850/2013 – (item III.10);

- **CÉSAR AUGUSTO CRAVEIRO DE AMORIM** está incurso, em concurso material, nas penas do artigo 333, *caput*, do Código Penal – (item II.6); artigo 1º, *caput*, cc parágrafo 4º da Lei 9.613/98 – (item II.6); artigo 1º, *caput*, da Lei 9.613-98, por 20 (vinte) vezes – (item II.7); artigo 2º, *caput*, cc parágrafo 4º, inciso II da Lei 12.850/2013 – (item II.10);

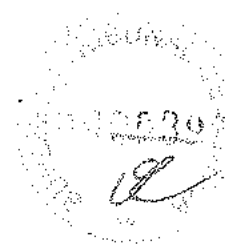
- **LUIZ FERNANDO CRAVEIRO DE AMORIM** está incurso, em concurso material, nas penas do artigo 333, *caput*, do Código Penal – (item II.6); artigo 1º, *caput*, cc parágrafo 4º da Lei 9.613/98 – (item II.6); artigo 1º *caput*, da Lei 9.613-98, por 20 (vinte) vezes – (item II.7); artigo 2º, *caput*, cc parágrafo 4º, inciso II da Lei 12.850/2013 – (item II.10);

- **CLÁUDIO FERNANDES VIDAL** está incurso, em concurso material, nas penas do artigo 90, *caput*, da Lei 8.666-90 – (item II.8); artigo 2º, *caput*, cc parágrafo 4º, inciso II da Lei 12.850/2013 – (item II.10);

- **LUIZ ALBERTO GOMES GONÇALVES** está incurso, em concurso material, nas penas do artigo 90, *caput*, da Lei 8.666-90 – (item II.8); artigo 2º, *caput*, cc parágrafo 4º, inciso II da Lei 12.850/2013 – (item II.10);

- **JÚLIO WALTER SANÁBIO FREESZ** está incurso nas penas do artigo 90, *caput*, da Lei 8.666-90 – (item II.8);

- **TONY LO BIANCO MAHET** está incurso nas penas do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.850/2013 c/c artigo 14, II, do Código Penal.



IV - REQUERIMENTOS

Pelo exposto, requeiro:

a) a notificação dos denunciados para oferecerem resposta escrita no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 4º da Lei n. 8.038/1990, adotando-se a providência prevista no art. 5º, se for o caso;

b) o recebimento da denúncia;

c) a citação dos acusados para responder à ação penal e acompanhar a instrução, nos termos dos artigos 1º a 12 da Lei n. 8.038/1990 e do Código de Processo Penal;

d) durante a instrução do feito, a adoção das seguintes diligências: oitiva das testemunhas abaixo arroladas e outras medidas que venham a ser consideradas necessárias;

e) condenação dos denunciados **LUIZ FERNANDO DE SOUZA (PEZÃO)**, **JOSÉ IRAN PEIXOTO JÚNIOR**, **AFFONSO HENRIQUES MONERAT ALVES DA CRUZ**, **Marcelo Santos Amorim**, **LUIZ CARLOS VITAL BARROSO**, **CLÁUDIO FERNANDES VIDAL**, **LUIZ ALBERTO GOMES GONÇALVES**, **CÉSAR AUGUSTO CRAVEIRO DE AMORIM**, **LUÍS FERNANDO CRAVEIRO DE AMORIM**, **JÚLIO WALTER SANÁBIO FREESZ**, **TONY LO BIANCO MAHET**, **SÉRGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO**, **LUIZ CARLOS BEZERRA**, **JOSÉ CARLOS REIS LAVOURAS E SÉRGIO CASTRO DE OLIVEIRA (SERJÃO)** nos crimes capitulados nos artigos 317 e 333, *caput*, do Código Penal; 1º, *caput*, cc parágrafo 4º da Lei 9.613/98; 1º, *caput*, cc parágrafo 4º da Lei 9.613/98; 2º, *caput*, cc parágrafo 4º, inciso II da Lei 12.850/2013; artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.850/2013 c/c artigo 14, II e artigo 90 da Lei 8.666/93, na forma acima individualizada.

f) a condenação solidária de todos os denunciados à reparação dos danos morais causados, nos termos do art. 387-IV, do Código de Processo Penal, fixando-se um valor mínimo de **R\$ 39.105.292,42 (trinta e nove milhões, cento e cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos)**;

g) a decretação da perda da função pública para os condenados que ocupem cargo ou emprego público ou mandato eletivo, nos termos do art. 92 do Código Penal.

Brasília, 18 de dezembro de 2018.


Raquel Elias Ferreira Dodge
Procuradora-Geral da República

Inq 1.239/DF



CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos para decisão ao Exmo. Senhor Ministro **FELIX FISCHER** (Relator) - Petição de fls. 267/401.

Brasília, 19 de dezembro de 2018.

STJ - COORDENADORIA DA CORTE ESPECIAL

(em 2 vol. e 8 apenso(s))